

Avante!

Dezenas de milhar desfilaram em Lisboa contra a cimeira do capital

Protesto e exigência



Enquanto prossegue vigorosamente a campanha do PCP por «melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», muitos milhares de trabalhadores desfilaram frente à Cimeira Europeia, em Lisboa, exigindo respostas a estas aspirações.

Pág. 5 e Centrais

Os projectos de lei do PCP

Por mais e melhor emprego

O PCP apresenta na Assembleia da República quatro projectos na área laboral visando a defesa dos direitos dos trabalhadores e anunciou interpelação ao Governo.

Pág. 6

Forum «Coesão Social»

Europa precisa de novo rumo

No próprio dia da Cimeira, o PCP reunia com 12 partidos comunistas e outras forças de esquerda da Europa, num encontro sobre «Coesão Social e o emprego com direitos».

Págs. 7 e 8



Eleições na Rússia

Russos apostam em Putin

Vladimir Putin ganhou, domingo passado, as eleições presidenciais, na Rússia, com 52,6 por cento dos votos. O que fará com a vitória é ainda uma incógnita.

Págs. 24 e 25

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00

25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU

50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Mais de 50 mil em marcha!

Resumo

22 Quarta-feira

Termina em Lisboa a reunião do Comité Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos (CES); a resolução aprovada pela CES defende que a Cimeira dos Quinze deve marcar uma mudança nas políticas económica e de emprego na União Europeia. O dirigente timorense Xanana Gusmão chega a Lisboa para reunião com os Quinze. Durão Barroso, dirigente do PSD, afirma no final de uma reunião com dirigentes do Partido Popular Europeu que há contactos ao mais alto nível entre social-democratas e populares sobre as presidenciais. O candidato comunista às eleições presidenciais russas, Guennadi Ziuganov, denuncia que «tudo está preparado para falsificar os resultados das eleições». Milhares de costa-riquenhos saem às ruas em protesto contra um projecto de lei que privatiza as telecomunicações. O Papa João Paulo II chega a Belém, onde reafirma o direito do povo palestiano a «uma terra própria».

23 Quinta-feira

O ministro Ferro Rodrigues afirma em entrevista ao DN que o Orçamento de Estado para o corrente ano é o «mais à esquerda de sempre». Começa em Lisboa a Cimeira da União Europeia. Dezenas de milhar de trabalhadores, em resposta a um apelo da CGTP-IN, manifestam-se na capital em defesa do «emprego de qualidade e contra a precariedade». O presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, ameaça rever a creditação dos jornalistas na AR, reservando a creditação para «os jornalistas de confiança». Os funcionários públicos do sector da Saúde cumprem uma greve de 24 horas. A alta-comissária da ONU para os Refugiados afirma que os albaneses do Kosovo se opõem ao regresso dos mais de 200 mil refugiados sérvios e pretendem obrigar a sair os que ainda vivem naquela região da Jugoslávia.

24 Sexta-feira

O primeiro-ministro, António Guterres, considera que a Cimeira de Lisboa foi uma «revolução nos métodos de trabalho da União Europeia», em que foi feito «claramente o essencial»; os Quinze prometem criar até 2010 mais vinte milhões de novos empregos. À margem da Cimeira oficial da UE realiza-se uma «cimeira alternativa» em que participam diferentes organizações sociais e políticas. Os pilotos da SATA entram em greve de zelo por um período de 48 horas. Em Belgrado é assinalado o primeiro aniversário da agressão da NATO contra a Jugoslávia com uma conferência internacional em que se analisam as consequências dessa agressão. O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia condena o croata Zlatko Aleksovski a sete anos de prisão por crimes de guerra.

25 Sábado

Carlos Carvalhas afirma em Évora que a Cimeira de Lisboa não debateu

os problemas do emprego e que o que a marcou foi «a grande manifestação de mais de 50 mil trabalhadores». O sector intelectual de Lisboa do PCP promove em Lisboa um debate sobre o tema «Liberdade, democracia e cidadania». Começa em Aveiro o Congresso do CDS/PP, onde Basílio Horta é apresentado como candidato à Presidência da República e Paulo Portas à presidência da Câmara de Lisboa. A GNR anuncia que vai «fechar os olhos» como forma de protesto contra as suas condições de trabalho. David Trimble ganha as eleições para a direcção do Partido Unionista do Ulster. Helmut Kohl admite ter recebido financiamentos ilegais para a CDU entre 1989 e 1992.

26 Domingo

Paulo Portas ameaça apresentar uma moção de censura ao Governo caso este faça algum acordo com o PCP ou com o BE para aprovação da nova Lei de Bases da Segurança Social. Morre Orlando de Carvalho, catedrático da Universidade de Coimbra, conhecido pelas suas militância antifascista e actividades literárias. Realiza-se a meia maratona de Lisboa em que participam mais de duas dezenas de milhares de pessoas. Eleições presidenciais na Rússia dão a vitória a Vladimir Putin; o candidato comunista, Ziuganov, fica em segundo lugar com 30 por cento dos votos. Fracassa a tentativa de Bill Clinton de reatar as conversações de paz entre Israel e a Síria.

27 Segunda-feira

Greve nos transportes públicos provoca o caos em Lisboa durante toda a manhã. O ministro Pina Moura afirma que um aumento de 12 a 15 escudos no preço da gasolina será «insuficiente» para recuperar a receita fiscal perdida no primeiro trimestre deste ano. As juntas de Freguesia de Bigorne e Lazarim convocam para quinta-feira uma manifestação em Viseu contra o aterro sanitário do Douro-Sul. Os Quinze aprovam a imposição de uma pena mínima de oito anos para a falsificação do «euro». Recomeçam as conversações da paz no Burundi. O primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, procede a uma remodelação governamental.

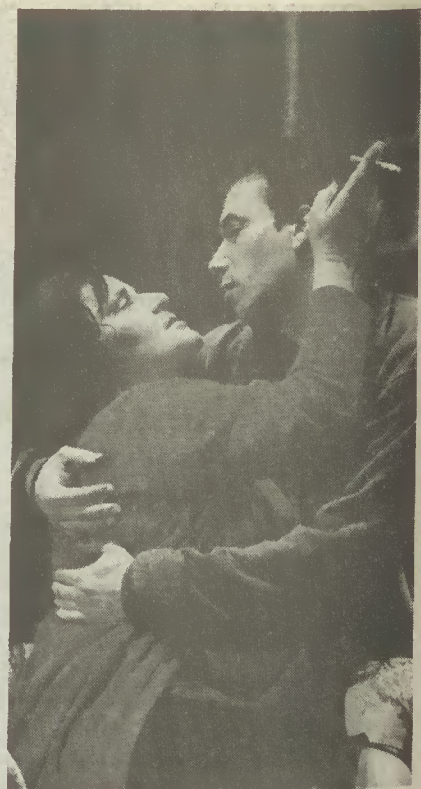
28 Terça-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei que prevê que os livros escolares sejam gratuitos até ao 9.º ano de escolaridade. Manuel Ferreira de Oliveira, presidente da Petrolgal, demite-se do seu cargo. Júlio Castro Caldas, ministro da Defesa, é acusado de ter aprovado irregularidades durante a sua estadia na direcção da associação Abraço. A Amnistia Internacional divulga um relatório onde afirma que a Arábia Saudita tem um regime de «terror e injustiça» alertando a comunidade internacional para as violações dos direitos humanos. Luís Nascimento, advogado do jornalista angolano Rafael Marques, é suspenso do seu cargo pelo juiz que preside ao julgamento.

Aconteceu

Odete Santos regressa aos palcos

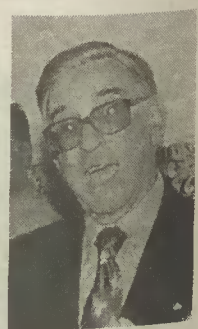
A deputada comunista Odete Santos regressou triunfalmente aos palcos de teatro integrando o elenco da peça *Quem tem medo de Virgínia Wolf?*. Os deputados e destacados intelectuais fizeram questão de assistir a este regresso ao palco de Odete Santos, que se saldou num grande sucesso, extensivo a todos os responsáveis e intérpretes desta nova encenação de *Quem tem medo de Virgínia Wolf?* concretizada pelo TAS. Vem de longe, a paixão de Odete Santos pelo teatro, tendo já representado em obras de autores tão diversos como Gil Vicente, Romeu Correia, Léon Chancerel, Guilherme Figueiredo, William Saroyan, António Ferreira, Molière ou Almeida Garrett, em geral integrando grupos de teatro amador.



Morreu Orlando de Carvalho

No passado sábado, morreu em Coimbra o Professor Orlando de Carvalho, onde se destacou numa vida de emérito Professor de Direito na Universidade, poeta de vulto, intelectual e democrata consequente, que conheceu os cárceres do fascismo e não hesitou enfrentar as perseguições do regime salazarista, nomeadamente a nível profissional. Tinha 73 anos e morreu na sequência de uma crise cardíaca. As reacções à morte

de Orlando de Carvalho surgiram de todos os quadrantes políticos e académicos, sendo unânimes no reconhecimento da elevada estatura moral e científica deste professor jubilado da Universidade de Coimbra que, nas palavras de Óscar Lopes, «vai fazer muita falta à sociedade portuguesa», enquanto Urbano Tavares Rodrigues lhe enalteceu as qualidades de «excelente poeta, grande democrata e notável professor de Direito».



Papa português sepultado em Viterbo

Foram esta semana trasladados para a nave central da Catedral de Viterbo, em Itália, os restos mortais de João XXI, o único papa português na história da Igreja Católica. Pedro Julião (ou Pedro Hispano) tornou-se papa em 1276 e teve um pontificado curto, dado que morreu oito meses depois vítima do desabamento do tecto do seu quarto. Destacado intelectual no seu tempo, João XXI deixou marcas no século XIII e na Idade Média, tendo sido médico proeminente, tratadista e filósofo com obras que chegaram até hoje. Os seus restos mortais estavam já na Catedral de Viterbo onde exercera o seu curto pontificado -, mas em local pouco condigno. Esta trasladação definitiva para a nave central constituiu uma homenagem, embora tardia, a este «ilustre lisboeta» que foi papa.

Óscares premeiam «lusodescendente»

Confirmando as previsões, a Academia de Cinema de Hollywood atribuiu a maior parte dos Óscares deste ano (cinco) ao filme *Beleza Americana* do realizador Sam Mendes, que apresenta a curiosidade de ser um «lusodescendente», ou seja, um norte-americano com ascendentes familiares portugueses. Menos curiosa, de tão esperada, foi a atribuição do prémio de Melhor Filme Estrangeiro à obra *Tudo Sobre a Minha Mãe*, do espanhol Pedro Almodóvar,

tal como a conquista dos principais Óscares das categorias técnicas (quatro) pela fita norte-americana *Matrix*. Quanto às usuais escandaleiras deste certame, normalmente resultantes dos preconceitos mais ou menos reaccionários dos ilustres milhares de académicos que constituem o eleitorado/júri dos Óscares, destaque para o total ostracismo aplicado (mais uma vez) ao actor norte-americano Jim Carrey e à sua fabulosa interpretação no *Homem na Lua*.

Aumentos nos combustíveis

Os preços da gasolina e o gasóleo vão aumentar neste mês de Abril, só não se sabendo a quanto ascenderão os aumentos, embora todos os rumores e previsões apontem para valores substanciais, na ordem dos 20\$00 por litro. O Governo justificou-se com a necessidade de recuperar receitas fiscais este ano na ordem dos 100 milhões de contos, ao mesmo tempo que se escusa a anunciar os preços que vai impor alegando que tal depende do que for decidido pelos 11 países da OPEP, de momento em reunião. De qualquer modo, o Governo já deixou claro que pretende recuperar uma alegada perda de receitas resultantes de recentes «adiamentos» do aumento dos preços, todos, aliás, decididos por este Governo mas sob a garantia dada em tempo de campanhas eleitorais, de que os combustíveis «não iriam aumentar».





Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

União Europeia vs. trabalhadores

Todos os padrões europeus vêm com bons olhos as conclusões da Cimeira de Lisboa – foi com estas palavras que um comentador da nossa televisão se referiu à reunião do Conselho Europeu sobre o Emprego. Com efeito, o «objectivo estratégico do pleno emprego» nele anunciado, baseado na «nova economia» e na «modernização do mercado de trabalho», será inevitavelmente acompanhado de maior desregulamentação e precariedade, da desvalorização dos salários e sem que, entretanto, se tenha definido uma «base mínima sobre os direitos sociais dos trabalhadores», facto que «surpreendeu» (*Público* de 25.3.00) o próprio primeiro-ministro conservador do Luxemburgo.

Apesar da enorme campanha propagandística em torno da Cimeira, e da euforia de António Guterres, não é possível esconder diferenças e contradições neste processo de «construção europeia». Elas resultam não tanto de aspectos de conteúdo mas, sobretudo, dos ritmos de implementação das principais orientações. Às tendências ultraliberais de Blair contrapõe Jospin, pressionado pela crescente contestação social em França, uma «liberalização ordenada». Assim, muito do que se anunciava de positivo foi posto de parte e aquilo que se aprovou, relativamente ao emprego, não passa de meras intenções de declarações, vagas orientações, como «a aprendizagem ao longo da vida», «levantamentos», «estudos prospectivos», etc. A Cimeira, priorizando «a economia baseada no conhecimento» e a «sociedade da informação», elegeu a «competitividade» e a «inovação» como indispensáveis ao «crescimento» (que quantificou) – essencialmente para competir com a economia norte-americana, marginalizando nesta opção aqueles que trabalham. Aliás, estas orientações contrariam o que fora apontado como um dos principais objectivos da Cimeira – a «elevação da taxa de emprego» – consagrando o «modelo económico norte-americano», assente na flexibilidade e na fragilidade da segurança social, em detrimento do «modelo social europeu».

A Cimeira de Lisboa deu um novo passo para a concretização do «governo europeu»

Tais decisões correspondem aos interesses do grande capital, cuja concentração e centralização se faz à custa do desmantelamento

de conquistas e direitos alcançados por várias gerações de trabalhadores, impondo-lhes pesadíssimos sacrifícios, atirando-os para a pobreza e a marginalização social. Com elas, e sobretudo pela forma como foram assumidas neste Conselho Europeu, concretizou-se um novo avanço federalista a que Guterres chamou «a revolução na U.E.». A Cimeira de Lisboa entronizou «o primado da política sobre a economia», dando um novo passo para a concretização do «governo europeu». Provavelmente, esta reunião passará a ser mais recordada como o Conselho muito mais preocupado com o avanço para a União Política, do que com a solução do gravíssimo problema do desemprego.

Mas ficará também assinalada pela poderosa resposta de massas às duríssimas condições de vida que estes governos impõem aos respectivos povos. Na manifestação da CGTP, os trabalhadores portugueses, reclamando «emprego sim, desemprego não», «contra a precariedade, emprego de qualidade», trouxeram para a rua a luta quotidiana que desenvolvem nos seus locais de trabalho. Tratou-se duma magnífica expressão da sua consciência de classe, da sua força e do papel primordial que desempenham para uma alternativa à Europa do grande capital, que avança também como bloco político-militar. Assume relevante significado político a participação de 12 partidos comunistas e da esquerda europeia que, nesse mesmo dia, com o PCP se reuniram num Encontro/Fórum sobre «Coesão social/Emprego com direitos», na base da exigência comum dum novo rumo para a Europa. Encontro que afirmou a solidariedade internacionalista, como valor inestimável da luta de classes, e a convicção que a par da luta em cada país é necessária a cooperação e solidariedade das forças de esquerda para contrapor à U.E. a Europa dos trabalhadores, de paz e de progresso social.

Editorial

FAZER O ESSENCIAL

A poderosa manifestação promovida pela CGTP, por ocasião da mal chamada «Cimeira do Emprego», constituiu o mais relevante acontecimento nacional na semana que passou. Pondo a nu o conteúdo mistificatório e hipócrita da «Cimeira», a manifestação de dezenas de milhar de trabalhadores evidenciou, igualmente, as enormes potencialidades de desenvolvimento da luta de massas – pela dimensão que assumiu, pela combatividade que confirmou, pelas fortíssimas presenças feminina e juvenil, pelos objectivos que tinha. Tratou-se, de facto, de uma muito forte jornada de luta que frustrou clamorosamente os sonhos do Primeiro-Ministro: ao contrário do que António Guterres previa e pretendia, o ponto alto da denominada «Presidência Portuguesa» foi, para já, não «a sua Cimeira» – que simulando o combate ao desemprego esteve, de facto, ao serviço dos interesses do grande capital – mas a gigantesca manifestação da CGTP – demonstrativa da determinação dos trabalhadores portugueses de não desistirem da luta pela defe-

e cómoda ideia de que os partidos e os políticos são todos iguais; é jogar bem jogado um «jogo democrático» que não só não ponha em causa a política de direita como, pelo contrário, a estimule e lhe dê força. Assim sendo, é óbvio que nenhum dos propagandistas da «ausência de oposição» inserirá na tese comum a todos eles o papel e o significado da manifestação de massas do dia 23 – nem das múltiplas lutas que milhares de trabalhadores desenvolvem nos mais diversos sectores de actividade; nem da campanha nacional do PCP por melhores salários, emprego com direitos e valorização do trabalho.

Escondidos por detrás de um falso manto de preocupações com o desemprego, a exclusão social e a pobreza, os «quinze» cumpriram durante dois dias o seu papel de «bons rapazes». A operação propagandística que antecedeu a «Cimeira» – e, de forma muito especial, a promoção da imagem do engenheiro Guterres como iluminado descobridor do fim do desemprego – continha todos os ingredientes necessários à confecção do cozinhado pretendido, aliás, como sempre aconteceu em situações anteriores. Como é sabido, nos últimos anos têm ocorrido «cimeiras» várias tendo sempre como pretensa preocupação prioritária a resolução do problema do desemprego, e todas elas se têm traduzido, segundo os seus promotores, em «incontestáveis êxitos» – entretanto o desemprego e a precariedade, indiferentes a tais «êxitos», continuaram a aumentar. Por seu lado, António Guterres celebrou-se enquanto inventor de milagrosas receitas que, segundo os seus panegiristas de serviço, deixaram todos os seus congéneres do Planeta boquiabertos e poriam fim definitivo ao desemprego. Aplicadas as mezinhas do engenheiro Guterres, a situação é a que se conhece. E assim acontecerá na sequência desta «cimeira» de Lisboa e de todas as que, todos os anos na Primavera, lhe vierem a suceder. Pela simples razão de que o capitalismo – gerador de desemprego e de mau emprego e deles se alimentando – não está obviamente interessado em roubar-se, em tirar a si próprio o alimento que é indispensável à sua existência.

Assim, realizada com o pretenso objectivo de criar «mais e melhor emprego» e de pôr fim à «exclusão social e à pobreza», a «cimeira de Guterres» aprovou as conclusões necessárias para a criação de menos e pior emprego e para a acentuação da exclusão social e da pobreza. Daí a satisfação final do Primeiro-Ministro: «Não fizemos tudo mas fizemos, claramente, o essencial.» Opinião perfilhada, naturalmente, pela CIP que, considerando «positivas» as conclusões do conclave explicava, didáctica: «As medidas aprovadas na Cimeira centram-se no desenvolvimento económico, em vez do social, e isso parece-nos bem. Defendemos que deve ser desenvolvido o social que provar que tem possibilidade de sustentação económica.» Daí, igualmente, o elogio da CAP: «É positivo que o Governo tenha conseguido concretizar esta Cimeira, que foi de alguma forma conclusiva, dado que os três encontros anteriores não tinham conseguido chegar a medidas concretas (...) obviamente, não será a agricultura a criar empregos.» Razão, portanto, para Guterres: «Fizemos, claramente, o essencial.»

“À cimeira do capital responderam os trabalhadores com a sua cimeira do trabalho e da luta”

sa dos seus direitos e interesses. À cimeira do capital, ali representado pelos chefes de Estado e de Governo da UE, responderam os trabalhadores com a sua cimeira do trabalho e da luta. E ficou claro que o que se passou «lá dentro» confirma a necessidade de os trabalhadores prosseguirem e intensificarem a sua luta – porque nada lhes será oferecido pelo inimigo de classe e tudo o que conquistarem será, sempre e só, através da luta.

Possivelmente nenhum dos produtores e difusores da tese da «ausência de oposição» à política do Governo do PS se lembrou de tal tese ao ver as imagens da imponente manifestação de oposição a essa política... É que, para esses manipuladores da realidade, «oposição» é outra coisa: é duelo verbal fluente e inócuo; é exibição de fintas e demagogias mediáticas; é fingir bem que se está contra aquilo que, de facto, se defende; é proclamar altissonantes intenções de apresentar moções de censura ao Governo dias depois de lhe votar o OE; é afirmar-se como «alternativa» sendo alternância e representar bem o papel de suposto defensor de uma política diferente; é criar factos políticos que se tornem notícia e desviem as atenções da prossecução da política de direita; é agir na base de métodos e práticas conducentes ao descrédito dos partidos, da política e dos políticos espalhando a útil

Actual

Mil vezes mais

• Vítor Dias



No último «Expresso», o jornalista Fernando Madrinha explicava-nos caridosamente que «Lisboa ficou dois dias em estado de sítio mas resistiu sem danos de maior». E logo detalhava que a capital «sobreviveu às sirenes da polícia, aos poderosos Audis a cem à hora, às greves oportunistas e às manifestações parasitárias que - é da praxe! - uma cimeira europeia que se preze sempre há-de trazer consigo».

Generosos e benévolos, deixemos de lado tudo o que se esconde por detrás deste truque mesquinho de misturar greves e manifestações com sirenes de polícia e Audis a cem à hora.

Tolerantes com a ignorância, deixemos também de lado o piedoso esclarecimento de que não é assim tanto da praxe que as Cimeiras da União Europeia se defrontem com manifestações com a singular dimensão e força da que se realizou em Lisboa há oito dias.

Educados e civilizados, deixemos ainda de lado a observação de que o jornalista em causa, no quadro de uma melhor gestão dos adjetivos, teria

sido justo e pertinente se - aí sim - tivesse tido a coragem de reservar o labéu de «oportunistas» e «parasitárias» para as enésimas promessas de criação de milhões de empregos feitas face a uma Europa que, como ele diz, «tem muitos milhões de desempregados e outros tantos milhões de pobres».

Sim, deixemos tudo isso de lado e antes registemos secamente que deve ter sido na base destas rancorosas qualificações sobre as greves e as manifestações que, na mesma edição, e tirando a generosidade de conceder a Carvalho da Silva um «alto» na rubrica «Altos & Baixos», o «Expresso» conseguia não trazer mais uma linha (ou uma foto) sobre a manifestação de dia 25, nem sequer na página onde passa em revista a semana finda.

Sim, deixemos de lado tudo aquilo e retenhamos sobretudo que, para sua suprema vergonha, este conceituado jornalista do «Expresso» só vê oportunismo e parasitismo quando uma impressionante manifestação dos trabalhadores levanta em Portugal a bandeira das suas aspirações e da sua conde-

nação de uma política profundamente errada e injusta e confronta os administradores-delegados da União Europeia com a funda exigência de outra política.

E assim se desenha uma inapagável fronteira entre quem assim pensa e escreve e quem, como os comunistas portugueses, vê nas lutas em curso dos trabalhadores e na manifestação de dia 25 mil vezes mais verdade, mil vezes mais humanidade, mil vezes mais dignidade, mil vezes mais grandeza cívica, mil vezes mais afirmação e vitalidade da democracia e mil vezes mais motivos de esperança do que em toda a choldra politiqueria e em todo o maremoto de vacuidade e inutilidade que, largamente «amadrinhada» pelos «media», vai repugnantemente ensopando a vida política nacional.

A Cimeira de uns quantos

• Jorge Cordeiro

“Que lho digam no Parlamento inglês, onde, depois de tantas comissões de inquérito, já deve de andar orçado o número de almas que é preciso vender ao Diabo, o número de corpos que se tem de entregar antes do tempo ao cemitério para fazer um tecelão rico e fidalgo como Sir Roberto Peel, um mineiro, um banqueiro, um grangeiro - seja o que for: cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis.” Quando, em 1846, Almeida Garrett escreveu aquelas palavras em «Viagens na Minha Terra» estaria longe de imaginar a actualidade que elas ganhariam ao ler-se uma pequena notícia divulgada por um matutino na passada semana. Destinada a divulgar a lista das dez maiores fortunas na Grã-Bretanha, a notícia confirmava que entre os que haviam alcançado tão edificante objectivo se encontra o patrão da Adecco, número um mundial do trabalho temporário, Philippe Foriel-Destezet de seu nome e graça.

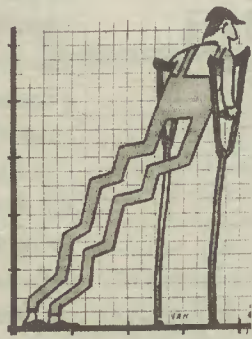
Não narram as notícias mais recentes se tão bafejada criatura e digníssimo cidadão europeu se deslocou em pessoa a Lisboa para assistir à Cimeira da União Europeia sobre o emprego ou se depositou em mãos de outros a representação dos seus elevados interesses. O que tem por certo é que directa ou por interpostas pessoas a Cimeira não lhe gorou expectativas nem lhe trouxe razões para perda de sono. Para ele e para os que demais constroem sobre a precariedade, o trabalho sem direitos e a exploração

de milhões de trabalhadores os seus impérios de riqueza e opulência a Cimeira não desapontou.

Em nome de uma alegada rivalização em matéria económica com o capitalismo americano a Cimeira adoptou no fundamental aquele conjunto de medidas e decisões, que no sentido da mais pura liberalização, asseguram o prosseguimento de um caminho marcado pela flexibilização das relações de trabalho, apresentadas como condições para dar à economia europeia aquele toque de competitividade e modernidade, conseguida à custa dos trabalhadores, que alegadamente lhe falta.

Gestores diligentes do capitalismo, Guterres, Blair, Aznar e seus pares bem podem sentir-se no papel do dever cumprido. Pelo meio de umas referências à construção da sociedade de informação e a uns repetidos apelos a novas promessas de pleno emprego para daqui a uns anos, a Cimeira assegura para já as medidas com vista à desregulação e liberalização da economia. Quanto à coesão social, ao combate à exclusão e à promoção do trabalho com direitos, logo se vê. Desde já adiadas para uma próxima ocasião, à mistura com uns patéticos apelos à compreensão e boa vontade do grande capital.

Pelo que o tal Philippe, patrão da Adecco, e outros distintos cidadãos que se lhe equivalam podem tranquilamente aspirar a manter a sua cimeira posição na lista dos mais ricos da Europa.



O Óscar

• Anabela Fino

Ele há óscares para tudo. A moda é americana mas felizmente já se estendeu a todos os sectores, que ninguém desdenha de levar para casa um balde de plástico quanto mais um troféu, seja porque na opinião de uns tantos se tem uma carinha laroca, um sorriso cativante ou uma língua afiada, que nisto de dotes cada um tem os seus e não está escrito em lado nenhum que é obrigatório ser-se um crânio para ter direito às luzes da ribalta, por efémeras que sejam, apesar de até à data não estar provado que sirvam para outra coisa do que alimentar o ego, o que, convenhamos, não é pouco, e para encher os bolsos a umas quantas indústrias concebidas a preceito para aliviar papalvos, o que até é muito.

Do cinema à música, da televisão à moda, é um ver-se-te-avias nesta época do ano, com os óscares a fazer correr rios de tinta e a vender milhões de revis-

tas, sabendo-se como se sabe que quem não tem cão caça com gato, que é como quem diz quem não faz parte dos nomeados ou do júri nem por isso deixa de viver os acontecimentos, por interposta revista ou televisão, é certo, mas participando, gastando horas e horas no acompanhamento do processo, dizendo de sua justiça em família ou tertúlia de amigos, discutindo, opinando e até mesmo votando, facto digno de registar para a posteridade, pois um simples gesto de fazer uma chamada telefónica ou de comprar as revistas que amavelmente forne-

cem os cupões de voto basta para que se abram as portas desta verdadeira democracia participativa. Como no melhor pano cai a nódoa, é evidente que também este paraíso teve

até recentemente o seu senão, a saber, a completa marginalização da classe política governante, fenómeno que Freud certamente explicaria mas que, na sua ausência, me atrevo a classificar de manifestação inconsciente do mal-agradecidos que somos todos, ruins como as cobras, sempre prontos a pôr defeitos e a calar virtudes que mesmo quando não vislumbradas certamente existem, como as bruxas, salvo seja.

Pois esta clamorosa injustiça chegou agora ao fim, e em boa hora, pela mão do *Financial Times*, que em letra de forma «nomeou» segunda-feira o primeiro-ministro António Guterres para a «melhor actuação» política na União Europeia, graças à «magnífica» performance na Cimeira de Lisboa, onde, pasme-se, levou os Quinze a acordarem numa média anual de crescimento de cinco por cento para a União Europeia e na criação de 20 milhões de empregos numa década. Coisa de mestre, há que convir. O jornal não diz, mas parece que o Óscar é na modalidade de ficção.



Frases

“(...) o emprego que tem sido criado nos últimos anos é de fraquíssima qualidade, o que se repercute na precariedade e na desregulamentação das relações laborais, que implica a diminuição das suas capacidades reivindicativas.”

(Lino de Carvalho
- «Diário de Notícias-Negócios», 27.03.00)

“Na área da grande distribuição, mais de metade dos trabalhadores são contratados a termo, havendo locais onde essas percentagens sobem a 60% ou mais. Noutras empresas existem pessoas contratadas ao dia.”

(idem, ibidem)

“Este Orçamento de Estado é bastante à esquerda, talvez mesmo o mais à esquerda que o país já teve.”

(Ferro Rodrigues
- «Diário de Notícias», 23.03.00)

“Guterres vai hoje na cola da Internet, como Delors tentou aproveitar em tempos a boleia do mercado único. Este pensou no Estado e nas redes transeuropeias - e falhou. Aquele fala em “benchmarking” e sonha, em dez anos, tornar a Europa a região mais competitiva do planeta - embora o próprio não conheça a arroba e não use computador.”

(Sérgio Figueiredo
- «Diário Económico», 23.03.00)

“Com a Cimeira Lisbo@.com, Guterres deixou de ser apenas um político europeu para se transformar num político da web. Agora só lhe falta meter o seu Governo num portal para ser um ciberprimeiro-ministro...”

(Carlos Magno
- «Diário de Notícias», 25.03.00)

“Paulo Portas colocou o PP no terreno do populismo puro, onde os princípios e a coerência são descartáveis.”

(Paulo Ferreira
- «Diário Económico», 27.03.00)

“As presidenciais reduzem-se, para a direita, a um expediente de marcação de terreno: uma comédia cada vez mais artificial de representações simbólicas.”

(Vicente Jorge Silva
- «Diário de Notícias», 24.03.00)

“Paulo Portas age como o conde Drácula. A sua política passa pela sangria do PSD. Sangrou-o n’«O Independente». Sangrá-lo-á onde puder. Alianças com ele é dar a veia ao vampiro.”

(João Carreira Bom
- «Diário de Notícias», 26.03.00)

“Jorge Coelho, Lili Caneças, Dadinha Ribeiro da Cunha, entre tantos exemplares da pequenez frívola do jet-set à portuguesa, vestidos a rigor e jantando iguarias perante uma plateia (esfomeada?) de figurantes anónimos, foram o cenário adequado ao funeral, involuntariamente cruel e kitsch, de uma época. Uma época em que Herman nos ensinou a rir daquele mesmo mundo que ele sentou à mesa para jantar.”

(Vicente Jorge Silva
- «Diário de Notícias», 24.03.00)

“A cultura audiovisual - que é passiva, massificadora, minimalista, uniformizadora, acrítica, redutora e utilitarista -, está a escorraçar a cultura escrita - que é activa, reclama um esforço individual, incita à curiosidade, convida ao saber e estimula a sensibilidade, a reflexão e a crítica.”

(Alfredo Barroso
- «Expresso», 25.03.00)

Iniciativas no Parlamento, propaganda nas empresas, solidariedade e apoio às lutas em curso

A campanha do trabalho

Até 15 de Abril, os comunistas orientam uma importante parte dos seus esforços para o contacto com trabalhadores, procurando estreitar ainda mais os laços que unem o PCP e as classes laboriosas.

A campanha nacional de contacto com os trabalhadores, sob o lema «Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», iniciou-se a 14 de Março e possibilitou já a distribuição de muitos milhares de exemplares do folheto em que se analisa a situação social e laboral, se apontam responsabilidades ao Governo pelo agravamento das condições de trabalho e de vida de muitos portugueses e se recorda as propostas e compromissos do PCP na campanha eleitoral (que começaram a ser cumpridos logo na abertura da sessão legislativa e que continuam agora, com a apresentação de mais quatro projectos de lei, referidos na página 6 desta edição).

Hoje, por todo o País, as organizações do Partido levam a cabo, no âmbito da campanha, uma acção especial de divulgação e venda do «Avante!» em empresas e locais de concentração de trabalhadores.

O PCP quer ter ainda mais forte apoio dos trabalhadores

Grande aceitação

«Nesta fase, a nota geral é a de uma grande aceitação do documento do Partido», referiu Jerónimo de Sousa. No comentário que lhe solicitámos acerca do andamento da campanha, este membro da Comissão Política notou que «as questões dos baixos salários e da precariedade do emprego e o apelo dos trabalhadores para o Partido reforçar a intervenção e a

iniciativa constituem a nota dominante dos contactos» realizados (muitos dos quais têm sido anunciados na Agenda do «Avante!», onde esta semana figuram mais umas dezenas de iniciativas em vários distritos).

Jerónimo de Sousa salientou, para além da participação do secretário-geral e de dirigentes do PCP, «o empenhamento de dezenas de quadros do Partido, das células e organismos, das concelhias e das direcções regionais», nas iniciativas de distribuição de folhetos e de contacto com trabalhadores. Informou ainda que, «correspondendo ao convite do Partido a diversas organizações, estão já marcados para os próximos dias encontros com delegações do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, da Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, da Liga Operária Católica e da Associação de Deficientes e Sinistrados do Trabalho», a realizar no centro de tra-



A venda do «Avante!» marca hoje a campanha do Partido

balho da Rua Soeiro Pereira Gomes. Ao promover estes encontros, o Partido «visa não só um melhor conhecimento da realidade e dos problemas, como a contribuição para a inter-pleção ao Governo, a realizar em Abril, na Assembleia da República, por

iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP», explicou Jerónimo de Sousa.

O dirigente comunista sublinhou que «a divulgação, durante a campanha, das iniciativas legislativas recentemente apresentadas pelo Grupo Parlamentar não substitui, antes

potencia, o exercício do direito de participação das organizações de trabalhadores na legislação laboral, na medida em que em breve estarão em fase de discussão pública promovida pela Comissão Parlamentar do Trabalho e de Segurança Social».

A Arco Têxteis e outros casos

Uma delegação da Direcção Regional do Porto do PCP foi recebida na semana passada pela Inspecção-Geral do Trabalho, apelando à urgente intervenção deste organismo face à ilegalidade cometida na Arco Têxteis, onde 26 trabalhadores, incluindo toda a comissão sindical, foram suspensos na sequência de uma greve com ampla participação (como noticiámos na semana passada).

O deputado Honório Novo (que esteve na segunda-feira na Arco, a informar os trabalhadores sobre o requerimento que apresentou na AR, questionando o Ministério do Trabalho sobre medidas para reposição da legalidade) e os dirigentes comunistas José Timóteo e Rosa Dias levaram à delegação do Porto da IGT diversos outros casos, manifestando «inúmeras e fundadas preocupações» sobre a situação nos locais de trabalho, diz a DORP, numa nota que divulgou à comunicação social.

Negativa

Foram referidos, entre outros, problemas nas áreas do comércio e serviços (na EMIP, por exemplo, que coloca trabalhadores nos super e hipermercados, há «inúmeras queixas» relativas

a contratos a termo não fundamentados, atraso nos descontos para a Segurança Social, desrespeito dos feriados e do descanso semanal obrigatório ao domingo, impedimentos da actividade sindical e insatisfações com a intervenção da própria IGT), na indústria alimentar (registam-se casos de parcialidade na actuação da IGT, há empresas que são prevenidas da realização de inspeções e há processos que se perdem nos serviços administrativos), na construção civil (a «gravíssima situação do trabalho clandestino»), na hotelaria e restauração (cargas horárias muito superiores ao máximo legal, trabalho extra não pago, trabalho ilegal e clandestino).

O PCP falou ainda aos responsáveis da IGT nos problemas dos pescadores (com realce para o roubo do subsídio de Natal a 200 pescadores da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde) e dos trabalhadores das indústrias gráfica, química e metalúrgica (designadamente na Fábrica de Papel Azenha, na Unipress, na Fapoboli, na CNB/Camac, na Petrogal e na Tegopi).

A actuação do Ministério do Trabalho, do qual depende a IGT, merece «nota negativa» da DORP do PCP («sem prejuízo de intervenções positivas»), que considera «inaceitável que

haja orientações oficiais no sentido de secundarizar os direitos contratuais, considerando-os uma questão menor, quando se sabe que é neste plano que os direitos e a lei são mais violados».

Exigências e propostas

Os comunistas reclamam «uma efectiva fiscalização» do cumprimento da legislação laboral, particularmente no que toca ao combate ao trabalho infantil, ao falso trabalho independente e ao trabalho não declarado e ilegal. Exigem ainda «uma fiscalização rigorosa das empresas de trabalho temporário».

Entretanto, informou também a DORP, estão a ser analisadas «propostas e iniciativas concretas», num trabalho conjunto com o Grupo Parlamentar comunista, com dois objectivos: dotar a IGT de poderes, no âmbito da sua investigação, que obriguem a entidade patronal a deslocar-se ao Ministério do Trabalho; e rever a actual estrutura de fiscalização, assente em dois departamentos (o IDICT, virado para as relações laborais, negociações e conflitos colectivos, e a IGT, para os conflitos individuais).



A impunidade é regra face aos atropelos do patronato

PCP apresenta quatro projectos
na área laboral visando a defesa dos direitos dos trabalhadores

Por mais e melhor emprego

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República quatro projectos de lei sobre matéria laboral. Ganha um novo fôlego a campanha nacional em curso por «Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho».

À luta de massas associa-se assim a vertente institucional, numa área considerada pelos comunistas como prioritária e central na sua actividade. Disso é também expressão a interpeleção ao Governo sobre esta problemática, anunciada para Abril próximo.

Em nome da qualidade do emprego e do aumento de condições para a criação de emprego, com os diplomas agora entregues no Parlamento, o PCP quer reduzir para 35 horas o tempo de trabalho semanal, combater a precariedade no emprego, assegurar os direitos dos trabalhadores nos casos de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento, e actualizar as pensões degradadas da função pública.

Cresce a precariedade

Na base destas iniciativas legislativas está o pressu-

posto de que a qualidade do emprego tem vindo a diminuir drasticamente. Sucede que a estrutura do emprego em Portugal, como foi lembrado pelo deputado Lino de Carvalho na conferência de

A estrutura do emprego em Portugal assenta em formas de flexibilidade que aumentam a precariedade

imprensa para apresentação dos diplomas, assenta «cada vez mais em formas de flexibilidade que arrastam um generalizado aumento da precariedade nas relações laborais». A multiplicação dos contratos a termo (ou a prazo) nas suas mais variadas formas e a multiplicação de empresas de trabalho temporário são testemunho desse aumento da precariedade.

Os números, aliás, não deixam margem para dúvidas. Entre o 4.º trimestre de 1995 e o 2.º trimestre de 1999, segundo dados do INE citados por Lino de Carvalho, o número de contratos de trabalho celebrados a



Trabalhadores desafiam Governo a criar emprego com direitos

termo passou de 11 por cento do total de emprego por conta de outrem para 14 por cento, isto é, subiu de cerca de 335 mil para 460 mil o número de trabalhadores nestas condições. A este número importa ainda adicionar mais cerca de 52 mil

empregos em regime de prestação de serviços (designadamente nas empresas de trabalho temporário) e mais aproximadamente 139 mil correspondentes a outros tipos de contrato atípico.

A manter-se esta tendência – e esta é a pergunta que legitimamente se coloca –, onde é que isto vai parar?

Tanto mais que já existem hoje muitas empresas onde a quase totalidade dos seus trabalhadores está contratada a prazo. Mais: há já casos de contratação ao dia, renovável diariamente, como referiu Lino de Carvalho, lembrando ainda a este propósito a situação das grandes superfícies, onde cerca de metade dos traba-

lhadores têm vínculo precário. Fácil é perceber, pois, as consequências que decorrem deste contexto de precariedade, com incidência sobretudo na fragilização extrema dos direitos e garantias dos trabalhadores, nos regimes salariais, na sua capacidade reivindicativa perante o livre arbítrio do patronato.

Contra a precariedade

Os contratos a prazo entraram no nosso ordenamento jurídico, em Outubro de 1976, pela mão do PS, então dirigido por Mário Soares. Como o PCP previu na altura, o regime de contratação a prazo e a ampliação das condições em que se poderiam celebrar contratos a termo não vieram, como propagandeava o discurso oficial, criar condições de emprego mais favoráveis. O que ocorreu, isso sim, como sublinha o PCP, foi «um gigantesco incremento do trabalho a termo, com a fragilização dos direitos e garantias que são devidos aos trabalhadores».

Não só as empresas passaram a aplicar como regra o que deveria ser excepção, como aquele diploma legal foi, entretanto, a porta aberta para que, posteriormente, novas alterações legislativas viessem ampliar as condições do regime de contratação não permanente.

É o caso do Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, que o PCP se propõe agora modificar com o projecto de lei que «altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo, combatendo a precariedade no emprego».

No seu articulado, entre outros aspectos, o projecto de lei do PCP consagra que o contrato de trabalho a termo constitui uma forma excepcional de contratação e que a sua celebração está subordinada ao princípio de que a uma função permanente deve corresponder um contrato de trabalho sem termo. Definido é igualmente que em caso algum a condição de trabalhador à procura de primeiro emprego ou de desempregado de longa duração é, por si só, fundamento para a celebração de contrato a termo.

Assegurar os direitos

Diferentes formas de mobilidade e de cedências ocasionais de trabalhadores entre empresas constituem o resultado da progressiva fragilização dos direitos dos trabalhadores levada a cabo no contexto da profunda alteração do sistema de relações laborais.

Novas formas de organização empresarial, reestruturação de grupos económicos, segmentação por diversas empresas das actividades económicas até aí concentradas numa única, como sublinha o PCP, têm-se multiplicado na estrutura empresarial portuguesa. Milhares de trabalhadores têm sido cedidos ou transferidos da empresa «mãe» para as novas empresas sem serem ouvidos ou sem o seu acordo, sem que os seus direitos estejam assegurados ou sem que as empresas cedentes e cessionárias assumam plena e solidariamente as respectivas obrigações perante o trabalhador. Empresas como a EDP, Cimpor, CP, Portugal Telecom, Correios de Portugal,

TAP, empresas do sector financeiro e segurador, são alguns dos múltiplos exemplos existentes ou anunciados. Também neste capítulo o PCP apresenta um projecto de lei, em ordem a produzir legislação que, em todos os casos, garante plenamente os direitos dos trabalhadores.

Nesse sentido, o projecto de lei comunista impõe que a cedência ocasional de trabalhadores só é lícita se o trabalhador cedido estiver vinculado por contrato de trabalho sem termo; a cedência se verificar no quadro da colaboração entre empresas jurídica ou financeiramente associadas ou economicamente interdependentes; a cedência decorrer do acréscimo, temporário e excepcional, de actividade na empresa cessionária; a cedência for pelo prazo de um ano renovável por iguais períodos até ao limite máximo de cinco anos de cedência; a existência de acordo do trabalhador cedido.

Melhores pensões

Garantir a actualização das pensões degradadas da função pública, tal é, em síntese, o objectivo de outro projecto de lei subscrito pelos deputados comunistas. Depois de ter procurado garantir que o aumento mínimo para os trabalhadores da Administração Pública se cifrasse em 5000\$00, no Orçamento de Estado para 2000, o PCP quer corrigir a gritante injustiça que constitui a enorme degradação das pensões dos funcionários públicos que se aposentaram antes da entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo, em 1 de Outubro de 1989, relativamente às pensões de aposentação após aquela data e em que a respectiva actualização se encontra indexada à dos vencimentos no activo.

Tal degradação, no entender dos deputados do PCP, deve-se não só à circunstância

de as pensões em vigor antes do NSR não estarem indexadas à da actualização dos vencimentos no activo, como também ao facto de não terem sido consideradas, ao nível das aposentações, medidas de equiparação às próprias novas estruturas de carreira. Tendo sido possível, na anterior legislatura, com o contributo do PCP, resolver as situações mais gritantes referentes aos professores aposentados, ficaram de fora cerca de 40.000 aposentados da função pública. É esta manifesta situação de injustiça que os comunistas pretendem resolver com o seu projecto de Lei, que, entre outras coisas, determina a actualização das pensões de aposentação dos funcionários públicos, aposentados até 30 de Setembro de 1989 e dos beneficiários de pensões de sobrevivência bem como uma correcção extraordinária dessas pensões.

Pela semana das 35 horas

Quanto à criação de emprego por via da redução do tempo de trabalho, para si uma «questão magna», importa recordar que foi devido ao forte empenhamento do PCP que foi possível, na última legislatura, aprovar a Lei n.º 21/96, de 23 de Julho, que reduziu o horário de trabalho das 44 horas para as 40 horas de duração semanal.

Depois de forte oposição de alguns sectores do patronato (que em muitos sectores e empresas ainda se mantém) e de hesitações do Governo com interpretação de conceitos favorável às teses das empresas, como é sublinhado na nota preambular do diploma, a Lei das 40 horas, graças à luta dos trabalhadores, está a fazer o seu caminho.

Este caminho, da redução do tempo de trabalho sem redução de salários e outros direi-

tos dos trabalhadores, na perspectiva do PCP, deve prosseguir. Tanto mais que, conforme foi sublinhado na conferência de imprensa, «os avanços civilizacionais traduzidos no desenvolvimento da base material, técnica e científica da Humanidade devem implicar mais tempos de descanso e melhor qualidade de vida para aqueles que são os principais artífices da produção de riqueza, os trabalhadores».

Ao propor a redução progressiva para 35 horas por semana do tempo de trabalho, o projecto de lei, no seu articulado, determina que a redução do tempo de trabalho para trinta e cinco horas por semana seja efectuado progressivamente até ao final de 2003, sem redução do nível salarial nem de quaisquer outros direitos.



Estiveram presentes delegações estrangeiras do Partido do Socialismo Democrático (Alemanha), do AKEL (Chipre), da Esquerda Unida (Espanha), do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista da Grécia, do Partido Socialista (Holanda), do Partido dos Trabalhadores da Hungria, do Partido da Refundação Comunista e do Partido dos Comunistas Italianos, do Partido da Esquerda (Suécia), e das Euro Marchas

Fórum do PCP defende coesão social e emprego com direitos

Europa precisa de novo rumo

No dia em que se iniciava o Conselho Extraordinário sobre o Emprego, o PCP reunia em Lisboa 12 partidos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas da Europa, num encontro subordinado ao tema «Coesão Social e o emprego com direitos».

O tom geral das intervenções foi logo dado por Gabriele Zimmer, do Partido do Socialismo Democrático, que depois de referir os mais de quatro milhões de desempregados no seu país, afirmou que a Cimeira de Lisboa representa uma oportunidade perdida para alterar este quadro.

«Eles apenas estão a repetir as velhas concepções neoliberais. Emprego precário e redução dos custos do trabalho — é esta a inovação das políticas europeias», disse Zimmer que acusou os Quinze de pretendem importar o modelo ameri-

cano de emprego, sem quaisquer direitos para os trabalhadores.

Em nome do AKEL, do Chipre, Yannakis Thoma considerou que a situação gravíssima da maioria dos países da Ásia, América Latina e da antiga URSS é provocada pela globalização, que em vez de aproximar afasta ainda mais os países mais frágeis. Condenando as políticas neoliberais, Thoma considerou da máxima importância que em contraposição à Cimeira que discute a forma de tornar a Europa mais competitiva, se realize uma

manifestação sindical pelo emprego com direitos.

Susana Lopez, da Esquerda Unida, abordou a situação em

Espanha marcada pelo recente triunfo do Partido de Aznar e a derrota da esquerda. Como observou, trata-se de um governo neoliberal que aparece agora como o porta-voz das políticas da terceira via. Na sua opinião, isto significa a assunção do modelo neoliberal pela social-democracia.

Em consequência, por toda a Europa, onde os partidos social-democratas controlam a maioria dos governos, assiste-se ao neoliberalismo selvagem, ao desmantelamento da protecção social, por vezes, salientou, «com a cumplicidade de algumas centrais sindicais».

O modelo americano significa emprego precário e sem direitos

No actual contexto, Susana Lopez chamou a atenção para os movimentos sociais emergentes alternativos, alguns dos quais têm «uma atitude mais à esquerda que certos sindicatos e partidos de esquerda», e deu como exemplo as movimentações de Seattle, onde as ONG's tiveram um papel particularmente destacado.

Distribuir a riqueza

Um destes movimentos são as Euro Marchas, presente no encontro através de Hugo Braun. Como referiu, o movimento é mais conhecido suas acções contra o desemprego do que pelos seus debates. Ape-

sar disso, Braun foi claro ao salientar que «nunca haverá respeito pelos direitos sociais sem uma nova distribuição da riqueza». As manifestações são, no seu entender, a melhor forma de lutar por este objectivo e combater o desemprego. Entre as acções mais importantes das Euro Marchas destacam-se as acções realizadas recentemente em Colónia, Paris e Nice.

Retomando a ideia já expressa de que a social-democracia integra o coro daquelas que defendem e promovem uma economia de mercado dominada pelos mercados financeiros, Alain Morin, do Partido Comunista Francês, criticou as actuais orientações monetárias e financeiras da Europa e frisou que as políti-

cas monetárias têm servido sobretudo para facilitar o aumento das operações financeiras e das exportações maciças de capital, que atingiram no ano passado o montante astronómico de 500 mil milhões de euros, em investimentos no estrangeiro.

O dirigente francês defendeu uma «inflexão da política económica e social» do governo do seu país, de forma a assegurar uma «maior coerência entre as intenções sociais proclamadas e os meios a disponibilizar» para esse fim. Em vez de «procurar rivalizar com os Estados Unidos, a União Europeia poderia agir em prol de uma verdadeira cooperação mundial para o emprego e para a formação», disse Morin. ►

«Mais emprego sim, mas com direitos»

Carlos Carvalhas, que interveio no final do encontro, ironizou recordando que «no passado, dizia-se que tal ou tal cidadão tinha um emprego em determinada empresa e que ainda fazia uns biscates... Agora chamam emprego aos biscates. Para um jovem estudante um emprego precário pode ser aceitável. Mas para aquele que quer perspectivar o seu futuro, assegurar a sua habitação e família que garantias lhe dá um trabalho precário?», perguntou o líder comunista.

Exigindo «mais emprego, mas com direitos», Carvalhas disse que «seria interessante que as estatísticas da União Europeia quantificassem os falsos empregos, o trabalho clandestino e o

subemprego e não apenas o desemprego... Muito do emprego revelado pelas estatísticas não passa de emprego precário e de falso emprego. Não passa, infelizmente, de engenharia e criatividade estatística para consumo propagandístico».

«O emprego virtual pode decorar os discursos do Senhor Primeiro Ministro, mas não altera a realidade», sublinhou Carvalhas afirmando que não se compreende que «Portugal esteja no lugar cimeiro entre os países da União Europeia em que é maior o fosso entre os 10 por cento mais ricos e os 10 por cento mais pobres da sociedade».

Por outro lado, o secretário geral do PCP considerou que a chamada nova economia, na prática, significa o seguimento da «política neoliberal, a privatização de novos sectores e a imitação do modelo americano com muita retórica social. O que se pretende é fazer passar o chamado modelo americano embrulhado com belas palavras sobre o desemprego. Isto é, aumentar a ofensiva contra os salários, contra os direitos dos trabalhadores e contra os sindicatos».

Por isso, concluiu, «é necessário mudar de rumo, o que exige acção comum, mais ofensiva e uma cada vez maior cooperação das forças revolucionárias e de esquerda e o desenvolvimento da luta social, sindical, política e institucional».

A arma mais poderosa

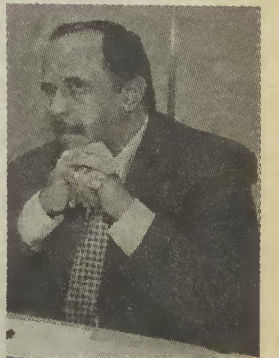
«O desemprego, sendo o inimigo mais terrível para milhões de pessoas é, ao mesmo tempo, a arma mais poderosa nas mãos dos capitalistas e dos governos para intensificar a exploração e promover as reformas antilaborais», sublinhou Kostas Paraskevas, do Partido Comunista da Grécia.

Nos últimos anos, o emprego tem sido utilizado na UE para desferir um golpe contra os direitos laborais, sociais e democráticos dos trabalhadores, sendo feito um esforço gigantesco, ideológico e de propaganda, para esconder as causas do desemprego, frisou.

A invocação do problema do desemprego, disse Kostas, constitui uma nova operação que visa aumentar os lucros dos monopólios e proceder a uma redistribuição do rendimento nacional mais favorável ao capital. Neste sentido, assiste-se à desregulamentação do horário de trabalho; à sua redução com diminuição dos salários; à destruição dos sistemas de protecção social; ao ataque contra os direitos e liberdades sindicais; à tentativa de abolição da contratação colectiva.

Para o Partido Comunista da Grécia, «o sistema capitalista é um verdadeiro campo de cultivo do desemprego e a sua abolição não será possível sem a superação histórica deste sistema social».

Aliás, explicou, sendo uma manifestação das crises capitalistas, nunca até ao momento foi registado um período de abolição completa, mesmo que momentânea, do desemprego. Perante as propostas actuais que «oferecem cinicamente como solução o semi-desemprego, o semimiserável ou o semiempregado», o PCG contrapõe um política de ruptura, a qual, reconheceu Kostas Paraskevas, «não é nem ao gosto, nem aceitável quer pelos governos, quer pelas forças políticas que adoptam a economia de mercado livre, a dominação dos monopólios, o tratado de Maastricht».



Kostas Paraskevas



Além de Carlos Carvalhas, a delegação do PCP era composta por Albano Nunes, do Secretariado, Agostinho Lopes, do Secretariado e da Comissão Política do PCP, e Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP. Manuela Cunha esteve em representação do Partido Ecologista «Os Verdes»



Fórum internacional do PCP converge na necessidade da cooperação das forças revolucionárias e de esquerda para combater o neoliberalismo

Qual é a nova economia?

A nova economia é uma expressão que está na moda mas, na opinião de Franco Giordano, do Partido da Refundação Comunista, aquilo a que assistimos tem pouco de novo.

Por um lado, temos uma economia dependente dos mercados bolsistas, onde os preços estão inflacionados quando comparados com os lucros das empresas. Por outro, pretende-se importar definitivamente o modelo americano de organização do trabalho. Isto significa liberdade de despedimentos, subalternização do movimento sindical, desregulamentação laboral, ataque aos salários — tudo para competir na ofensiva globalizadora. «São duas faces da mesma moeda», disse Giordano, que defendeu como principais orientações da luta das forças das forças de esquerda «a defesa dos salários e a redução do horários de trabalho; da qualidade do emprego; do combate à evasão fiscal, controlo e taxação das transacções financeiras; bem como de um sector público relevante.

No fórum, interveio igualmente Grazia Paoletti, do Partido dos Comunistas Italianos, confirmando o forte crescimento do trabalho precário e a tempo parcial no seu país. Segundo disse, na Itália

«apenas há um posto de trabalho fixo por cada dez», situação que entre outras consequências se traduz num aumento anual dos acidentes de trabalho. Dentro em breve, realizar-se-á um referendo sobre a abolição da norma que obriga o empregador a reintegrar os trabalhadores despedidos sem justa causa. Na prática, o que se vai votar é o livre despedimento.

O crescimento não basta

A Hungria conheceu um quebra de 40 por cento do produto interno bruto entre 1990 e 1994. Como referiu, no Encontro, Ana Bitá Farkas, do Partido dos Trabalhadores da Hungria, hoje a maioria dos índices económicos já recuperou para os níveis existentes em 1990 e o PIB aumenta entre 4 a 4,5 por cento ao ano. No entanto, frisou, «o crescimento económico sozinho é incapaz de resolver o problema do desemprego ou de aumentar o número de postos de trabalho».

Mas mesmo num país como a Holanda, que apresenta bons índices económicos, designadamente um crescimento de três por cento ao ano, uma inflação de 1,5 por cento, uma taxa de desemprego abaixo dos três por cento e um orçamento público que tem mais receitas do que despesas, a realidade social é menos optimista.

Segundo Tini Kox, secretário-geral do Partido Socialista, esta performance económica tem um preço: «um

milhão de famílias vivem no limite do mínimo social e mais de 250 mil crianças crescem na pobreza.

Na Holanda há um milhão de desempregados fora das estatísticas

A maioria dos novos pobres é constituída por mulheres e imigrantes, sendo que nestas camadas o desemprego é quatro vezes superior à média nacional. Em contrapartida, o número de milionários cresceu 400 por cento nos últimos 10 anos.

Mas mesmo as estatísticas do emprego podem ser enganadoras, disse Kox, lembrando que cerca de um milhão de

desempregados não são contabilizados, porque não encontram trabalho compatível, e muito do emprego na Holanda é temporário e a tempo parcial, sendo este o primeiro a desaparecer em caso de diminuição do crescimento económico. Por outro lado, cerca de 70 por cento dos trabalhadores com 55 anos de idade não trabalham e deixaram de contar para as estatísticas. Por isso, fez questão de alertar: «quando ouvirem falar do modelo holandês saibam que se trata apenas de números, estatísticas, mentiras e políticos».

Esquerda contra Haider

A delegação do Partido Comunista da Áustria não pôde estar presente no fórum. No entanto, Manfred Gross, presidente do Bloco Sindical de Esquerda e da direcção do partido, enviou um texto sobre a situação no seu país, caracterizada pela ascensão ao poder de uma coligação do Partido Popular Austríaco (OVP) com o Partido Livre da Áustria (FPO) liderado por Haider.

Estes dois partidos, tendo obtido 53,8 por cento dos votos nas eleições de 3 de

Outubro de 1999, detêm a maioria parlamentar mas não os dois terços necessários para alterar a Constituição. Deste modo, salienta Manfred Gross, a oposição, composta pelo Partido Social Democrata e Verdes, está em condições de travar iniciativas nesse sentido.

No entanto, a participação da extrema-direita no governo desencadeou um onda de protestos na Europa e levou a sanções por parte dos 14 Estados-membros, conduzindo a uma acentuada polariza-

ção de forças na sociedade austríaca.

A esquerda, constituída pelo Partido Comunista e diversas forças de esquerda sem representação parlamentar, formou um ampla frente integrada por outras forças democráticas para combater o racismo e a degradação das condições de vida.

Depois de ter juntado entre 250 a 300 mil pessoas numa manifestação contra a participação da FPO no Governo, Haider demitiu-se do cargo de presidente do Partido, mas esta decisão é vista pelos comunistas como uma mera manobra táctica já que, verdadeiro mentor do actual governo, o objectivo do líder da extrema-direita é alcançar o lugar de chanceler nas próximas eleições.

O programa da aliança OVP-FPO aposta no favorecimento do grande capital e na especulação financeira, tendo como alvos a abater as pensões, a saúde, o subsídio de desemprego. Com a demissão do Estado das suas funções sociais, a ordem é de privatizar todos os bens e serviços públicos e desregulamentar os contratos e acordos de trabalho. Por último, a aliança quer afastar as mulheres do mercado de trabalho e agravar a política restritiva em relação aos estrangeiros.

Estas são algumas da directrizes da aliança com a extrema-direita. Todavia, como sublinha Manfred Gross, muitos aspectos já tinham sido postos em causa pelo anterior governo liderado pelos social-democratas que, submetido ao diktat do neoliberalismo, introduziu muitas medidas anti-sociais.

Cem milhões para Moçambique

O valor das contribuições oficiais e compromissos assumidos pela comunidade internacional para ajuda a Moçambique estima-se em 100 milhões de euros (cerca de 20 milhões de contos), segundo revela a Comissão Europeia, indicando que 60 por cento desse montante são provenientes dos estados membros da UE.

Esta informação é dada pelo comissário Poul Nielson, na sequência de uma pergunta apresentada pelo deputado do PCP, Joaquim Miranda, que interrogava a Comissão Europeia sobre as medidas de urgência que tencionava adoptar com vista a fazer face às destruições causadas pelas inundações.

O Comissário esclarece ainda que logo no início de Fevereiro foram canalizados para a região um milhão de euros (cerca de 200 mil contos) através do Serviço de Ajuda Humanitária (ECHO), da Cruz Vermelha e de outras organizações não governamentais. Foram ainda disponibilizados ao delegado da Comissão e ao governo de Moçambique 1,4 milhões de euros e mais tarde, na sequência dos dados causados pelo ciclone Eline, foi aprovada uma verba de dois milhões de euros. A Comissão está ainda a preparar uma acção da Comunidade que associa o co-financiamento de ONGs com as acções do Fundo Europeu de Desenvolvimento tendo em vista ajudar Moçambique a recuperar da crise.

Assembleia ACP apoia adesão de Cuba

A Assembleia Paritária UE/ACP (países de África, Caraíbas e Pacífico) aprovou por larga maioria uma resolução que apoia o pedido de adesão de Cuba à nova convenção que estabelece o relacionamento entre estes países a União.

O novo acordo de cooperação e parceria foi concluído no início de Fevereiro mas só será entrará em vigor depois de ser assinada pelos chefes de Estado e de Governo dos 86 países signatários e ratificada pelos respectivos parlamentos. A cerimónia de assinatura está prevista para o próximo mês de Junho, nas ilhas Fiji.

A convenção terá um prazo de validade de 20 anos e apresenta como objectivo a erradicação da pobreza através da integração a prazo dos países ACP - 38 dos quais figuram entre os mais pobres do mundo — na economia mundial.

Para que Cuba possa fazer parte deste grupo, é necessária a aprovação do Conselho de Ministros da União Europeia.

A Cimeira Alternativa

A função social da maternidade, a necessidade de mobilização das ONG na luta por trabalho igual e salário igual, e a protecção ambiental são algumas das questões destacadas nas conclusões da Cimeira Alternativa, realizada no passado dia 24 em Lisboa.

A cimeira, promovida por um vasto conjunto de organizações e partidos, designadamente o PCP, pediu a redução da carga horária dos trabalhadores, em particular das mulheres,

e alertou também para a forte discriminação de que os deficientes são alvo. No que respeita ao Ambiente, foram criticados os projectos das transnacionais e a Política Agrícola Comum (PAC), sublinhando-se a necessidade de se utilizar energias renováveis e alternativas e apoiar as explorações familiares.

No capítulo do emprego com direitos, a cimeira concluiu que as empresas, através de reestruturações, utilizam abusivamente a segurança social e que o capitalismo pretende um exército de mão-de-obra disponível, com desemprego, trabalho precário e maior exploração.

Condenou o trabalho infantil e concluiu que os trabalhadores terão de continuar a lutar, apelando à necessidade de unidade e cooperação de todas as organizações sociais e forças políticas progressistas. Os participantes exigiram uma maior responsabilidade do Estado no campo do ensino, defendendo a escola pública e o alargamento das bolsas de estudo.



Pequenas explorações em queda

Concentração na agricultura

O Eurostat concluiu que o número de explorações agrícolas tem vindo a diminuir, em resultado da concentração crescente da terra e da produção nas mãos dos grandes agricultores.

Em Portugal, entre 1987 e 1997, registou-se uma redução de 34 por cento no número das explorações agrícolas, um ritmo muito superior à média verificada na União Europeia, no mesmo período, que se ficou pelos 24 por cento, segundo indica o relatório da Agência de Estatísticas Europeias, denominado «30 Anos de Agricultura na Europa».

Só nos dois primeiros anos de governação PS, entre 1995 e 1997, desapareceram 8 por cento das explorações agrícolas. Esta redução incidiu principalmente sobre as pequenas explorações (com menos de cinco hectares), na sua grande maioria de índole familiar que, no referido período de 10 anos, sofreram uma diminuição de 40 por cento, com graves consequências sobre o emprego, a desertificação do mundo rural e o aumento das disparidades regionais.

Enquanto isso, o número das grandes explorações, com mais de 50 hectares, aumentava mais de 30 por cento, apesar de, entre 1995 a 1997, também estas terem sofrido uma ligeira redução de 2 por cento.

Esta evolução verifica-se não só em Portugal, mas em toda a Europa. Com a progressiva liberalização dos mercados internos e externos, a contínua descida dos preços agrícolas e, em consequência, dos rendimentos dos agricultores era previsível que ocorresse uma «selecção natural» dos pequenos agricultores, ditos «não competitivos».

Apoios para grandes

Para este quadro muito contribui o facto de grande parte dos meios financeiros nacionais e comunitários ser canalizada para o apoio dos grandes agricultores. Em Portugal, um

por cento dos agricultores recebe 42 por cento das ajudas, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), que favorece claramente os grandes produtores. Veja-se o que se tem passado no sector do leite com o resgate das quotas dos pequenos produtores, em benefício dos grandes e da agro-indústria.

O Governo contrapõe que, em 1999, os agricultores tiveram um incremento de 16 por cento nos rendimentos agrícolas, enquanto o rendimento agrícola decaiu 3 por cento na União Europeia. Contudo, estes números não levam em conta que o aumento da produtividade e o facto de o ano de 1999 ter sido um excelente ano agrícola no sector dos vinhos e das frutas e legumes. Por outro lado, o aumento verificado não compensa a perda de 25 por cento ocorrida nos últimos anos e o baixo valor nominal dos rendimentos.

Por fim, resta lembrar ao governo que milhares de pequenas explorações foram sacrificadas para que hoje, alguns possam ser «competitivos», internacionalmente... é claro.



● Ilda Figueiredo

A Cimeira de Lisboa

Se dúvidas houvesse sobre as pretensões do Conselho Europeu relativamente à Cimeira de Lisboa de 23 e 24 de Março, as suas conclusões, apresentadas com pompa e circunstância pelo eng. Guterres como uma vitória, revelam que a sua prioridade não era a criação de emprego com direitos e o combate à exclusão social, mas, sim, uma nova aceleração das privatizações para uma mais rápida desregulamentação dos principais sectores de actividade, de forma a facilitar a sua aquisição pelos grupos económicos internacionais. Tendo como objectivo principal tornar a União Europeia, nos próximos dez anos, o espaço mais competitivo do mundo, e estando sempre subjacente a guerra económica com os EUA, as principais palavras de ordem das conclusões da Cimeira, como referiram vários jornais, são: flexibilizar, desregulamentar, liberalizar. Assim, o que inicialmente apareceu como a cimeira do emprego, transformou-se na cimeira do liberalismo económico, insistindo na necessidade de reformas económicas e nos mercados de trabalho, inspiradas no modelo americano, avançando, desde já, com as liberalizações nos sectores básicos das telecomunicações para estarem prontas no final de 2001, e acelerando a liberalização dos mercados do gás, electricidade, água, serviços postais e transportes, o que só não ficou com data-limite de 2004, como o eng. Guterres propunha, por oposição da França. Quanto aos serviços financeiros, a data para completar o plano já ficou inscrita: 2005.

Liberais satisfeitos

Daí que o Partido Liberal Europeu se tenha congratulado com a inspiração liberal da Cimeira de Lisboa, e a França tenha aparecido como o único país que se opôs a uma ainda maior aceleração do processo de privatizações que a Presidência Portuguesa pretendia para os grandes sectores de actividade, insistindo na necessidade de preservação do serviço público, sobretudo no que se refere à energia e aos transportes. Mas a verdade é que a dupla Aznar/Blair, com as palmas de Guterres e outros governantes dos partidos socialistas, deu os passos mais

significativos que até hoje tinham sido possíveis no caminho do desmantelamento do que resta do dito «modelo social europeu», tentando abrir caminho à destruição das principais conquistas sociais dos trabalhadores nas últimas décadas. Em Junho, na Cimeira da Feira, tentarão mais uns passos. De qualquer modo, já combinaram que todos os anos, pela Primavera, será tempo de novos encontros para medir forças e ver que avanços podem dar no desmantelamento do que resta nos serviços públicos.

Mão cheia de nada

Quanto às preocupações sociais tão propagandeadas pelo governo português durante a preparação da Cimeira de Lisboa, foram, no essencial, adiadas para Nice, no final do ano, quando a presidência francesa terminar o seu mandato. Assim, das promessas que tinham sido feitas, restou, para os trabalhadores, uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Do emprego, ficou uma vaga referência a um objectivo de pleno emprego, sem qualquer compromisso, seja quanto à sua concretização temporal, seja, sobretudo, quanto à qualidade. Todos sabemos que falar de pleno emprego de biscates não é a mesma coisa que falar de pleno emprego de qualidade e com direitos.

Sobre o crescimento económico, ao compromisso inicialmente avançado, aconteceu o mesmo que ao emprego e às outras questões sociais, uma vaga referência a três por cento, o que, só por si, demonstra que a principal prioridade não é resolver o problema do desemprego, ou, sequer, reduzir a sua taxa para metade até 2010. Foi mesmo rejeitada a proposta inicial que avançava com estes valores. Do que fica de positivo desta Cimeira de Lisboa é a grandiosa manifestação dos trabalhadores, promovida pela CGTP, e que juntou, em Lisboa, no dia 23 de Março, mais de 70 mil trabalhadores, na luta por melhores salários e um emprego de qualidade, com direitos. Esse é o caminho que há-de obrigar os governos da União Europeia a rever as suas estratégias que visam obter cada vez maiores lucros para os grupos económicos e multinacionais à custa do aumento das dificuldades dos pequenos e médios empresários e da exploração dos trabalhadores.



Jovens na manifestação de 23 denunciam a hipocrisia do acordo entre UE e o México

Solidários com Chiapas

Um grupo de cidadãos de diferentes países da União Europeia entregou na Cimeira de Lisboa um abaixo-assinado manifestando solidariedade com as populações indígenas do México que estão a ser vítimas de uma guerra movida pelo governo mexicano.

A entrega do documento foi efectuada no dia em que o presidente mexicano, Ernesto Zedillo, se encontrava em Lisboa para ratificar um acordo preferencial entre o México e a União Europeia. No mesmo dia, a causa do povo do Estado de Chiapas foi lembrada na manifestação promovida pela CGTP-ÍN, onde se integrou um grupo de jovens que acusou a UE de hipocrisia ao fazer vista grossa à violação dos direitos

humanos no México em troca do acesso preferencial a um mercado de 375 milhões de pessoas.

O tratado prevê a eliminação progressiva das taxas alfandegárias, medida que deverá abranger já a partir de 1 de Julho 48 por cento das exportações industriais da UE e 82 por cento das mexicanas. A liberalização afecta também 62 por cento dos produtos agrícolas.

O abaixo-assinado foi assinado por um amplo conjunto de personalidades conhecidas da vida cultural e política portuguesa. Entre elas, constam os nomes do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas; José Casanova, membro da Comissão política do PCP; dos dirigentes, da

JCP, Pedro Silva e Vanessa Silva; dos deputados na AR Bernardino Soares e Margarida Botelho; Ilda Figueiredo, deputada no PE; dos vereadores na CM de Lisboa, António Abreu e Rui Godinho; dos sindicalistas Amável Alves e Américo Leal; almirante Rosa Coutinho; general Vasco Gonçalves; Artur Ramos, realizador de cinema; dos cantores Carlos do Carmo e Manuel Freire; dos escritores Alice Vieira, Catarina Fonseca, Mário Castrim e Urbano Tavares Rodrigues; dos jornalistas Fernando Correia, Miguel Urbano Rodrigues e Rogério Rodrigues; Mário Alberto, cenógrafo e artista plástico; dos actores Morais e Castro e Tiago Rodrigues, entre muitos outros.

Contra propostas patronais
«totalmente descabidas»

Construção pára dia 12

Ao abrir mais uma página no calendário de lutas laborais, a CGTP previne que os aumentos dos combustíveis tornam ainda menos credível a previsão de dois por cento de inflação.

Os patrões da construção civil e obras públicas insistem em aumentos salariais de 58 escudos por dia e uma subida de 25 escudos no subsídio de almoço, que os sindicatos consideram «uma afronta à moral e dignidade de quem trabalha, em condições penosas e degradantes», com ordenados que correspondem a um terço da média europeia. Os representantes patronais também querem instituir um controlo obrigatório generalizado e não independente da alcoolemia, moldes vivamente contestados pelos sindicatos do sector.

Aumentos na construção civil são uma afronta à dignidade

O plenário de sindicatos, reunido na semana passada, saudou os trabalhadores que aderiram à greve de 14 de Março e apontou nova paralisação, das 12 às 24 horas de 12 de Abril, com concentração junto às associações patronais, para dar continuidade à luta.

Saúde

A greve da passada quinta-feira, no sector administrativo da Saúde, teve uma adesão elevada e acima das expectativas, de acordo com a Federação Nacional dos Sindicatos

da Função Pública, que apontou alguns exemplos de adesões totais e mesmo encerramento de serviços em hospitais de Lisboa. «Não só estão em greve muitos contratados, como muito pessoal do quadro está também a aderir», dizia a direcção da FNSFP/CGTP, que convocou a paralisação como forma de exigir uma solução do Governo para o problema de milhares de trabalhadores que têm contratos a prazo (muitos terminariam amanhã e foram prorrogados até 28 de Fevereiro de 2001, depois de anunciada a greve, o que foi considerado uma pretensa solução e uma tentativa de desmobilização).

Perspectivas graves

Os anunciados aumentos dos preços dos combustíveis vão ter reflexos na inflação e

retiram qualquer realismo à previsão de dois por cento, declarada pelo Governo – alertou Carvalho da Silva anteontem, após uma reunião da Comissão Executiva da CGTP-IN, onde estiveram em foco as lutas de trabalhadores actualmente em curso e o previsível aumento da conflitualidade, devido, sobretudo, à insistência do Governo e do patronato numa política de baixos salários.

A CGTP voltou a chamar a atenção para as ameaças à Segurança Social, a propósito da discussão, ontem iniciada na AR, das alterações à Lei de Bases. A central recusa que se procure transferir verbas avultadas para a área dos seguros privados e denunciou o facto de haver cerca de 200 mil trabalhadores que não fazem quaisquer descontos, porque as empresas os não inscrevem na Segurança Social.

Professores acampam pela estabilidade

Um grupo de professores e dirigentes da Fenprof estiveram simbolicamente acampados, quinta e sexta-feira, junto à sede da presidência portuguesa da União Europeia, para protestar contra a precariedade de emprego no ensino. Com

esta acção pretenderam lembrar aos participantes na Cimeira que cerca de 20 mil professores e educadores têm um vínculo precário ao ensino, correndo o risco de ficar desempregados sem terem direito a receber subsídio de

desemprego. Manuel Grilo, dirigente da Federação Nacional dos Professores, disse à Lusa que a situação dos professores contratados está exactamente na mesma, apesar das promessas do Ministério da Educação. O projecto de

diploma para a atribuição de subsídio de desemprego aos professores continua na Assembleia da República. Quanto à possibilidade de vinculação dos professores com mais de dois anos de serviço, reivindicada pela Fenprof, o Ministério continua a rejeitá-la, acrescentou. A Fenprof critica o facto de o Governo manter estes professores em condições de grande instabilidade laboral, quando Portugal tem um dos mais baixos índices de sucesso escolar.

Uma fonte do Ministério da Educação disse à agência que o diploma governamental sobre o subsídio de desemprego para os professores se encontra já na Presidência da República, para promulgação, esperando o ME que esse diploma entre em vigor antes de na AR ser sujeito a votação o projecto de lei que ali se encontra, da autoria do PCP, que procura responder às críticas dos professores quanto ao texto do Governo.



Professores em luta contra a precariedade de emprego

Números do emprego instável

Um em cada cinco assalariados tem contrato de trabalho precário, apesar do relativo crescimento do emprego nas estatísticas oficiais. De acordo com um levantamento feito pela CGTP-IN, no período que antecedeu a acção nacional «Por emprego de qualidade e contra a precariedade», o emprego precário atingiu em 1999 cerca de **639 mil** trabalhadores no continente, o que corresponde a 19,1 por cento do total dos assalariados.

Esta percentagem tem vindo a aumentar nos últimos anos, pois em 1995 era de 11,1 por cento. De 1998 para 99 o aumento dos contratos permanentes não foi além de 1,4 por cento, enquanto os contratos não permanentes cresceram 12,3 por cento (cerca de 70 mil).

De entre os contratos não permanentes, os que abrangem mais trabalhadores são os contratos a termo (**449 mil**), mas as outras formas de precariedade atingem também dimensões consideráveis. Cerca de 87 mil trabalhadores têm trabalhos pontuais ou ocasionais, 55 mil trabalham sazonalmente, não tendo sequer contrato escrito, e cerca de 48 mil (18,9 por cento) estão sujeitos ao falso trabalho independente, concluiu o estudo da CGTP, feito com base em dados do INE.

O principal motivo que leva à procura de um novo emprego é o fim de um emprego de duração limitada (33,3 por cento), o que no total do desemprego tem um peso considerável (28,2 por cento).

Os **jovens entre os 15 e os 24 anos** são os principais atingidos pela precariedade, dado que a percentagem dos que têm contratos não permanentes é o **dobro** da global (39,2 por cento contra 19,1 por cento).

O emprego a tempo parcial, apesar de representar apenas 5,2 por cento do total, abrangendo **175 mil** trabalhadores, está também relacionado com o aumento da precariedade. Em 1998, os contratos não permanentes entre os trabalhadores a tempo parcial eram 37,7 por cento, tendo aumentado para 41,5 por cento em 1999.

O trabalho a tempo parcial é na sua grande maioria involuntário, dado que apenas 21,3 por cento dos trabalhadores referem não ter querido um horário completo. Os restantes 78,7 por cento dividem-se entre os que não encontraram emprego a tempo inteiro e os que têm outras razões que os obrigam a trabalhar a tempo parcial.

A par do estudo da CGTP, a Agência Lusa refere também um levantamento da União dos Sindicatos de Lisboa, que regista a existência de 1887 trabalhadores precários nos CTT (11,8 por cento), 54 trabalhadores na Sim-Siemens (45,8 por cento), 120 trabalhadores precários na Fertagus (83,3 por cento), 312 na Portugália (36,4 por cento), 180 na Samsung (36 por cento) e 196 na Iglo (53,7 por cento).

Nas grandes obras do distrito de Lisboa o trabalho precário ultrapassa os 50 por cento.

GNR de «braços caídos»

A partir de sábado passado e até 8 de Abril, os guardas da GNR garantem a segurança dos cidadãos, mas não estarão tão atentos a multas e outros serviços, disse à agência Lusa o secretário-geral da Associação dos Profissionais da Guarda, Carlos Correia.

Esta tomada de posição enquadra-se num processo de «indignação» dos soldados da GNR, que pretendem um **horário de trabalho semanal**, uma **carreira própria** e um **melhor salário**. Segundo o secretário-geral da APG, aqueles profissionais fazem 80 e 90 horas por semana, às vezes mais, enquanto as disposições que criam a nova Polícia Municipal prevêem que eles não trabalharão mais de 35 horas semanais, terão direito a duas folgas semanais e, em caso de serviço extraordinário, serão avisados com 48 horas de antecedência.

Os sócios da APG rejeitam também que os seus oficiais vejam a carreira limitada pela transferência de oficiais do Exército para aquela força. «Uma portaria já assinada vai elevar para **15** o número de oficiais-generais na GNR», explica Carlos Correia, recordando que um tenente-general da NATO, em cenário de guerra, comanda uma brigada de vinte mil homens (a GNR tem cerca de 25 mil soldados).

O Regulamento de Avaliação Militar, rejeitado no Exército, foi já implementado na GNR, apesar de lesar fortemente os seus profissionais. «Não queremos ser o quarto ramo das Forças Armadas», afirma Carlos Correia.

No que toca aos vencimentos, o novo sistema retributivo afectou mais de três mil homens e deixou os profissionais da GNR «em manifesta desigualdade» em relação à PSP, protesta o secretário-geral da APG.

Situação «caótica» no Júlio de Matos

A redução do número de enfermeiros por turno no serviço dos doentes crónicos do Hospital Júlio de Matos e o encerramento da urgência estão a motivar o descontentamento destes profissionais, que enviaram segunda-feira um abaixo-assinado à administração - e que foi igualmente enviado ao Ministério da Saúde. O documento, dinamizado pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e subscrito por 124 dos 150 enfermeiros que exercem no hospital, visa pressionar o conselho de administração da

instituição a reunir-se com os profissionais, de forma a solucionar a «situação caótica» que se vive no hospital.

A falta de informação relativamente ao processo de transferência das urgências para o Hospital Curry Cabral, a necessidade de rever o número de profissionais necessários por serviço e a situação «desumana» de concentração de 60 doentes crónicos, sem ocupação, por falta de terapeutas ocupacionais e com um número de enfermeiros insuficiente para a prestação de cuidados são algumas

das questões levantadas no abaixo-assinado, citado pela Lusa. O documento refere ainda a situação do pavilhão em que convivem doentes agudos dos dois sexos, «num espaço inadequado, sem segurança e sem vigilância», e exige, nomeadamente, «alterações nas estruturas sanitárias, acessos para macas e cadeiras de rodas, portas de emergência, instalação de sistema de vigilância de vídeo e a substituição do vidro por materiais inquebráveis».

A desertificação dos serviços em matéria de enferma-

gem, referida no documento, foi igualmente confirmada à agência por Rui Santos, do SEP, que sublinhou ser já inviável a manutenção de dois enfermeiros por turno no apoio aos doentes crónicos, devido «ao elevado número de profissionais que tem saído do hospital». Sem dar ao conselho de administração um prazo para resposta, o SEP espera, no entanto, que o encontro seja agendado durante as próximas duas semanas, sem o que admite «encetar outras formas de luta».



Dezenas de milhares de trabalhadores responderam ao apelo da CGTP no dia 23

Faltam medidas concretas CGTP queria mais da Cimeira

As declarações de António Guterres sobre as conclusões da reunião de Lisboa, «confirmam as apreensões da CGTP-IN quanto à concretização das boas intenções expressas no documento inicial da Presidência portuguesa».

Numa nota distribuída sexta-feira, a Intersindical Nacional acrescenta que, sendo «uma sociedade de pleno emprego» um objectivo por que sempre se bateu, ele «parece estar agora comprometido, face à insuficiência do tratamento desta importante questão nas conclusões» da reunião extraordinária do Conselho da UE.

Crescimento da precariedade

A central diz que «a falta de medidas concretas e quantificadas para a criação de emprego de qualidade dá razão às reclamações dos mais de 50 mil manifestantes, convocados pela CGTP, que desfilarão junto à FIL, a exigir mais emprego e emprego de qualidade». É que, «depois de três anos (e outras tantas cimeiras) perdidos, a CGTP-IN esperava da Cimeira

ra extraordinária posições firmes dos «quinze» no ataque ao grave problema do desemprego e da baixa qualidade do emprego, bem como medidas mais ousadas na defesa e melhoria do modelo de protecção social».

Agora, «das declarações do primeiro-ministro parece ressaltar a ideia de que o crescimento do emprego será feito à custa do agravamento da precariedade, o que vem frustrar as expectativas dos trabalhadores que, na Europa, combatem este flagelo social».

Também constitui «decepção» o facto da Cimeira ter abandonado a meta de crescimento anual de três por cento (o movimento sindical europeu reclamava 3,5) e deixado apenas um «objectivo genérico», o que, para a *Inter*, «significa que não há garantia de um crescimento sustentado, gerados de emprego e bem-estar social».

«A nova sociedade da ino-

vação e do conhecimento, que é prometida para o futuro, é uma realidade distante da sociedade portuguesa e sê-lo-á também daqui a dez anos», protesta a CGTP, contrapondo que «o que os trabalhadores e desempregados esperavam era uma resposta também para os problemas do presente».

Notando que não houve a mesma determinação quanto à protecção social, a central vê a aprovação de «medidas concretas de liberalização dos mercados da energia, transportes e comunicações» como «uma vitória das teses neoliberais sobre o social».

«É no sentido de levar os chefes de Estado e de Governo a corrigirem os défices das medidas de emprego e de protecção social, registados nas conclusões da Cimeira, que a CGTP, conjuntamente com os outros filiados na Confederação Europeia de Sindicatos, se vai empenhar profundamente na mobilização dos trabalhadores portugueses para a grande manifestação de 19 de Junho, no qual altura em que estas conclusões irão ser debatidas e adoptadas», conclui o comunicado.

Grande adesão na Água do Luso

A greve dos trabalhadores da Sociedade da Água do Luso (SAL), reivindicando 3,5 por cento de aumentos salariais, registou quinta-feira uma adesão entre 80 e 90 por cento, afirmou à Lusa o porta-voz da comissão negociadora, Alfredo Lourenço.

Convocada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas e pelo Sindicato da Hotelaria do Centro, a greve abrangeu funcionários das duas fábricas de água (Luso e Cruzei-

ro), das Termas e do Grande Hotel do Luso. Segundo Alfredo Lourenço, nas termas, de 12 funcionários, apenas trabalhou um, registando-se grande percentagem de adesão à greve nas duas fábricas, que empregam 233 pessoas.

Os grevistas manifestaram-se de manhã em Coimbra e seguiram depois para Lisboa, onde integraram a manifestação da CGTP junto ao local onde decorria a Cimeira da UE.

Os sindicatos acusam a SAL de protelar as negociações, não apresentando qualquer proposta de aumentos salariais, e reivindicam também a subida de escalão para todos os trabalhadores, com a subida entre o A e o C a realizar-se ao fim de três anos de permanência no mesmo escalão. A partir do C, a subida de escalão deve acontecer após avaliação profissional ou, obrigatoriamente, ao fim de quatro anos de permanência, exigem os sindicatos.

Precariedade multinacional

• José Machado

No sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico, onde pontuam grandes grupos multinacionais, a precariedade e a segmentação do emprego têm vindo a acentuar-se. É baixo o grau de habilitações e qualificações da população empregada, particularmente dos trabalhadores mais antigos, e as empresas não apostam na formação contínua. Algumas categorias de trabalhadores são particularmente atingidas. Os jovens têm uma inserção, quase sempre, precária. Apesar do nível de educação, estão, na sua maioria, em ocupações de baixos salários e menor qualificação.

a UTA, multinacional americana, tem 60 por cento de trabalhadores precarizados, de um total de 3572 (dos precarizados, 83 por cento são mulheres). Estes são os casos mais graves, já que todas as empresas multinacionais deste sector utilizam de forma excessiva a contratação a termo.

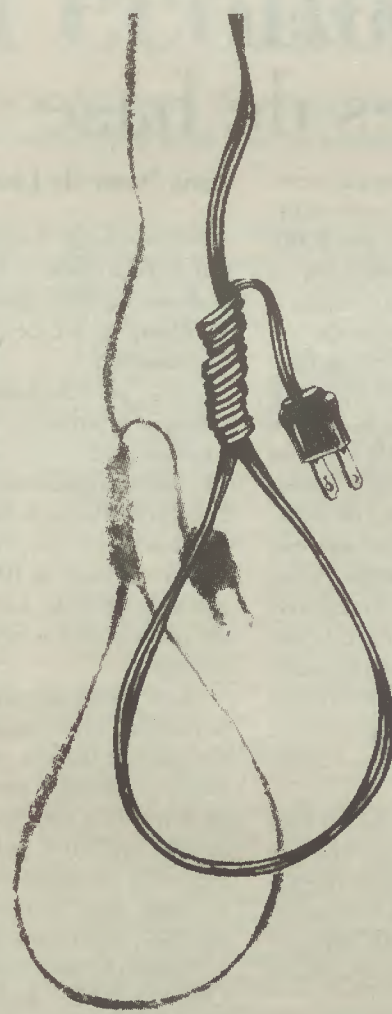
Quem as trava?

São ainda as multinacionais fabricantes de material eléctrico e electrónico responsáveis por graves processos de *deslocalização*, como sucedeu há aproximadamente um ano com a Texas-Samsung, que lançou no desemprego 780 trabalhadores, não devolvendo ao Estado a totalidade dos milhões de contos que recebeu de incentivos fiscais e verbas do PEDIP. Estes comportamentos têm que ser impedidos, o que exige, ao nível da União Europeia, a definição de regras que impeçam a continuação desta actuação de algumas multinacionais. Por outro lado, a elevada precariedade do emprego, no sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico, tem profundos efeitos negativos no tecido produtivo: cria grande desmotivação nos trabalhadores, já que põe em causa os seus direitos, mesmo os mais elementares; alimenta de forma inaceitável uma cultura de não cumprimento da legalidade democrática por parte das multinacionais; incentiva uma actividade produtiva baseada em baixos salários e na fraca qualidade do emprego; desincentiva a qualificação e a formação contínua dos trabalhadores; e tem pesados custos em termos de sinistralidade e doenças profissionais (não podemos deixar de referir, a propósito, as mais de duas mil jovens trabalhadoras, designadamente, da Yazaki, da Delphi, da Indelma, da Philips e da Ford Electrónica, que estão incapacitadas por terem ficado afectadas com tendinites, resultantes de processos de produção e equipamentos desadequados).

É necessário criar, definitivamente, condições para que os contratos a prazo só sejam aceitáveis em actividades de natureza objectivamente temporária. O desemprego e a precariedade são um efeito de várias causas.

É necessário **atacar essas causas**, que passam, no essencial, pelas políticas económicas erradas desenvolvidas na União Europeia, assentes num modelo de desenvolvimento desajustado, que não consegue responder às necessidades de criação de mais emprego com menos precariedade. Para inverter este caminho, exige-se uma empenhada intervenção, em cada país e ao nível europeu, das forças políticas da esquerda, particularmente no Parlamento Europeu. Não são conclusões como as das cimeiras do Luxemburgo, de Colónia ou de Lisboa que podem resolver o grave problema do desemprego e do emprego de qualidade a nível europeu.

Os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, dirigido pela CGTP-IN, conhecem as causas e os efeitos do desemprego e da precariedade. Por isso realizaram, no dia 23 de Março, um grande protesto nacional, exigindo mais e melhor emprego, sem precariedade.



O emprego feminino é muito elevado, o que é positivo, mas mantêm-se regimes discriminatórios no plano salarial e profissional para muitas trabalhadoras.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, junto com os sindicatos federados, tem desenvolvido várias acções sindicais, **com resultados positivos**, contra a precariedade do emprego nas multinacionais deste sector, envolvendo na luta sindical os trabalhadores precarizados, na base do princípio de que a postos de trabalho de natureza permanente devem corresponder contratos de trabalho permanentes, e pressionando a Inspeção-Geral do Trabalho a intervir, assumindo as suas responsabilidades de fiscalização. Contudo, não conseguimos impedir os números inaceitáveis de precariedade nalgumas multinacionais, apurados nos balanços sociais destas empresas: a **Philips** de Ovar tem 52 por cento de trabalhadores com contrato precário, num total de 2377; a **Indelma** (do grupo Siemens) tem 30 por cento de trabalhadores precarizados, num total de 2076, e admitiu mais 700 trabalhadores sob a forma de aluguer de mão-de-obra (trabalho temporário):

5.ª Assembleia de Organização de Braga quer reforçar o número de eleitos nas próximas autárquicas

Dar mais voz às populações

Com a presença de 250 delegados, realizou-se recentemente a 5.ª Assembleia da Organização Regional de Braga que debateu a actividade do Partido no distrito, traçou as linhas de acção futura e elegeu a nova Direcção Regional.

A Assembleia, reunida em Braga, discutiu ainda o reforço da intervenção política dos comunistas nos próximos anos e as questões de organização partidária e do trabalho de direcção.

O trabalho de preparação das eleições autárquicas de

2001 foi sublinhado, de entre as linhas de orientação para o reforço do PCP, como uma das mais importantes batalhas a travar, tendo a Assembleia aprovado como objectivos do distrito concorrer a todos os órgãos municipais, aumentar o número de listas para as

Assembleias de Freguesia, reforçar a presença de eleitos comunistas nos órgãos de freguesia, assim como o número geral de eleitos e de mandatos nas autárquias do distrito, e obter novas maiorias e presidências de Juntas.

A Resolução Política aprovada traça a situação da organização e aborda as questões de direcção, apontando medidas para a renovação, rejuvenes-

cimento e fortalecimento do Partido.

Por outro lado, em Manifesto à população, a Assembleia lembra que o distrito de Braga é o que apresenta os salários mais baixos do País, onde o patronato, com a cobertura do Governo, boicota a contratação colectiva de trabalho e procura que os trabalhadores abdicuem de direitos alcançados como contrapartida à concessão de aumentos salariais ridículos.

Assim, a realização de uma campanha pela elevação dos salários na região, pela estabilidade do emprego e pelo fortalecimento do combate à precariedade laboral, foi considerada uma outra grande prioridade da acção dos comunistas.

Braga é o distrito do País com mais baixos salários

Lisboa

Dinamizar organizações de base

Sob o lema *Um Partido mais forte para melhor intervir*, realizou-se, no passado dia 18 de Março, no Salão da Junta de Freguesia de S. João, a 5.ª Assembleia de Organização da Zona Oriental de Lisboa.

Na Assembleia, que teve a participação de 160 camaradas, verificaram-se cerca de 30 intervenções sobre os mais variados aspectos da luta social e política, sobre o trabalho e organização do PCP na Zona.

António Andrez, membro da Comissão Política a quem coube a intervenção de encerramento, abordou as questões mais salientes da luta social e política, bem como as linhas prioritárias de intervenção: o reforço da intervenção e afirmação do Partido junto dos trabalhadores, com o objectivo estratégico de chegar a mais 500 locais de trabalho e a cam-

panha distrital para o recrutamento de mil novos militantes durante o ano 2000, questão fundamental para o futuro do Partido e para a alternativa de esquerda.

A Assembleia traçou também as principais linhas de trabalho com vista às eleições autárquicas de 2001 e aprovou a Resolução Política, instrumento fundamental de trabalho para os próximos anos que define como objectivo o reforço e dinamização da organização de base do Partido nos locais de trabalho e locais de residência, com prioridade para os grandes bairros sociais onde habitam milhares de trabalhadores.

Foi também eleito um novo Organismo de Direcção da Zona, sensivelmente renovado, que inclui 42 camaradas, dos quais mais de 20% têm menos de trinta anos, 40,5% são mulheres.

Zona Norte de Lisboa

No mesmo dia, a organização da Zona Norte de Lisboa realizou, no Salão Nobre do Pavilhão Carlos Lopes, a sua 4.ª Assembleia.

Com a presença de uma centena de participantes, a Assembleia discutiu e aprovou por unanimidade uma Resolução Política que, no decurso da sua preparação, contou com mais de 100 propostas de alteração, a maioria das quais aceites e incluídas no texto.

Como principais vectores de trabalho, a Resolução Política aponta a luta das populações e o movimento associativo, o trabalho autárquico, o reforço orgânico, político, eleitoral e ideológico do PCP na Zona, onde se integram Alvalade, Ameixoeira, Benfca, Campo Grande, Carnide, Charneca, N.ª Sr.ª de Fátima, Lumiar, S. Domingos de Benfca, S. João de Brito e S. Sebastião da Pedreira.

A Assembleia elegeu ainda o novo organismo de Direcção, constituído por 44 camaradas, dos quais 25% são jovens e 25% mulheres.

A encerrar os trabalhos, interveio Luís Fernandes, membro do Comité Central, que abordou a situação política e social e as tarefas que se colocam à organização, designadamente a 3.ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa e o 16.º Congresso do Partido.

Custos elevados

No Manifesto, a organização de Braga do PCP, anali-

sando ainda as questões políticas e sociais, a política do Governo e as perspectivas de luta, considera que quatro meses após as eleições legislativas, o Governo do PS e a sua maioria na Assembleia da República prosseguem as orientações políticas dos últimos anos, que se têm traduzido por elevados custos políticos, económicos e sociais para a população e para o desenvolvimento do distrito. Entretanto, a eleição de um deputado da CDU pelo distrito e a intensa actividade por si desenvolvida na defesa dos interesses da população, foram aspectos que a Assembleia realçou como muito positivos.

«Hoje, os trabalhadores, a parte mais significativa da economia do distrito, na agricultura, indústria, comércio e serviços, os reformados, a cultura e o ambiente, em geral, os mais atingidos pelas injustiças e desigualdades económicas e sociais, pelas

arbitrariedades e discriminações, sabem já que têm uma voz na Assembleia da República que não se cala», afirma o Manifesto, apelando à luta do povo do distrito contra a política de direita do Governo.

Os delegados presentes na Assembleia aprovaram ainda dois apelos: um dirigido aos trabalhadores para a sua participação nas acções promovidas pelas estruturas sindicais, nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e outro dirigido «às mulheres e a todos aqueles que se identificam com os ideais de justiça social, de paz e democracia», para que se mobilizem e participem na Marcha Nacional Contra a Pobreza e Exclusão Social que se realiza no dia 7 de Outubro, em Lisboa.

Por fim, a Assembleia elegeu uma nova Direcção Regional e um Conselho Regional, constituídos, respectivamente, por 22 e 55 membros.



Coimbra quer alargar a sua base militante nos próximos anos

5.ª Assembleia de Coimbra

Organizar mais e melhor

Em Coimbra, a Organização Concelhia do Partido reuniu também a sua 5.ª Assembleia, onde definiu os grandes objectivos para os próximos dois anos. O estado da organização e a dinamização da luta social e da intervenção política dos comunistas foram duas outras questões que a Assembleia analisou com profundidade, elegendo, no final, a nova Comissão Concelhia, constituída por 36 elementos.

Entre os grandes objectivos que os comunistas de Coimbra se colocam para os próximos anos, está o alargamento da base militante do Partido, a conquista de novas posições nas autárquias, a melhoria da intervenção nos locais de trabalho e o aumento da visibilidade pública do trabalho desenvolvido pelo PCP no concelho.

Quanto à organização partidária, depois de fazer um balanço dos militantes inscritos e organizados, a Assembleia definiu algumas orientações no sentido de melhorá-la. Entre elas, o recrutamento de novos militantes; a recomposi-

ção de organismos com novos camaradas, na base da eleição; a melhoria da coordenação de trabalho com a JCP; divulgação regular dos documentos e posições do Partido.

No que respeita à luta social e à intervenção política, a Assembleia considera que elas se acentuaram positivamente nos últimos três anos, havendo, contudo, que aprofundar essa dinâmica.

Um trabalho competente

Numa breve análise à acção dos trabalhadores de Coimbra, a Assembleia afirma que eles desenvolveram importantes lutas, com destaque para os cerâmicos, têxteis, a Reflecta, a hotelaria, função pública, professores e enfermeiros, contribuindo para sustentar os aspectos mais negativos da ofensiva governamental.

A luta dos moradores e dos estudantes, a actividade e luta nas associações e colectividades forma outros aspectos de intervenção que a Assembleia analisou e para cuja dinami-

zação apontou linhas de acção.

Quanto à intervenção nas autárquias, a organização de Coimbra considera que a acção dos eleitos da CDU tem vindo a fazer-se num quadro de grande deterioração das condições de exercício do Poder Local democrático. Ela tem, porém, assentado em três vertentes fundamentais: denúncia e combate a decisões erradas e injustas; apresentação pronta de propostas de solução para os problemas da população; trabalho dedicado e competente nas três juntas de freguesia de presidência CDU e nas outras quatro onde os eleitos partilham responsabilidades executivas com eleitos de outros partidos. Tendo em vista as eleições autárquicas de 2001, a Assembleia decidiu começar desde já a prepará-las, nomeadamente através do estudo de condições favoráveis «ao alargamento da área da CDU a cidadãos descontentes e saturados com a gestão machadista do PS, muitos dos quais revelam simpatia» pelo trabalho da coligação.



A Assembleia da Zona Oriental foi muito participada



A Zona Norte tem uma nova direcção rejuvenescida

Assembleias reúnem

AMADORA

Sob o lema «Reforço do PCP – Caminho da Alternativa» realizou-se, no dia 18 de Março, nos Recreios Desportivos da Amadora, a 6.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, com a presença de mais de 300 militantes. As mais de 30 intervenções proferidas no decurso dos trabalhos foram no sentido do rejuvenescimento do Partido, do reforço da sua organização e da sua ligação às massas «como partido marxista-leninista que somos e queremos continuar a ser» e «por um Partido mais forte, mais dinâmico e influente».

A nova Comissão Concelhia eleita é constituída por 67 elementos, 70 por cento dos quais operários e empregados e com uma média etária de 45 anos. 25 destes elementos integram a Comissão Concelhia pela primeira vez.

A Assembleia aprovou a Resolução Política que traça as linhas de trabalho do Partido no concelho até à próxima Assembleia e, ainda, a Carta dos Direitos da Cidade da Amadora e moções exigindo a gestão pública do Hospital Amadora-Sintra, contra a privatização dos SMAS e contra a implementação das taxas de saneamento.

Carlos Chaparro, membro do Comité Central e responsável pelo concelho da Amadora, encerrou os trabalhos com uma intervenção abordando a situação política e social e as tarefas que os militantes do concelho têm pela frente, designadamente a preparação do 16.º Congresso do Partido.

FIGUEIRA DA FOZ

Com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, realizou-se, no sábado passado, na freguesia de Vila Verde, a 6.ª Assembleia de Organização Concelhia de Figueira da Foz do PCP.

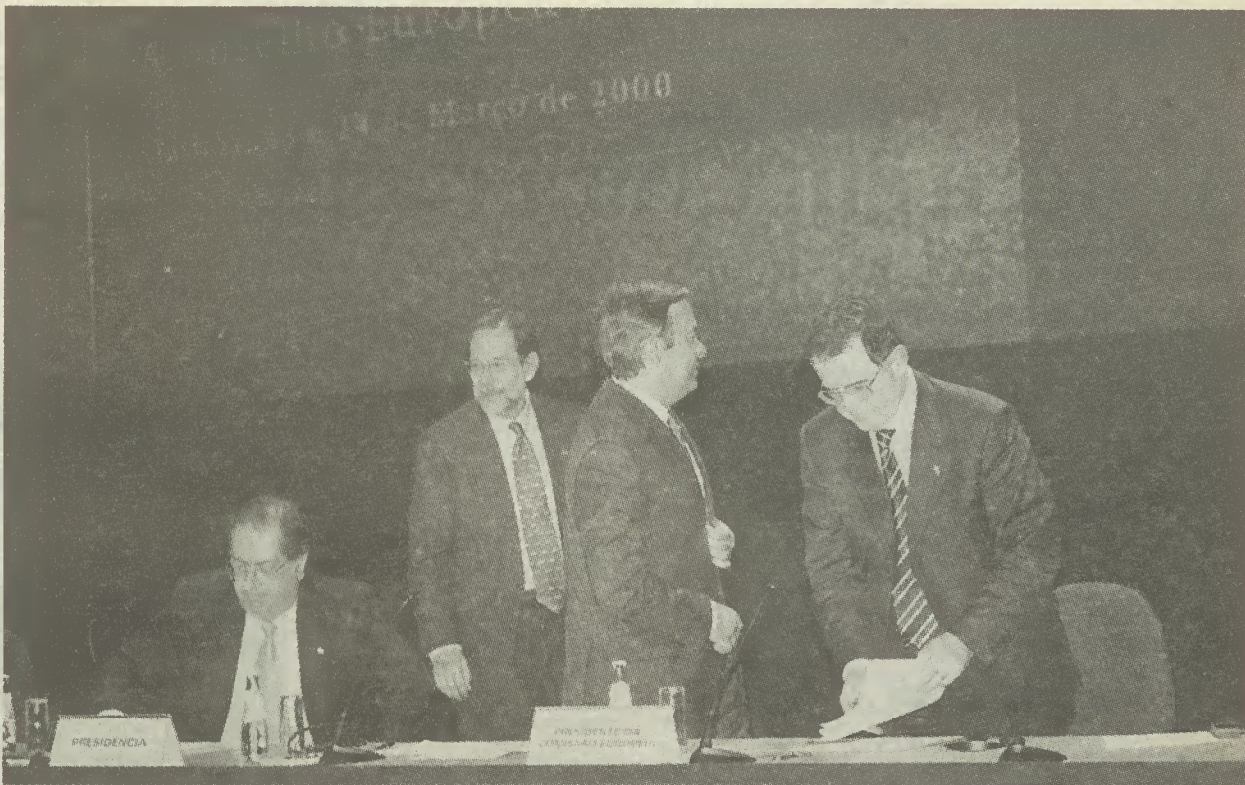
Os 55 delegados presentes discutiram e aprovaram por unanimidade o projecto de Resolução Política e elegeram, com uma abstenção, a nova Comissão Concelhia. Composto por 24 elementos, 50 por cento dos quais integram-no pela primeira vez, o novo organismo de direcção concelhio tem também uma composição etária e social bastante equilibrada: 10 dos seus elementos são operários, 7 empregados, 5 técnicos, 1 intelectual e 1 estudante e a média etária é de 44 anos. A percentagem de mulheres é de 29 por cento.

PORTO

No Porto, um conjunto de encontros regionais de quadros está, por sua vez, a preparar a 5.ª Assembleia da Organização Regional e a procurar aprofundar aspectos fundamentais da intervenção do Partido na região.

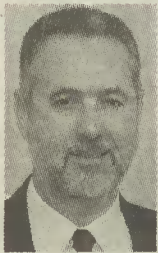
Assim, a um debate sobre «A intervenção autárquica e as eleições de 2001» seguiu-se um outro, com a participação de uma centena de militantes, sobre «A luta social e os movimentos sociais», tendo em conta as novas realidades económicas e o papel do PCP.

O debate destacou as consequências da precarização do trabalho e a necessidade de uma forte iniciativa política do Partido; a necessidade de dar prioridade à intervenção do Partido nos locais de trabalho, a consideração dos problemas da educação, da segurança social, da saúde e da marginalização e da exclusão social como outras frentes de luta e, por fim, o insuficiente diagnóstico das realidades actuais, em particular das condições e conflitos de interesses que se desenvolvem na sociedade, o papel dos comunistas nas diferentes organizações onde participam.



A nova economia

A Cimeira Europeia sobre o «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social» constituiu uma nova e poderosa mistificação.



Agostinho Lopes
Membro da Comissão Política

Sob a capa de resposta aos problemas do emprego e da coesão social, o que mais uma vez avançou foram as «reformas económicas» para o prosseguimento da liberalização económica e afirmação das principais teses do capitalismo neoliberal. Os títulos e comentários da comunicação social são explícitos e elucidativos. «Lisboa avança no caminho de uma economia europeia mais liberal», «A abordagem neoliberal que defende que crescimento e emprego são consequências de um ambiente empresarial mais competitivo, ganhou a dianteira nesta Cimeira. Para já, o vencedor deste encontro é Tony Blair, que vê as suas propostas serem acolhidas pelos Quinze» (Diário Económico, 24 de Março de 2000).

Trabalhos preparatórios

Em Sintra, num seminário sobre a «nova economia», de preparação da Cimeira, um «guru» da sociedade de informação forneceu à Europa as receitas

americano (...) permitiu olhar a mesma realidade europeia de um ponto de vista mais pragmático.» «Belmiro de Azevedo insistiu nas situações flexíveis, criticando medidas como as 35 horas em França como penalizadora da capacidade competitiva da economia europeia, ou a ineficiência do sector público, mantido à margem do mundo das novas tecnologias.»

O primeiro-ministro português, que encerrou o dito seminário sobre a «nova economia», avançou duas respostas: 1) «É necessário encarar de um modo diferente a relação entre a flexibilidade do mercado de trabalho exigida pela economia e a preservação da segurança dos indivíduos» - na continuidade das teses do guru, a necessidade de ultrapassar a «forma estática» de encarar o modelo social europeu»; 2) «A Europa tem de aplicar processos de coordenação mais eficazes das suas políticas (...)» E enquanto António Guterres vai perorando sobre a coordenação das políticas, o Banco Central Europeu vai decidindo à margem de qualquer avaliação política e decisões de governos e órgãos da União Europeia, mas certamente conforme os interesses dos mercados financeiros a subida da taxa de juro...

Resultados da Cimeira

A retórica dos documentos da Cimeira tem o objectivo de criar uma dupla ilusão. A de que os governos dos países da União Europeia estão de facto preocupados com o desemprego e a exclusão social. A de alimentar a ilusão tecnocrática de que o desenvolvimento e aplicação das novas tecnologias de informação contribuirão para reduzir o desemprego, como se não fosse da experiência histórica que as revoluções tecnológicas no quadro do capitalismo fazem crescer o desemprego... Mas fundamentalmente a retórica procura justificar o prosseguimento das políticas responsáveis pelos problemas que diz querer resolver.

É assim necessário afastar a retórica que embrulha as decisões de fundo e as consequências dessas opções. Duas linhas de força centrais sobressaem nas conclusões da Cimeira.

Um novo impulso à «liberalização do mercado». «A plena integração e liberalização dos mercados das telecomunicações»; «uma estratégia para a supressão dos obstáculos aos serviços»; acelerar «a liberalização em áreas tais como o gás, a electricidade, os serviços postais e os transportes»; «identicamente, no que se refere à utilização e gestão do espaço

aéreo»; «simplificar o ambiente regulamentar, incluindo o desempenho da administração pública»; medidas diversas de liberalização para «mercados financeiros eficientes e integrados».

«Modernizar o modelo social através do investimento nas pessoas e na construção de um Estado-Providência activo e dinâmico.» Esta questão teve direito apenas a cinco linhas no texto oficial de Conclusões, e o seu conteúdo é explicitado pela negativa: «para assegurar que a emergência desta nova economia não venha agravar os problemas sociais existentes em matéria de desemprego, exclusão social e pobreza!» No entanto, as abordagens preparatórias como a que referimos não deixam lugar a dúvidas: trata-se de «modernizar» o mercado (da força) de trabalho e os sistemas de segurança social. O documento do CES preparatório da Cimeira escreve: «Adaptar o modelo social», «a fim de remover os obstáculos ao emprego!» Que significado tem, no capítulo «Mercados financeiros eficientes e integrados» das Conclusões, a eliminação dos «obstáculos ao investimento nos fundos de pensões» senão a reafirmação da linha de ataque principal ao actual sistema de Segurança Social?

A modernização do «modelo social» significa, para António Guterres e os seus pares, um mercado (da força) de trabalho sem condicionamentos impostos por uma legislação protectora dos direitos dos trabalhadores, uma segurança social à inteira disposição dos mercados financeiros. Significa, à semelhança do modelo social padrão, o dos Estados Unidos da América, mão-de-obra barata e móvel, flexível, isto é, precária, qualificada tanto quanto necessário, disponível e dispensável conforme os interesses do capital, sem direitos, sem uma protecção social eficaz, sem força reivindicativa.

É assim natural que uma Cimeira virada para a criação de «mais e melhores empregos na Europa» (António Guterres, a 13 de Março no Parlamento Europeu) tenha como principais conclusões orientações económicas e políticas que, inevitavelmente, acabarão por se traduzir em mais desemprego e pior emprego. Em particular no contexto de uma economia débil, dependente e periférica, como é a portuguesa.

Final a Nova Economia é a velha economia da intensificação da exploração capitalista nas condições da «enorme mutação resultante da globalização» que o capital impulsiona e dirige.

Talvez por isso, no fim da Cimeira, o grande patronato português estivesse tão satisfeito. Talvez por isso os trabalhadores portugueses se exprimiram de forma tão veemente na grande manifestação de 23 de Março!

As principais orientações económicas e políticas da Cimeira traduzir-se-ão em mais desemprego e pior emprego

«para tirar partido dos factores de competitividade que são próprios da Nova Economia»: «A flexibilidade, o funcionamento em rede, a mobilidade do capital, a individualização e a mobilidade do trabalho (...)» Para isso a Europa terá que liquidar as suas instituições («inadequadas», «próprias das sociedades industriais»). Entre elas (poderia lá deixar de ser!) «o welfare state» que será mais preciso do que nunca, mas terá de assentar noutro modelo, «baseado em direitos dos cidadãos (e não dos trabalhadores), com uma geometria variável e uma cobertura adaptada às necessidades do utilizador».

«A presença de responsáveis do mundo empresarial europeu e norte-ame-

Firmeza e confiança continuam a marcar as iniciativas de comemoração do 79.º aniversário do PCP

Almoço em Évora reúne cerca de 300 pessoas

As comemorações do aniversário do PCP prosseguem um pouco por toda a parte. Assim aconteceu no passado fim-de-semana, em Évora e Torres Vedras, com a participação de Carlos Carvalhas.

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP aceitou o convite que lhe foi feito pela Comissão Concelhia de Évora para participar num almoço comemorativo do 79.º aniversário do Partido, que se realizou nesta cidade alentejana no sábado e que juntou num alegre convívio cerca de 300 militantes e amigos do Partido Comunista Português, o mais antigo partido político português, fundado em 6 de Março de 1921. O almoço teve lugar no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, infra-estrutura que demonstra o papel da gestão autárquica CDU no desenvolvimento deste concelho.

Na mesa de honra estiveram presentes, para além do secretário-geral do PCP, Raimundo Cabral, responsável pela DOREV, Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal, Lucinda Cruz, operária e dirigente sindical da empresa Tycos/Siemens, Clara Grácio, professora da Universidade de Évora, José Lourido, estudante, e Rui Salgado, também professor da Universidade e a quem coube a intervenção de abertura, onde salientou a importância do trabalho e intervenção do PCP, nos planos social e político, assim como na ges-

tão da maioria dos órgãos autárquicos de Évora.

Carlos Carvalhas, por sua vez, deu particular realce à Cimeira Europeia, recentemente realizada em Lisboa.

É grande a combatividade dos trabalhadores contra a ofensiva patronal

Nesta Cimeira, disse, «o que foi realmente marcante não foi o folhetim das chamadas fotos de família ou de grupo, com ou sem

os austríacos, mas sim a grande manifestação convocada pela CGTP e a grande combatividade dos trabalhadores a mostrar que estes não vão baixar os braços perante as ofensivas contra os salários e direitos».

A Cimeira da precarização

Lembrando que a Cimeira em Lisboa tinha como objetivo proclamado o «emprego» e a «coesão económica e social», Carlos Carvalhas afirmou que, «afinal, do que tratou foi das privatizações - com o eufemismo de mais aberturas - do sector energético, das telecomunicações, etc., etc.». Ou seja, de «mais entregas de sectores rentáveis ao grande capital, acompanhado de mais flexibilização e desregulamentação».

Em resumo, a Cimeira tratou foi «da adopção do chamado "modelo americano" - mais precarização, mais liquidação dos direitos dos trabalhadores - embrulhado com uma fortíssima retórica social».

Aliás, é «significativo que tenham sido os governos de direita e os partidos de direita os que mais se regozijaram e aplaudiram as conclusões da Cimeira», quando... «a maioria dos governos da União Europeia são socialistas e social-democratas». De tal maneira que, até «a imprensa mais próxima dos socialistas europeus refere a vitória de Aznar e de Blair!...».

Mesmo as novas tecnologias «de que tanto se falou» não passaram de um pretexto para passar «a ideia de mais precarização e liberalização».

O Primeiro-Ministro português, por exemplo, sublinhou «como grande conclusão, o levar a Internet a todas as escolas nos próximos dois anos». Os comunistas estão, naturalmente, de acordo com isso, adiantou o secretário-geral do PCP, mas «certamente que muitos alunos, pais e professores já ficariam satisfeitos se o governo resolvesse o problema do aquecimento e da segurança de algumas escolas, se desse efectivo combate ao insucesso escolar e se reforçasse a acção social escolar, que em muitos casos é simplesmente ridícula».



A animação era visível nos inúmeros participantes do almoço de Évora

Hoje como ontem

«Pequenas lutas reivindicativas mas de grande significado político», foi como Américo Leal caracterizou as lutas encetadas na década de 50 pelos trabalhadores da empresa de carnes Frescata (hoje Socar) em defesa dos seus interesses.

Américo Leal participava num almoço-convívio comemorativo do 79.º aniversário do PCP, realizado no passado domingo, na Quinta do Anjo, concelho de Palmela.

À evocação de outras lutas - como as dos trabalhadores agrícolas do Poceirão, nos anos 40/50, a participação dos antifascistas de Palmela nas manifestações do 1.º de Maio, em Setúbal, ou nas campanhas eleitorais de Norton de Matos e Humberto Delgado - aquele membro da DORS do PCP acrescentou ainda as acções dos trabalhadores da Cometna, em Setembro de 1972, em Palmela, pelo pagamento mensal de 30 dias contra o pagamento de 26 dias até então praticado. Conquista a que se seguiu, pela força de uma paralisação realizada em Fevereiro de 1973, a redução do horário de trabalho para as 45 horas semanais.

No quadro da análise da situação política e da preparação do 16.º Congresso do PCP, Américo Leal referiu-se às declarações do socialista Edmundo Pedro que, em recente entrevista ao «Expresso», defendendo que o PCP pudesse vir a mudar de identidade, concluía dizendo que, assim «reconvertido», o PCP faz falta até ao próprio PS. «Eis a expressão de um desejo que o PS não terá o prazer de ver!», rematou Américo Leal.

Figueira da Foz

Com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política e director de o «Avante!», realizou-se, no passado sábado, na Figueira da Foz, um jantar comemorativo do aniversário do PCP.

No momento das intervenções, o camarada Idalécio, pescador da arte das majoeiras, informou os presentes sobre a luta deste sector de pesca artesanal e da determinação dos pescadores em prosseguirem-na até à legalização desta antiquíssima arte de pesca, ilegalizada em 1987 pelo então governo do PSD/Cavaco Silva.

A encerrar esta participada iniciativa, José Casanova referiu alguns momentos históricos da vida do PCP, a luta que é necessário prosseguir por uma nova política de esquerda e a necessidade de uma cada vez maior participação dos militantes na vida do Partido.

França

Também a organização do PCP da região parisiense realizou, no passado sábado, na Courneuve, um jantar-convívio em que participaram 65 militantes e simpatizantes do Partido.

As intervenções assinalando o evento estiveram a cargo do jovem militante Marco Alves e de António Topa, membro do Secretariado da organização do PCP da região de Paris.



O PCP quer comemorar todos os anos o 25 de Abril em Torres Vedras

Torres Vedras

Também em Torres Vedras, se realizou-se, no passado domingo, um almoço comemorativo do 79.º aniversário do Partido, com a participação de Carlos Carvalhas.

Após o almoço, que teve a presença de duas centenas de militantes, interveio Caetano Dinis, membro da Comissão Concelhia e vereador da CDU, que abordou questões relacionadas com a má gestão municipal do PS, marcada pelo autoritarismo e pela falta de planeamento.

Condenando, depois, a decisão da Câmara, de come-

memorar o 25 de Abril apenas de cinco em cinco anos, Caetano Dinis convidou todos os presentes a participar num grande jantar da CDU comemorativo desta importante data.

O eleito da CDU referiu ainda a situação dos trabalhadores do concelho de Torres Vedras, hoje confrontados com a permanente violação dos seus direitos, com a falta de condições de higiene e segurança nos locais de trabalho e com salários muito baixos, como é o caso, entre outras

empresas, da Frismague, Fundição de Dois Portos, Vesticom, Águas do Vimeiro, Riberalves e Hotel Golf Mar.

Por fim, Caetano Dinis fez um apelo a uma maior participação dos militantes na vida do Partido, o que considerou ser «uma boa prenda» de aniversário.

Carlos Carvalhas, que interveio a seguir, evocou a história e luta do PCP e, abordando a situação política e social, falou naturalmente das tarefas que hoje se colocam aos comunistas.



Uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalhas, recebeu, na terça-feira, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Os Congressos do Partido

«Uma realização vitoriosa»

O V Congresso do PCP que teve lugar em 1957, embora haja confirmado e consolidado o desvio de direita que se verificava na perspectiva e no trabalho político do Partido a partir do ano anterior, ao definir uma «via pacífica» para o derrubamento do fascismo, foi um importante congresso, conforme atestam os depoimentos de dirigentes que nele participaram.

É, com efeito, a primeira vez que, de modo oficial e na sequência de uma política

anticolonialista que já vinha de muito antes, o PCP aprova em congresso uma decla-

ração em que proclama o «reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias à imediata e completa independência», como recorda Jaime Serra. Mas é também aí que, pela primeira vez, são aprovados os Estatutos do Partido. No informe que os apresenta, é salientado que «sem

O nosso Partido é o Partido da classe operária, a classe do futuro

a existência de um partido proletário, guiado pela teoria do marxismo-leninismo e profundamente enraizado nas massas populares, não seria possível operar as grandes transformações políticas, económicas e sociais que o País instantaneamente reclama». Como ainda se refere no «Avante!» da 1.ª quinzena de Outubro de 1957, o Congresso definiu o centralismo democrático

como «pedra angular da orgânica do Partido», pôs em relevo as disposições que estabelecem «o método de direcção colectiva» e salientou a necessidade de uma profunda ligação do Partido às massas, prossequindo na tarefa fundamental de unir a classe operária.

Também neste congresso foi aprovado, pela primeira vez, um importante documento para o futuro - o Programa do Partido - do qual Joaquim Gomes lembra algumas medidas então avançadas.

Recordar o V Congresso é não apenas lembrar a crítica que mais tarde mereceram as ilusões «pacifistas», mas sublinhar o empenhamento dos comunistas que então afirmavam: «O nosso Partido é o Partido da classe operária, a classe do futuro que encarna as melhores tradições de luta do nosso povo. Por isso, camaradas, da força ou debilidade do nosso Partido depende muito o futuro da nossa Pátria e os destinos do nosso povo.»

Jaime Serra

Como foi o V Congresso do PCP

O V Congresso realizou-se em princípios de Setembro de 1957 em condições de rigorosa clandestinidade, numa ampla vivenda, a «Casa dos Quatro Cedros», situada na Rua do Campo Santo, Galiza, Estoril, alugada para o efeito durante um mês, a qual ainda hoje existe.

A casa foi alugada por um casal de membros do Partido, que tinha então a sua actividade e vida familiar normais, acima de qualquer suspeita. Não obstante, por razões de segurança, durante a realização dessa tarefa, deixaram de ter contactos com os seus familiares, sob qualquer pretexto, que não recordo agora.

O congresso durou três dias e nele participaram cerca de cinquenta congressistas, vindos de todas as organizações do Partido. Por razões de segurança, começaram a ser transportados e a entrar na casa, aos grupos, dois dias antes do início do Congresso. Foram conduzidos com os

Todas as questões logísticas, que iam das condições de alojamento, passando pela aquisição e conservação dos alimentos necessários para meia centena de pessoas durante cinco dias, até aos cuidados de saúde para prevenir casos que eventualmente poderiam surgir, tudo foi tratado com a devida antecedência.

No plano das decisões políticas, o que marcou a importância do V Congresso, foi, fundamentalmente, a aprovação duma resolução sobre o problema das colónias, intitulada **Declaração do V Congresso do Partido Comunista Português sobre o Problema das Colónias**.

Deve recordar-se que estavam nessa época em Portugal, centenas, senão milhares, de jovens estudantes vindos das colónias portuguesas, pagos pelas «missões religiosas». Muitos deles estavam organizados no MUD Juvenil, em cujas lutas participavam. Foram envolvidos na onda das lutas estudantis em 1955 e 1956, como foi o caso, por exemplo, de Agostinho Neto, várias vezes preso pela PIDE, que viria a ser o primeiro Presidente da República Popular de Angola. Isto contribuiu muito para a politização desses jovens.

A necessidade e urgência duma posição clara por parte do Partido em relação ao problema colonial resultava também desta situação.

Quatro anos depois do V Congresso do PCP, começava a luta armada dos povos das colónias portuguesas pela libertação.

Nessa **Declaração**, depois duma análise aprofundada sobre a questão, diz-se:

«O V Congresso do Partido Comunista Português proclama o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África dominadas por Portugal à imediata e completa independência.

«Ao definir o problema nestes termos, o V Congresso está certo de que tal facto abrirá imediatamente enormes perspectivas ao desenvolvimento do movimento libertador dos povos coloniais que estão sob o jugo do colonialismo português.»

E a terminar: «O V Congresso considera que a ajuda que o Partido e o povo português prestarem ao movimento libertador dos povos coloniais, traduzir-se-á objectivamente numa ajuda à luta da classe operária e ao povo de Portugal pela sua própria libertação, dado que um regime de opressão como o de Salazar não poderá sobreviver à libertação dos povos coloniais.»

«A causa dos povos das colónias identifica-se com a nossa própria causa.

«Não pode ser livre um povo que oprime outros povos!»

O V Congresso, como todos os que foram realizados nas condições de clandestinidade, independentemente dos documentos neles aprovados, constituíram vitórias importantes do Partido, quer no terreno da organização quer na sua capacidade de luta pela liberdade e contra a tirania fascista. Contudo, embora em alguns documentos apresentados para a discussão no Congresso fosse manifestada a intenção de corrigir o desvio de direita que vinha desde a reunião do CC de Maio de 1956, na qual foi considerado como possível derrubar o regime fascista de Salazar pela via pacífica, apesar de tal intenção, tudo ficou na mesma, não obstante no próprio Congresso se terem levantado vozes discordantes com a via pacífica.

Foram quatro os documentos fundamentais aprovados no Congresso, a **Declaração do Partido Comunista Português sobre as Colónias Portuguesas**; os **Estatutos e o Programa do Partido** e, naturalmente, o **Relatório Central** apresentado ao Congresso. Como atrás foi referido, o Desvio de Direita, em vez de corrigido, de certo modo saiu do Congresso reforçado. Na realidade, só em 1961, com o aparecimento do folheto do Comité Central, «O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos anos de 1956-1959» - cuja autoria, toda a gente sabe, foi do camarada Álvaro Cunhal -, só a partir deste folheto se ficou a conhecer a dimensão dos erros e das ilusões oportunistas que se desenvolveram no Partido em volta deste desvio.

A esta distância torna-se praticamente impossível recordar como decorreu no Congresso a discussão e a aprovação de cada um dos documentos apresentados. O que ainda me resta na memória é bastante pouco. No entanto, recordo que a **Declaração do V Congresso do Partido Comunista Português, sobre as Colónias Portuguesas, e o Direito dos seus Povos à Completa Independência** foi o documento que menos discussão suscitou, creio mesmo que ele veio a ser aprovado por unanimidade.

Quanto aos **Estatutos**, a discussão feita em volta do **Projecto** foi, assim o creio, relativamente branda, no respeitante ao conjunto do seu articulado, ainda que em relação a alguns dos seus artigos a discussão tenha sido bastante viva, a dificuldade é recordar quais foram esses artigos.

O **Projecto de Programa do Partido** foi largamente discutido. Embora não fosse um documento com grandes desenvolvimentos nas suas matérias, nele se abordavam aspectos bastante controversos como se verá mais adiante; todavia também se levantavam aspectos positivos em defesa de reivindicações dos trabalhadores como o «**Estabelecimento de um salário mínimo vital para os trabalhadores**», «**O cumprimento efectivo da jornada de 8 horas e o esta-**

massas populares poderá ocorrer... (Do Informe de Organização)

Proletários de Todos os Países: UNI-VOS! **Avante!** ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«... as forças democráticas nacionais... (Do Informe Político)»

REALIZAÇÃO VITORIOSA DO V.º CONGRESSO

DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Vencendo as dificuldades impostas pela repressão salazarista e iludindo a constante perseguição que os esboços da PIDE, a mando de Salazar, movem aos comunistas, o Partido Comunista Português conseguiu realizar vitoriosamente o seu V Congresso (III legal).

Nas presentes condições de rigorosa clandestinidade, a realização do Congresso só foi possível através de grandes esforços, dum cuidadoso trabalho conspirativo e da mais severa disciplina. A realização do V Congresso, a aprovação unânime do Programa e dos Estatutos do Partido, e as resoluções decorrentes das discussões realizadas, significam uma importante vitória política e

uma maior maturidade do Partido Comunista. As decisões e directrizes do Congresso reflecti-se-ão em toda a actividade dos comunistas e de todos os patriotas portugueses, na luta contra a camarilha salazarista.

Como decorreu o Congresso

O V Congresso realizou-se sob a presidência de honra dum painel com os retratos de Marx-Engels-Lénine ladeados pelas bandeiras nacional e do Partido Comunista Português. Numa das paredes estava a consigna: **Proletários de todos os países, uni-vos!** Ao fundo da sala a legen-

da: V Congresso do Partido Comunista Português e, por cima, o retrato de Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido assassinado no Campo de Concentração do Tarrafal.

Comprovando o carácter nacional das organizações do Partido, no Congresso estavam representadas as principais classes laboriosas e regiões do País.

O Congresso teve a seguinte composição social: 59 por cento de operários industriais; 15 por cento de operários agrícolas e camponeses; 21 por cento de intelectuais e 5 por cento de diversas origens.

Dos congressistas, 37 por cento tinham menos de 30 anos; 35 por

cento menos de 40 anos e 26 por cento mais de 40 anos. A filiação média dos congressistas era superior a 10 anos de luta nas organizações do Partido e 63 por cento deles já estiveram presos nas masmorras salazaristas sob

mando, todos eles, um total de 44 anos de prisão, o que evidencia o patriotismo, a tenacidade e combatividade dos comunistas portugueses.

O Congresso iniciou os seus trabalhos com a intervenção de abertura feita pelo camarada Miguel na qual se salientava, entre outras coisas, que: «O nosso Partido é o Partido da classe operária, a classe do futuro que encarna as melhores tradições

(continua na Pág.ª interiores)

RESUMO DO INFORME POLÍTICO DO COMITÉ CENTRAL AO V.º CONGRESSO

SOBRE A ORGANIZAÇÃO E OS ESTATUTOS DO PARTIDO

epílogo da discussão do Informe nome do Comité Central pelo co-

Joaquim Gomes

Quatro documentos fundamentais

belecimento da semana de 44 horas», «Férias anuais pagas pelo menos de 15 dias para todos os trabalhadores», etc.

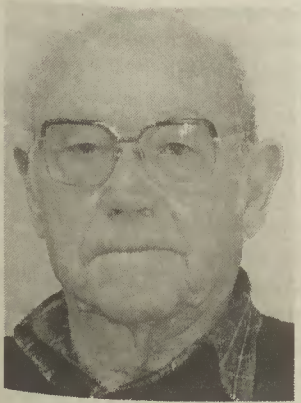
Contudo, desde logo ficava também claro que a ilusão de derrubar o fascismo pela via pacífica acabou por ser aprovada e expressa no Programa do Partido ao afirmar-se que «O Partido Comunista Português considera que na actualidade é possível solucionar o problema político português sem necessidade

de luta armada». No mesmo sentido aparecia logo no título do IV capítulo ao afirmar-se «É Possível Uma solução Pacífica para o Problema Político Português», ainda que neste mesmo capítulo se reconhecesse mais adiante, que «o derrubamento de Salazar, por meios pacíficos não era um caminho fácil». Outras citações podiam ser reveladas, mas creio que estas bastam para confirmar que o V Congresso, através

do Programa e não só, não conseguiu corrigir o desvio de direita em que o Partido estava mergulhado desde 1956, como acabou por reforçar este desvio.

Quanto ao **Relatório Central**, apresentado e aprovado pelo Congresso, ele navegava nas mesmas águas, pois também nele se considerava como viável o caminho da via pacífica para derrubar o fascismo. Também na discussão para a aprovação do Relatório, tal como havia acontecido em relação ao Programa, foram vários os camaradas que intervieram na discussão, discordando e combatendo as posições oportunistas no Partido que, como atrás se disse, vinham desde 1956. Como este objectivo não foi alcançado, ele continuou por bastante tempo. Por isso mesmo, ainda na reunião do CC em Agosto de 1958, voltou a confirmar-se a via pacífica como solução possível para derrubar o fascismo e, para que não restassem dúvidas quanto à correcção desta linha, exemplificava-se, não sei porquê, com as revoluções da Venezuela e Iraque. Porém sempre me ficou a dúvida se terão sido mesmo pacíficas as ditas revoluções...

Seja como for, e apesar de tudo, considero que também o V Congresso do Partido foi uma importante realização. Foi com muita alegria e talvez até com algum orgulho que participei nos seus trabalhos e por isso mesmo desde o V Congresso até ao XV nunca falei a nenhum.



olhos vendados, em carros alugados. Como a vivenda tinha uma garagem privativa na cave, por debaixo do sala rés-do-chão, os carros entravam ali directamente com os camaradas congressistas. Abriu-se no soalho da dita sala uma passagem, uma espécie de alçapão, por onde entraram (e saíram posteriormente) todos os congressistas. Depois do Congresso essa passagem foi de novo fechada.

Quando das entradas, numa das viagens, na zona de Algueirão-Mem Martins, apareceu na estrada a Polícia de Trânsito numa operação «stop», vulgar nessa época. Os camaradas tinham a indicação de que, havendo um determinado sinal, tiravam os óculos (levavam óculos escuros, pintados). Felizmente tudo correu bem. Foi apenas um susto.



Dezenas de milhares de trabalhadores desfilaram em Lisboa no primeiro dia da Cimeira da UE



• Domingos Mealha (texto) Jorge Caria e Sérgio Morais (fotos)



O protesto soou bem alto



Dos Jerónimos até aos pilares da Ponte 25 de Abril, Lisboa viveu na tarde de 23 de Março uma grande manifestação nacional que levou à opinião pública e aos chefes de Estado e de Governo dos «quinze» a desmistificação do Portugal cor-de-rosa e a exigência de políticas que acabem com a precariedade e valorizem o trabalho.

O número mais referido, nas notícias sobre a enorme manifestação que marcou o primeiro dia da Cimeira da UE, foi 50 mil, citando a polícia. Mas todos reconheciam a clara dificuldade em contar os milhares de trabalhadores que, durante mais de duas horas, desfilaram entre o Mosteiro dos Jerónimos e a antiga FIL. A Lusa dá nota de várias estimativas que variavam entre os 50 e os 100 mil manifestantes. Muitos dos que mergulharam na manifestação à beira-Tejo não tiveram aqui a única participação na jornada de dia 23. Sindicatos de vários sectores apresentaram pré-avisos de greve, para permitir que os trabalhadores se

integrassem na acção nacional da CGTP. A anteceder o desfile, marcado para as 15 horas, houve concentrações de ferroviários, de pessoal da hotelaria e restauração, de professores... Milhares de trabalhadores da Função Pública (com greve a decorrer no sector da Saúde) concentraram-se frente ao Palácio de Belém, onde aguardaram a chegada dos dirigentes da CGTP e da CES, que seguiram à cabeça do desfile, com a Interjovem logo a seguir. A Administração Pública tinha uma forte presença, com representantes de praticamente todos os sectores, destacando-se a administração local e a Função Pública (com os trabalhadores do Estado

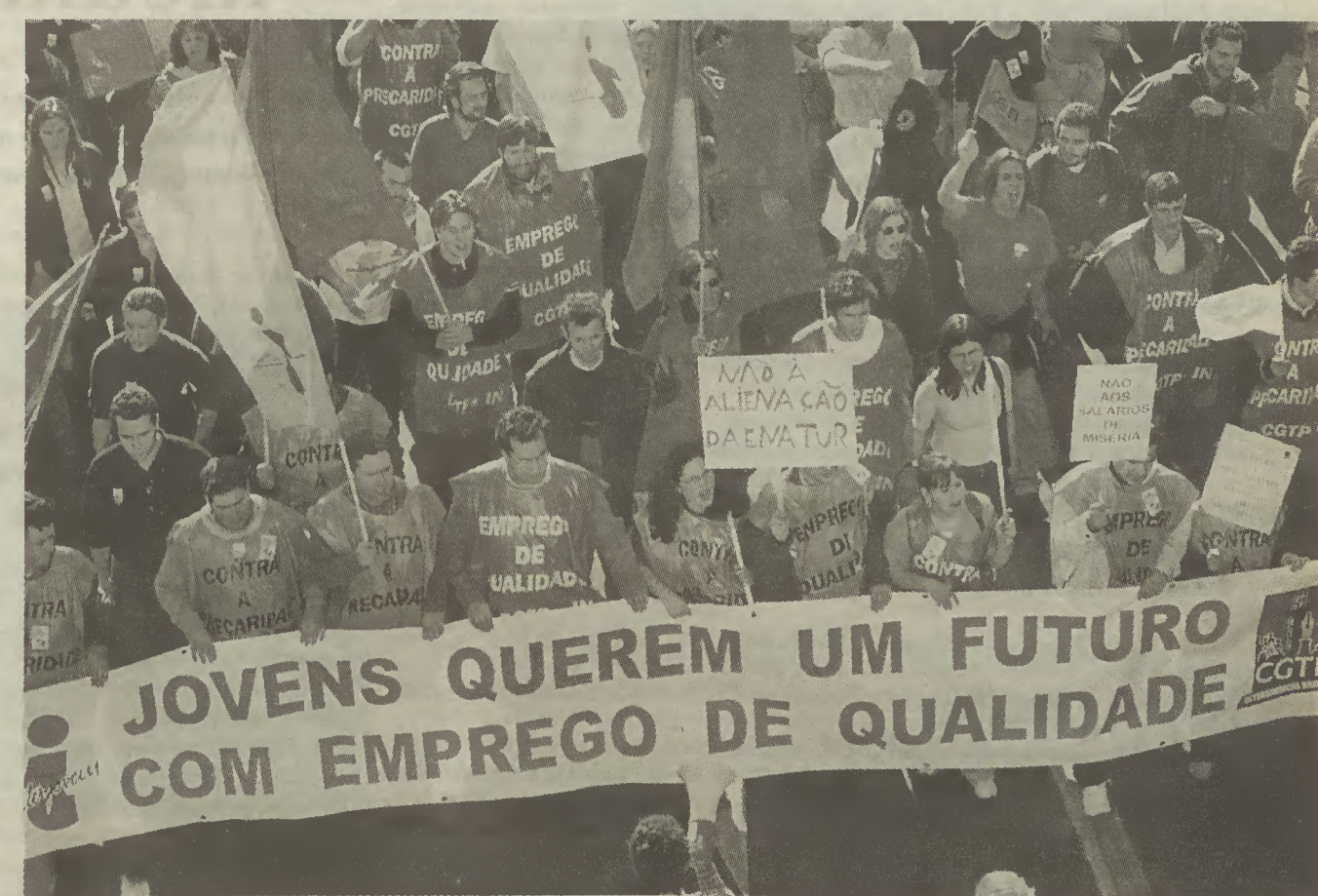
seguiu também o secretário-geral do PCR, acompanhado por dirigentes e deputados comunistas e por alguns participantes no fórum europeu que o Partido levou a cabo nesse mesmo dia), os professores, os enfermeiros, os estabelecimentos fabris das Forças Armadas. Nas estruturas distritais da CGTP, para além de Lisboa e Setúbal, notava-se uma forte presença do litoral Norte, com os trabalhadores têxteis e do calçado, das indústrias eléctricas, do comércio, da hotelaria, da química, dos correios e das telecomunicações; mas as faixas desfilavam de Aveiro ao Algarve, de Vila Real a Évora, de Viana à Guarda, Leiria, Coimbra, Santarém, Beja...

Nas faixas e nos cartazes reconhecia-se nomes de empresas que têm sido palco de conflitos laborais nas últimas semanas (transportes da Grande Lisboa, Unilever, Petrolgal, Opel, Água de Luso, Kallen, Lanalco, Têxtil Manuel Gonçalves), a par de processos mais prolongados, como os Cabos Ávila (cujo pano marcava 835 dias de luta), os mineiros de Aljustrel, as mulheres da

Norpoite ou os empregados do Chiado ardid.

Junho no Porto

Num palco montado debaixo da Ponte 25 de Abril, Carvalho da Silva falou sobre os motivos que ali levaram tantos portugueses (aos quais se juntaram umas dezenas de sindicalistas estrangeiros, entre os quais o secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos, Emilio Gabaglio). Depois de ter falado da precariedade de emprego, dos elevados horários de trabalho e da falta de formação, salientou que «este não pode ser o emprego de uma sociedade moderna» e desafiou o primeiro-ministro português a quantificar algumas intenções expressas durante a Cimeira — uma das reivindicações que integram a resolução proposta pela CGTP e aprovada no final da manifestação. Neste documento afirma-se a disponibilidade dos que estiveram dia 23 em Lisboa para voltarem a fazer ouvir o seu protesto no dia 19 de Junho, no Porto (quando decorrerá em Santa Maria da Feira a Cimeira que encerra a presidência portuguesa da UE).



Autoridades alemãs reduzem apoio
ao ensino de línguas estrangeiras

Inércia do Governo é preocupante

O Organismo de Direcção Nacional dos comunistas emigrados na Alemanha reuniu, no sábado passado, em Wiesbaden, e analisou alguns problemas que afectam as comunidades portuguesas.

No que respeita à situação do ensino da língua e cultura portuguesas, o PCP constata que o Governo português «continua a adiar» as medidas prometidas no ano passado, antes das eleições, no sentido de criar estabilidade no quadro de professores e manter os cursos que existem mas correm o risco de desaparecer nalgumas regiões.

Para o PCP é também preocupante «a total inércia do Governo português» face às medidas das autoridades alemãs no Estado de Hessen - com outros Estados a anunciar seguir-lhe o exemplo - de redução substancial no apoio ao ensino de línguas estrangeiras. O que mostra à evidência «a contradição entre o seu discurso e a acção política» do Governo e do PS, aliás, «já visível quando da discussão do OE para este ano», em que o PS votou contra a proposta de um investimento em mais 1,5 milhão de contos para a promoção da língua e cultura portuguesas, apresentada pelo grupo parlamentar do PCP.

Relativamente ao Pavilhão de Portugal na Expo de Hannover, os comunistas pensam que a não serem «corrigidas as orientações seguidas até aqui», poderá estar-se perante «uma oportunidade perdida» no sentido da valorização da comunidade portuguesa na Alemanha e da promoção dos valores que possui em várias expressões da arte, já que as entidades responsáveis pelo Pavilhão de Portugal se limitaram «a tímidas tentativas» de envolvimento da comunidade portuguesa na Alemanha, não incluindo na organização do evento os seus órgãos representativos.

Preparar Congresso

Entretanto, o ODN considera que a apresentação pelo grupo parlamentar do PCP de uma proposta de alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral, visando reconhecer o título de residência passado pelas autoridades do país onde o emigran-

te reside, é uma iniciativa «de importante alcance». Pois, com a aprovação desta medida pela AR - que para isso necessita do apoio e voto favorável de outras forças políticas - serão eliminadas restrições a uma maior participação cívica e política das Comunidades Portuguesas.

Ao mesmo tempo, com esta iniciativa, e tal como já aconteceu quando da discussão da proposta de OE para este ano, «o PCP revela mais uma vez a coerência entre os seus actos e as suas promessas eleitorais».

A preparação do 16.º Congresso do PCP mereceu uma atenção especial por parte do ODN, que definiu um conjunto de medidas orgânicas no sentido de estender ao maior número possível de membros do Partido o debate sobre a preparação do Congresso, de forma a que, designadamente os militantes comunistas na Alemanha possam, também eles, contribuir para a definição das políticas do Partido, em particular no que se refere à Emigração.

O ODN pensa ainda aproveitar a preparação do Congresso para uma maior dinamização da vida interna do Partido e da sua ligação à comunidade portuguesa.



Portugal está dependente dos caudais mínimos libertos por Espanha

Criticada inércia do Governo
para lidar com o problema da seca

PCP exige medidas de fundo

O Governo é incapaz de adoptar medidas de fundo que enfrentem o fenómeno da seca, limitando-se a medidas avulso que não dão resposta aos problemas, acusou o Grupo Parlamentar do PCP.

Estava-se num debate de urgência sobre o tema, agendado por iniciativa do PSD e do PP, no decorrer do qual veio sobretudo a lume a inoperância do Executivo para lidar com um problema que ciclicamente afecta vári-

as regiões e sectores de actividade, como o Alentejo e a agricultura. sublinhou como o nosso País está dependente da «liberdade por Espanha de caudais mínimos em determinados períodos do ano», lembrando que estes correspondem exactamente aos períodos de seca que tam-

Têm faltado medidas de fundo para enfrentar a seca

As críticas incidiram principalmente, para além de alguns aspectos particulares ao Convénio Luso-Espanhol sobre a gestão dos recursos hídricos, no facto de os nossos sucessivos governos se terem atrasado na construção de albufeiras capazes de armazenar os caudais que estão garantidos naquele acordo. Erigindo-a como «questão central» do Convénio, Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista,

do seu ponto de vista, não é possível combater eficazmente um problema que, este ano, para além dos graves prejuízos agrícolas, ameaça igualmente o abastecimento de água às populações nalgumas localidades, sobretudo no Sul do País. A adequação dos sistemas culturais à especificidade das nossas características edafoclimáticas constitui uma das medidas propostas pelo

bém afectam o país vizinho.

Das medidas estruturantes preconizadas pela bancada comunista, sem as quais, do seu ponto de vista, não é possível combater eficazmente um problema que, este ano, para além dos graves prejuízos agrícolas, ameaça igualmente o abastecimento de água às populações nalgumas localidades, sobretudo no Sul do País.

A adequação dos sistemas culturais à especificidade das nossas características edafoclimáticas constitui uma das medidas propostas pelo

PCP, que defende simultaneamente um sistema de cobertura de riscos que liberte os agricultores da dependência de medidas pontuais do Governo ou, como sublinhou Lino de Carvalho, da «compreensão» da Comissão Europeia».

Advogada pela bancada comunista é, por outro lado, a multiplicação da rede nacional de armazenagem de água, tendo a este propósito o parlamentar do PCP lembrado que, se Alqueva já estivesse construído, «seguramente que o Alentejo não se veria periodicamente a braços com as consequências da seca ou, pelo menos, estas seriam extraordinariamente atenuadas».

Para o PCP importa, entretanto, que as medidas pontuais de apoio aprovadas pelo Governo se estendam às pequenas explorações familiares - e não apenas às grandes empresas do sector agropecuário e agro-industrial, como sucedeu no passado -, do mesmo modo que entende que elas devem ser alargadas aos pequenos produtores de hortícolas.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Luís Manuel Araújo de Carvalho

Luís Manuel Araújo de Carvalho, militante do Partido desde 1972, faleceu, com 51 anos, no dia 26 de Março, no Barreiro, em consequência de doença grave.

Foi eleito vereador da Câmara Municipal do Barreiro em 1989 e, devido à doença, suspendeu o seu mandato em Dezembro de 1999.

Licenciado em Educação Física pelo INEF, foi dirigente associativo e praticou vários desportos, tendo sido campeão nacional de judo e, como jogador de basquetebol do Futebol Clube Barreirense, campeão nacional.

Em 1975, tornou-se funcionário do Partido, desenvolvendo tarefas partidárias em diversos sectores, até ao momento em que foi eleito vereador. Entre as tarefas que desempenhou, foi responsável pelas organizações concelhias de Setúbal e, posteriormente, do Barreiro.

O seu funeral teve o acompanhamento de muitas centenas de pessoas - naturalmente muitos membros e simpatizantes do Partido, mas também representantes de diversas associações e entidades do concelho do Barreiro - que desse modo quiseram prestar-lhe uma última homenagem.

António Alexandre Bandeira

Com 51 anos de idade, faleceu, no dia 22 de Março, o camarada António Alexandre Bandeira. Camarada muito dedicado, era membro do Partido desde 1974, pertenceu à célula da S.R.N. e fez parte da Comissão de Freguesia da Cova da Piedade. Actualmente encontrava-se organizado na Comissão de Freguesia de Vila Nova de Milfontes.

António Luís Fernandes

Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 25 de Março, em Alpiarça, o camarada António Luís Fernandes. Militante comunista com muito prestígio entre a população, foi presidente e um dos fundadores da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho de Alpiarça.

Carlos Gil Salvador

Com 77 anos de idade, faleceu, no dia 16 de Março, o camarada Carlos Gil Salvador, reformado vidreiro. Era natural e residente na Marinha Grande, onde se encontrava organizado.

Joaquina Presuncia

Vitimada por doença prolongada, faleceu no dia 26 de Março, a camarada Joaquina Presuncia. Lutadora antifascista e militante do PCP, foi uma das fundadoras da Associação de Reformados,

Pensionistas e Idosos do concelho de Alpiarça. Enquanto esteve de saúde, fazia parte de um grupo de mulheres que voluntariamente dá apoio ao Centro de Dia «Cantinho do Idoso». Mulher simples mas corajosa, grangeou grande admiração e estima junto de camaradas e amigos.

Maria Ferreira da Costa Santos

Faleceu, no passado mês de Fevereiro, a camarada Maria Ferreira da Costa Santos, mais conhecida pela professora Maria Ferreira. Militante comunista de longa data na freguesia de Alcântara, foi uma das grandes impulsionadoras dos Pioneiros de Portugal na freguesia, a par de outras responsabilidades que detinha na organização partidária. No seu funeral, que constituiu uma profunda manifestação de pesar, incorporaram-se familiares, amigos e antigos alunos e, ainda, José Godinho, Presidente da Junta e dirigente associativo da Academia de Santo Amaro, onde Maria Ferreira foi professora.

Rosinda da Conceição Saboga

Com 87 anos de idade, faleceu, no dia 12 de Março, a camarada Rosinda da Conceição Saboga, doméstica e residente na Marinha Grande, onde se encontrava organizada.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Carreira da Acção Social Escolar Urge corrigir injustiça

Os trabalhadores das carreiras atípicas da Universidade do Algarve estão a ser alvo de uma profunda injustiça quer no plano do seu estatuto quer da remuneração. A denúncia partiu do Grupo Parlamentar do PCP, após visita dos deputados Margarida Botelho e Vicente Merendas àquele estabelecimento de ensino, no decorrer da qual constataram que o pessoal da Acção Social Escolar do Ensino Superior, contrariamente ao que sucede com os trabalhadores da mesma carreira dos hospitais, prisões, câmaras municipais e escolas básicas e secundárias, não foram abrangidos pelo diploma que estabelece as regras sobre o regime geral de estruturação das carreiras da administração pública.

Acresce que o diploma que procedeu à revisão das carreiras operárias, como assinalam aqueles deputados comunistas em requerimento dirigido ao Governo, não contemplou o pessoal da Acção Social

Escolar que exerce profissões que, devido às suas características, deveriam ser consideradas nessas carreiras, quer como altamente qualificados, quer como qualificados ou semiquilificados.

Entre a função operária e a auxiliar verifica-se assim uma fortíssima discrepância salarial (a primeira atinge o índice 470 e a segunda no limite vai a 200), facto que levou os deputados do PCP a questionar o Executivo sobre o que pensa fazer, nomeadamente quanto ao pagamento, com retroactivos, do aumento devido aos trabalhadores, e quanto às razões que o levam a excluir os profissionais da Acção Social Escolar da categoria operária.

Recorde-se que as carreiras atípicas da Acção Social incluem profissionais como fiéis de armazém, empregados de andar, auxiliares de alimentação, cozinheiros e empregados de bar na categoria de auxiliares.

Violações ao ordenamento do território

Interesses privados falam mais alto

O PS opôs-se ao projecto de lei do PCP que, visando a defesa do interesse público, subordina os alvarás e licenças à confirmação de compatibilidade com os planos regionais de ordenamento do território e com os planos directores municipais.

Com esta posição, em que ficou isolada - as restantes bancadas votaram favoravelmente o diploma (à excepção do BE que não esteve presente na votação) -, a bancada socialista evidenciou de modo claro não estar interessada em fazer prevalecer, como preconizava o PCP, os princípios estabelecidos pela política de ordenamento do território sobre os actos administrativos que violem as regras de uso do solo definidas pelos poderes públicos através dos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, como explicou o deputado Joaquim Matias, tratava-se de criar um quadro legal capaz de

assegurar a aplicação de uma correcta política de ordenamento do território e de salvaguarda dos direitos ambientais, impedindo designadamente a sua subversão por actos administrativos ou sua omissão que se traduzam em deferimentos tácitos, contrários aos princípios legalmente definidos para o uso do solo.

Bem presentes estão ainda casos como o do parque natural Sintra-Cascais ou do empreendimento previsto para a Aldeia do Meco, resultantes de alvarás de licença conferidos administrativamente que torpedeiam princípios básicos de ordenamento do território e de defesa dos recursos naturais e do meio ambiente.

O direito de transformar o uso do solo é uma prerrogativa inalienável do poder público



Pelo País não faltam exemplos de agressão ao meio ambiente

Fuga aos impostos na Madeira

Governo premeia evasão fiscal?

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a audição do ministro das Finanças e do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais para esclarecimento de questões relacionadas com evasão fiscal, através da utilização indevida do denominado «off-shore» da Madeira. Em requerimento enviado à presidente da Comissão Parlamentar de Economia, o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, começa por recordar que, em Março de 1998, a Inspeção-Geral de Finanças concluiu um relatório de «auditoria à tributação do sector bancário» em que detectou «situações caracterizadas de evasão fiscal».

O presidente da bancada comunista lembra que a fuga fiscal detectada no documento incidia basicamente na utilização indevida do «off-

shore» da Madeira para reduzir administrativamente os lucros sujeitos a IRC». Sublinhado é também o facto de o então ministro das Finanças, num despacho de 11 de Agosto de 1998, ter expressado a sua preocupação pela situação detectada, tendo, posteriormente, também por despacho, expressado o seu acordo às «conclusões, recomendações e propostas» sugeridas no relatório da Inspeção-Geral de Finanças.

Aliás, na sequência do relatório, como lembra Octávio Teixeira, «foi feita a liquidação correctiva de impostos de montante superior a 26 milhões de contos».

Não pode deixar de ser por isso com espanto que foi recebida a notícia veiculada por um órgão de comunicação social, no passado dia 17 de

Por isso no diploma comunista se prevê que os alvarás e licenças em vigor possam ser sujeitos a confirmação da respectiva compatibilidade com as regras de uso, ocupação e transformação do solo, constantes dos PROT's e dos PDM's e com as regras legalmente impostas pela Rede Natura 2000, Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, sendo a confirmação de compatibilidade feita pela entidade competente para a gestão do instrumento de gestão territorial que seja considerado como desrespeitado por qualquer parte interessada na licença de construção em causa.

«A não confirmação da compatibilidade implicará naturalmente a caducidade das respectivas licenças e alvarás, aplicando-se ao processo os termos gerais da legislação do ordenamento do território», justificou Joaquim Matias, perante um PS que, apesar de reconhecer «bondade» em alguns princípios, invocou o articulado do diploma para justificar a sua discordância.

Pelo desmantelamento dos arsenais nucleares

● João Amaral

Três anos e meio após a aprovação do Tratado de Proibição de Ensaios Nucleares pela Assembleia Geral das Nações Unidas (através da Resolução n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996), o Governo decidiu-se finalmente apresentá-lo à Assembleia da República, para que esta o debata e o aprove para ratificação pelo Presidente da República. Foi o que ocorreu no passado dia 23 de Março. O Governo conseguiu assim que Portugal fosse o último dos países da União Europeia a proceder à ratificação desse Tratado



Multilateral. De facto, entre 2 de Fevereiro de 1998, quando a Suécia o ratificou, até 20 de Agosto de 1999, data em que o fez a Alemanha, todos os países da UE tiveram tempo para a ratificação. Aqui, só Portugal se atrasou.

O Tratado é geralmente assinalado como um passo positivo, saudado e apoiado pela comunidade internacional e pelos numerosos e activos movimentos que põem o acento tónico da sua actividade nas questões da paz. Por isso, a assinatura e ratificação do Tratado pelos estados deve ser positivamente assinalada.

Mas, se se examinar com atenção toda a problemática do uso da arma nuclear, e se se fizer a contabilidade rigorosa de qual é o estado efectivo de vigência deste Tratado, então dificilmente se pode sustentar uma visão optimista do problema. Estamos longe, muito longe da segurança mundial no que toca à existência e uso da arma nuclear.

Ratificar o Tratado

Veja-se a situação do Tratado. Do total de 193 estados, já o assinaram 155, mas só concluíram o processo de ratificação o número relativamente reduzido de 55 estados. Mas, pior é o que se passa com a sua entrada em vigor. De facto, ela depende da sua ratificação por um elenco de 44 estados, definido no anexo 2 do texto do Tratado. Ora desses 44 estados, só 28 é que já concluíram o processo de ratificação. E três deles nem sequer o assinaram ainda.

Sabe-se que a assinatura representa a formalização da vontade do Estado respectivo em proceder aos actos internos necessários à vinculação ao Tratado, expressa no acto de

ratificação. A não assinatura significa assim que esses três estados, que fazem parte da lista dos 44 estados necessários para a entrada em vigor do Tratado, ainda nem sequer manifestaram a vontade política de aderirem ao Tratado. A situação piora ainda quando se examina o nome dos estados envolvidos. Se virmos a lista das potências nucleares, sejam as reconhecidas como tal ou aquelas sobre as quais há fundadas suspeitas de serem, constata-se que o Tratado não foi ratificado pela maior potência nuclear, os Estados Unidos, onde o processo de ratificação foi discutido,

não tendo obtido no Senado o apoio necessário para a entrada em vigor. Assim, o país de mais alta capacidade de investigação e com o maior arsenal nuclear, continua a não aceitar a proibição de ensaios nucleares, legitimando desta forma a alegada necessidade de outros países continuarem as pesquisas e os ensaios. Também não ratificaram o Tratado a Federação Russa, a China, Israel e a Ucrânia. Os três países que nem sequer assinaram o Tratado são a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte. Ora, a Índia e o Paquistão são potências

nucleares assumidas, que ainda há escassos meses realizaram ensaios. Resumindo: das potências nucleares reconhecidas, só a França e o Reino Unido assinaram o Tratado, sendo que a França realizou ensaios no Pacífico até há bem pouco tempo.

Ameaça mantém-se

É caso para dizer que são mais as palavras que os actos. Mas, admitamos que estas enormes dificuldades são removidas e que o Tratado entra em vigor, com a ratificação de todos os países acima referidos. Sem dúvida que o Mundo se pode e deve congratular. Mas, será este o passo efectivamente necessário e determinante?

O Tratado proíbe novos ensaios nucleares. Mas não desmantela os arsenais existentes, nem o desequilíbrio armamentista que eles provocam. Na prática, a ameaça nuclear sofre um limite, mas mantém toda a sua força. Acresce que os países que realizaram testes há muitos anos, como os Estados Unidos, adquiriram informação e capacidade para realizarem os testes em simulação, isto é, podem continuar a progredir na arma nuclear, facto que está vedado aos candidatos e recém-membros do clube nuclear. Quando os Estados Unidos retomam o programa da chamada guerra das estrelas (embora de forma mais limitada); quando a Europa discute a elevação da despesa militar e a construção de um Exército Europeu; quando a NATO, no conceito estratégico aprovado o ano passado, mantém a possibilidade de uso da arma nuclear incluindo por sua iniciativa, bem se pode dizer que este Tratado fica muito aquém do que é preciso, e que é o efectivo desmantelamento dos arsenais nucleares e o fim da corrida armamentista!

Manifestações em todo o País contra a revisão curricular, lei de acesso ao superior e métodos de avaliação

Estudantes do secundário saíram à rua

Milhares de estudantes do ensino secundário comemoraram o Dia do Estudante com manifestações um pouco por todo o País. A contestação visa a anunciada revisão curricular, a lei de acesso ao superior e a falta de avaliação contínua.

Coimbra, Aveiro, Porto e Covilhã foram algumas cidades que serviram de palco às iniciativas de protesto dos alunos do secundário realizadas na sexta-feira, todas elas apoiadas pela JCP.

Em causa está a política educativa do Governo, em especial a revisão curricular anunciada pelo Ministério da Educação. Os alunos contestam não só o facto de não terem sido

«Numerus clausus é um muro, assim não há futuro» foi uma das palavras de ordem

ruas da cidade, com faixas, t-shirts e autocolantes protestando contra o estado da educação em Portugal. «Não havia necessidade de um ensino de desigualdade», «Numerus clausus é um muro, assim não há futuro» e «Reforma a reforma» foram algumas das palavras de ordem.

Na Direcção Regional de Ensino do Centro foi entregue um abaixo-assinado com 3500 assinaturas, que critica a «proposta de provas eliminatórias feitas pelas universidades, com os seus próprios critérios, ainda por definir» e propõe a criação de um «novo sistema de acesso que harmonize as necessidades de desenvolvimento do país e as opções dos candidatos».

so, mas também o seu conteúdo: o 13.º ano de escolaridade, as aulas de 90 minutos, o sistema de avaliação com provas de carácter eliminatório e a lei de acesso ao ensino superior.

Mas outras reivindicações são colocadas em cima da mesa: a introdução da educação sexual, o regime disciplinar, o diploma de autonomia e gestão das escolas e as más condições materiais e humanas do parque escolar.

Manifestações

Em Coimbra, 3500 estudantes manifestaram-se pelas

Liberdade e participaram num desfile até ao Governo Civil.

Na Covilhã, realizou-se uma manifestação com cerca de uma centena de pessoas e um concerto que juntou 200 pessoas. Em Castelo Branco, algumas dezenas de estudantes entregaram um abaixo-assinado com 600 assinaturas ao governador civil.

Entretanto, anteontem, 700 estudantes das três escolas secundárias do concelho de Viseu formaram um cordão humano e desfilaram pelas ruas da cidade até ao Governo Civil, onde foram recebidos.

Braga

Numa nota à comunicação social, a JCP de Braga considera que a lei de acesso ao superior pretende apenas empurrar os estudantes para as universidades privadas, «impossibilitando os jovens de famílias economicamente mais débeis de prosseguir os estudos e fomentando o espírito de lucro nos muitos que fazem do ensino um negócio».

A JCP apela ainda aos estudantes que reflectam sobre os problemas do seu futuro e intervenham nas suas escolas para a conquista de melhores condições de aprendizagem e sucesso escolar.



Em Coimbra foram 3500 estudantes a protestarem contra o estado do ensino

Subfinanciamento estrangula superior

«A aplicação da lei de financiamento do ensino superior tem provocado graves situações de subfinanciamento das instituições», acusa a Organização do ensino superior do Porto da JCP, reunida no fim-de-semana.

O dinheiro cobrado aos alunos com as propinas é usado para custear as despesas correntes, não sobrando fundos suficientes para o investimento e para a melhoria da qualidade do ensino. A situação é de tal forma grave que o próprio Conselho de Reitores já se manifestou contra o actual estado de subfinanciamento.

Por outro lado, a JCP assinala que, se o estatuto de estudante elegível for aplicado, as dotações orçamentais deixarão de contemplar os alunos considerados não elegíveis. «As escolas ficarão com o nó ainda mais apertado na garganta, além de terem que arcar com a responsabilidade de solucionar a questão dos alunos ineligíveis, através de prescrições, regulamentação que obrigue os estudantes a pagar o seu curso ou outras medidas», afirma.

A situação não é melhor no que respeita à acção social escolar. Os serviços de apoio aos estudantes carenciados não são suficientes e a divulgação dos que existem deixa muito a desejar, impedindo o acesso de um elevado número de pessoas por desconhecerem os seus direitos.

A JCP dá um exemplo: numa altura em que a cimeira europeia definiu como prioritário o acesso às tecnologias da informação, não há um único computador nas residências universitárias do Porto.

Ensino particular

A acção social no ensino particular e cooperativo é ainda mais precária. Apenas na semana passada foram divulgados os resultados definitivos das candidaturas às bolsas de estudo. Junte-se o alto valor de propinas a pagar, a inexistência de residências e cantinas a preços sociais e percebe-se o enorme esforço financeiro que os estudantes deste subsistema de ensino e as suas famílias têm de fazer.

«Isto porque o Estado continua a não disponibilizar a oferta suficiente de vagas para os candidatos ao ensino público, atirando milhares de estudantes para o mundo do privado, onde a educação é um negócio para dar lucro», defende a JCP.

O cúmulo do caricato acontece com o curso de serviço social que não existe no ensino público, mesmo sendo o Estado o principal empregador dos profissionais formados nesta área.

Organizações juvenis internacionais exigem emprego com direitos

«O emprego que precisamos não é o emprego que temos.» Eis a conclusão de um apelo comum dirigido aos governos da União Europeia e subscrito por seis organizações juvenis de Portugal, Alemanha, Espanha, França, Grécia, Noruega e República da Irlanda, onde se inclui a JCP.

«Cerca de 20 milhões de europeus estão desempregados. Muitos outros estão sujeitos ao trabalho precário e flutuam entre emprego e desemprego. A segurança de um posto de trabalho já não é garantida. Os salários - especialmente os da juventude - são estabelecidos de acordo com o máximo lucro para os patrões, tentando alargar a parte variável dos ordenados, reduzindo a remuneração fixa», lê-se no documento.

«Sem resposta para os problemas dos trabalhadores, os governos da chamada "terceira via" ou "centro-esquerda", apoiados pela direita, agravam a situação com políticas neoliberais, promovendo o rotativismo dos postos de trabalho», acusa.

«Os resultados dos planos de convergência revelam mais uma vez que só há duas vias para o desenvolvimento: ou em favor do grande capital e contra os trabalhadores, ou em favor dos trabalhadores e contra o grande capital monopolista», consideram os subscritores.

Reivindicações

É por isso que exigem uma política de esquerda, que valorize os trabalhadores e as suas condições de trabalho e que ponha o desenvolvimento e o progresso ao serviço de quem o constrói. Para isso é fundamental empregos está-

veis e com direitos, a redução do horário de trabalho mantendo os salários, e uma forte luta contra a precariedade e a desregulamentação.

As organizações juvenis defendem a valorização da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das regras internacionais de protecção e promoção dos direitos, bem como o respeito pela liberdade de sindicalização e da acção sindical.

Outras reivindicações são apresentadas como a valorização dos salários e dos contratos colectivos de trabalho, a contratação permanente dos funcionários que ocupam postos permanentes e o controlo estatal dos sectores estratégicos da economia.

Este apelo é subscrito pela JCP, pela Juventude Comunista da Grécia, Juventude Livre da Alemanha, Juventude do Partido dos Trabalhadores da Irlanda, Liga da Juventude Comunista da Noruega, Movimento dos Jovens Comunistas Franceses e União dos Jovens Comunistas de Espanha.



Teatro de rua sobre o emprego, na baixa lisboeta, promovido pela JCP, na sexta-feira

Bolsas atrasadas no politécnico de Viseu

O colectivo do ensino superior de Viseu da JCP considera que actualmente se atravessa um período em que se sente as consequências da política educativa do Governo. E dá exemplos.

«É agora mais claro para todos os estudantes que o pagamento de propinas em nada aumentou a qualidade do ensino», considera lembrando que «com os sucessivos cortes no financiamento, o Governo tem transferido cada vez mais para os estudantes e suas famílias o suporte económico daquilo que deve ser uma responsabilidade do Estado».

Por outro lado, os cortes nas verbas da acção social escolar têm penalizado os estudantes dos politécnicos.

Esta situação verifica-se nomeadamente no Instituto Politécnico de Viseu, onde só na quinta-feira passada foram pagas as bolsas de estudo de Janeiro. «Havendo quem dependa das bolsas para se manterem no superior, assistia-se já a situações de desespero, com estudantes sem qualquer dinheiro», denuncia a JCP.

Perante isto, a organização de Viseu reclama o rápido pagamento dos meses de Fevereiro e Março e alerta para os graves prejuízos que traz à estabilidade dos estudantes.

A JCP lembra que, na discussão do Orçamento de Estado, o grupo parlamentar do PCP apresentou a proposta de incluir 10 mil contos no Piddac para a construção da sede da Federação Académica de Viseu. O PS votou contra, impedindo a sua concretização.

Mentalidades mudam, discriminação continua

Omitir a identidade empobrece a existência

Apesar das profundas alterações nas mentalidades, a discriminação por razões de orientação sexual continua a existir, impondo-se medidas no campo legislativo para lhe pôr fim. Sobre o tema, a JCP organizou um debate na noite de terça-feira (ver caixa). O «Avante!» quis conhecer as posições da associação «Ilga» e registou a opinião de dois homossexuais.

Os homossexuais são alvo de que tipo de discriminação? Como podem viver a sua sexualidade e como é que esta afecta

o seu dia-a-dia? Que problemas têm de enfrentar? Falámos sobre estas e outras questões com Rita Ricardo e Luís Novo,

activistas do grupo jovem da Ilga (Associação Internacional de Lésbicas e Gays), e com dois homossexuais que preferem não assumir a sua identidade e que aqui trataremos como Pedro e Francisco.

Luís Novo diz que, no quotidiano, está mais presente uma certa omissão do que propriamente discriminação. «Há uma série de coisas que temos de esconder. Por exemplo, quando quero falar do meu namorado

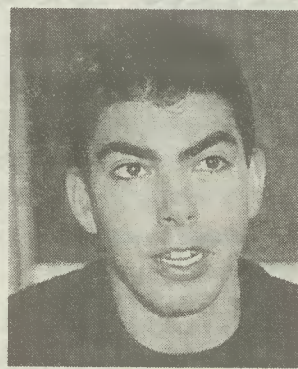
falo da pessoa com quem namoro, sem especificar o sexo. E não posso dizer aos meus colegas da faculdade que trabalho na Ilga. Somos obrigados a omitir grande parte da nossa vida pelo facto de sermos homossexuais.»

«Não tenho a mesma liberdade que os outros. Não posso falar da minha vida a mais de metade das pessoas que conheço, tenho de ter constantemente cuidado com o que digo, ver onde estou antes de falar», explica Francisco.

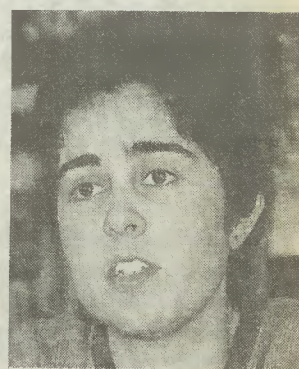
Lidar com os preconceitos

«A partir de certa altura, as pessoas começam a estranhar se não se tem namorado ou namorada e torna-se quase obrigatório ter de arranjar-las para esconder a homossexualidade. Neste caso, além de ter de omitir que se é, tem de se enganar», acrescenta Rita Ricardo. «Vive-se constantemente uma personagem, é-se actor na sua própria vida.»

Se assumir a sua identidade



Luís Novo



Rita Ricardo

de passa inevitavelmente por assumir a sua sexualidade, há que fazer frente aos preconceitos dos outros. Mas qual a melhor maneira? «Encarando as coisas, mas nem sempre pode ser feito assim», diz Rita.

«O melhor a fazer, quando as pessoas sabem, é ter uma atitude perfeitamente normal. Se escondermos é pior, as pessoas discriminam mais», considera Luís. «Se me chamarem alguma coisa, não ligo porque sei que são os outros que estão errados. E isso acontece porque me sinto bem comigo próprio», acrescenta.

Francisco conta que quando o tema surge em conversa com amigos, procura mostrar o seu ponto de vista, sem assumir.

As associações gays desempenham aqui um papel importante, funcionando como locais de apoio, alternativos aos espaços nocturnos, onde as pessoas podem conversar abertamente sobre os seus sentimentos e questionar-se. A Ilga tem inclusivamente um grupo de interajuda para quem tem dúvidas, que conta com a assistência de dois profissionais.

Actualmente, a associação está a desenvolver um projecto dirigido aos estudantes e professores do ensino secundário e superior.

Reivindicações

Desengane-se quem pensa que a Ilga é uma associação de homossexuais ou para homossexuais. É, sim, uma associação que defende os direitos dos homossexuais. Prova disso é que a Rita é heterossexual e como ela há outros activistas na associação que não são gays. O que se procura é conquistar os direitos que esta minoria vê negados e pôr fim à discriminação.

Mas quais são as suas principais reivindicações? De entre uma longa lista, destaca-se a explicitação no artigo 13 da Constituição que a orientação sexual

«O melhor a fazer, quando as pessoas sabem, é ter uma atitude normal»

não pode ser motivo de discriminação, à semelhança do sexo, raça, língua e convicções políticas ou ideológicas.

O enquadramento legal das uniões de facto, sem qualquer discriminação baseada na orientação sexual, é outra exigência. O PCP apresentou recentemente um projecto de lei na Assembleia da República nesse sentido.

Outras reivindicações passam pelo fim das discriminações dos gays no local de trabalho, na atribuição do poder paternal dos filhos, como dadores de sangue e no ingresso nas Forças Armadas e na PSP.

A Ilga defende ainda o direito à educação sexual anti-homófila nas escolas.



Assumir a sexualidade é fundamental, diz Francisco

Família: o grande medo

«É mais fácil chegar a casa e dizer "Pai, esta é a minha namorada" do que "Este é o meu namorado"», conta Pedro. É por isso que normalmente a família é sempre a última a conhecer a homossexualidade do filho ou da filha.

«Começa-se por contar aos amigos. A maioria não diz aos pais. Estes acabam por saber, mas mais tarde», explica Luís Novo, que aconselha a quem queria contar e tem dúvidas sobre a reacção da família a esperar por ter alguma estabilidade económica. É que não são raros os casos de pais que expulsam os filhos de casa.

Pedro acha que a família sabe que ele é gay: «Não me

querem confrontar com isso, mas sabem. Eu até durmo com o meu namorado lá em casa. Se eles querem pensar que é amizade, não vou forçá-los a pensar outra coisa. A minha mãe já trata o meu namorado como se fosse o genro.»

No entanto, não pensa contar em casa. «Não tenho necessidade que saibam. Se visse alguma vantagem nisso, contava. Mas não, vivo a minha vida como se soubessem.»

Assumir

Assumir a sexualidade é fundamental. Como diz

Francisco, «não imagino a minha vida se não me tivesse assumido. Deve ser um horror. Mas não sei se é mais difícil assumir perante os outros ou perante nós próprios.»

Hoje é cada vez mais fácil «sair do armário» porque a mentalidade das pessoas está a mudar, em especial a dos jovens. Luís Novo fala em tolerância e defende que ainda não há uma aceitação geral.

«Há alguns anos atrás, os homossexuais não eram visíveis e as pessoas podiam discriminar abertamente. Mas as pessoas começaram a perceber que ser homossexual não é ser um bicho.

Quando vêm entrevistas na televisão, percebem que os homossexuais são pessoas normais. A partir do momento em que o objecto que discriminam passa a ter rosto, têm mais cuidado e pensam duas vezes no que vão dizer.»

E qual é a importância de os gays se assumirem? Rita Ricardo responde: «Contribui muito para as pessoas perceberem que a homossexualidade não é nada que se deva esconder. Ser homossexual não é ter uma doença ou ser anormal, como já foi considerado há uns tempos atrás. É simplesmente uma coisa normal, como ter olhos castanhos.»

Adolescência: o período mais difícil

Normalmente é por volta dos 18 anos que os homossexuais se começam a assumir enquanto tal. Mas até lá, passam por períodos difíceis experimentando todo o tipo de sentimentos, da confusão ao medo, passando pela fuga e a negação.

Francisco conta que aos 10 anos se começou a perceber que não se interessava por raparigas, mas sim pelo corpo masculino. Não pensava directamente no assunto, mas diz que havia traços que mais tarde identificou como sendo típicos de homossexualidade.

«Estes traços estão sempre presentes, mas a maneira como somos educados tem um grande peso até aos 15 anos. Eu fui educado para ter uma namorada e me casar, e era isso que eu pensava na altura porque a minha sexualidade ainda não estava desenvolvida», conta.

Aos 17 anos, desistiu de namorar com raparigas, na mesma altura em que se apaixonou por um rapaz. «Quando acabou, voltei ao mesmo marasmo. Não pensei que fosse homossexual. É natural que eu próprio estivesse a fugir a isso. Quando temos de admitir uma coisa chata, foge-se enquanto se pode.»

Francisco diz que vivia um período cinzento, «em que sei que não dá com raparigas mas não sei que sou homossexual». Só aos 19 anos se assumiu perante si próprio. Nessa altura, dois amigos gays assumiram-se e ele, na mesma conversa, contou-lhes de si próprio.

A partir daí, passou a frequentar bares homossexuais e o canal «Gay Portugal» da internet. «Comecei a falar com pessoas, o que me ajudou bastante», diz. «A partir daí pensei: "Sou homossexual, agora

aguenta-te. Vamos andar com isto para a frente."»

Solidão

Pedro teve uma experiência semelhante. Apaixonou-se e namorou com um rapaz, mas nem sequer lhe passava pela cabeça que era gay. O pior veio depois. «Quando esse rapaz acabou comigo, senti-me o único, não conhecia ninguém. Pensava que era só com ele», explica.

Como Luís Novo refere, uma das fases mais complicadas é a da solidão. «O problema mais grave é quando as pessoas descobrem que são homossexuais e pensam que são os únicos. Não têm ninguém com quem falar sobre o que sentem. Escondem uma parte dos seus sentimentos e, para um jovem, é importante poder falar abertamente sobre a sua identidade. Isso

leva à depressão e pode levar ao suicídio. A taxa de suicídio dos jovens é duas a três vezes superior entre os homossexuais.»

Rita Ricardo lembra que há pessoas que «saem do armário» muito depressa, mas há outras que demoram anos. Muitos fazem inclusivamente um grande esforço para serem heterossexuais. E há ainda a ideia de que se se é gay, têm de ter certos maneirismos.

Pedro diz que passou por essa fase: «Andava com vestidos que as minhas amigas me emprestavam, colares, roupas muito apertadas. Depois já não dava para disfarçar, tinha de assumir para toda a gente. Na altura pensava: "Sou homossexual, sou diferente, vou provocar as pessoas."» Depois cansou-se. «Acho que faz parte da adolescência.»

JCP debate «Direitos Sexuais»

«Direitos Sexuais» foi o tema proposto para a discussão de uma mesa-redonda organizada pela JCP, na noite de terça-feira, em Lisboa. Com a participação da psicóloga Graça Mexia, o presidente da Ilga-Portugal, José Manuel Fernandes, e um representante da Associação para o Planeamento da Família, Nuno Nodim, todos concordaram que a sexualidade continua a ser um assunto difícil de abordar, nomeadamente nas escolas.

Prova disso é que a lei que prevê a educação sexual continua à espera de ser regulamentada e muitos são os professores que mantêm reservas sobre a sua aplicação. O mesmo se passa com o planeamento familiar, gratuito nos centros de saúde, mas ainda rodeado de grande secretismo em alguns locais, em especial nas áreas rurais.

Graça Mexia sublinhou que informar sobre os direitos é fundamental e que nem todos sabem que qualquer pessoa se pode dirigir a consulta de planeamento familiar mesmo se não for no centro de saúde da sua zona e que os jovens podem passar à frente das habituais listas de espera.

Mas, se os preconceitos são graves, pior é quando a discriminação é praticada pelo próprio Estado. José Manuel Fernandes não esqueceu a falta de igualdade de oportunidades dos homossexuais e os problemas no trabalho e no seio da família que muitos gays têm de enfrentar devido à sua orientação sexual.

Professores do Norte e Centro do País debatem perspectivas do ensino

Por uma escola democrática e solidária

Em encontros realizados no centro e norte do País, os professores defendem uma escola solidária e manifestam-se contra uma visão economicista.

«Ensinar e aprender numa sociedade solidária» foi o lema do V Congresso do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), que decorreu no Porto entre quarta e sexta-feira da semana passada, permitindo uma reflexão em torno da escola, professores e sindicalismo, três vertentes indispensáveis à construção de uma escola mais democrática e solidária.

No quadro do debate em torno destas temáticas, o SPN defende que «só uma escola pública valorizada, não enfeudada a interesses particulares diversos, dotada de autonomia, capaz de proporcionar elevada formação técnica, científica e, sobretudo, humana, garante o direito de cada um à educação, como condição de desenvolvimento progressivo da comunidade de que faz parte o país».

Nesta perspectiva é essencial «dotar o sistema de condições e equipamentos que acompanhem e tenham capacidade de responder às exigências sociais em permanente evolução», considera o SPN.

O papel e as finalidades da escola, a forma como se organiza, a organização curricular e as especificidades de que se reveste em cada sector, o finan-

ciamento das escolas, o estatuto profissional dos professores e um sindicalismo interveniente capaz de exigir opções de fundo, foram algumas das questões debatidas no congresso.

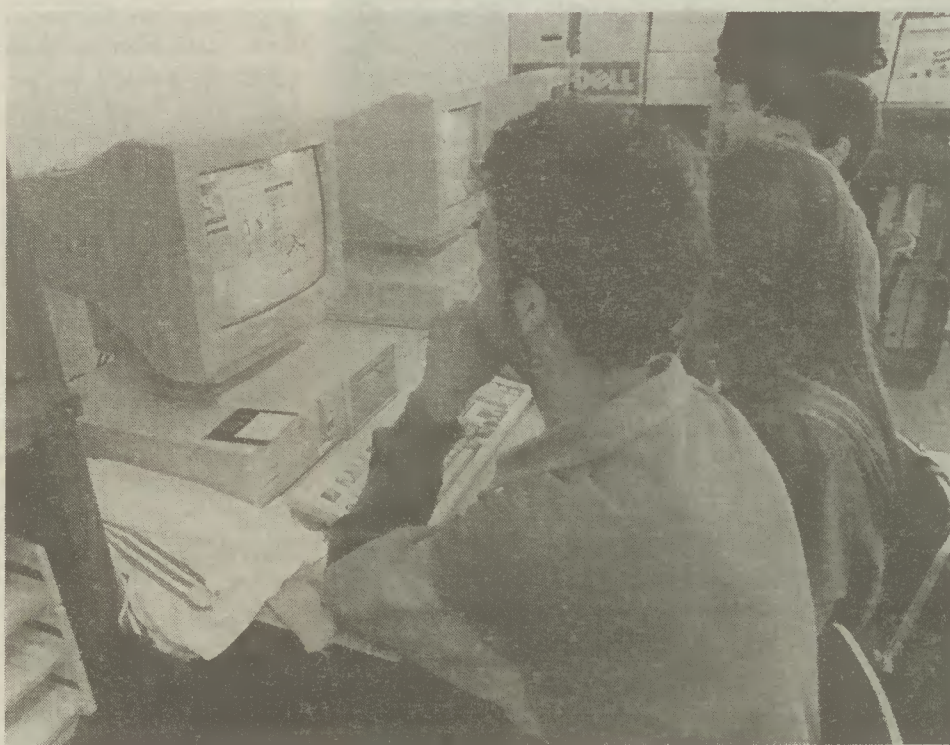
O encontro, que reuniu 900 delegados de todo o norte do País, equacionou ainda a sua filiação à CGTP-IN.

Professores de Coimbra contra visão economicista

A escola requer maior autonomia, mas sem uma «visão economicista», alertaram professores e educadores da Região Centro, reunidos em Coimbra sob o lema «Escola, autonomia e qualidade educativa».

No encontro, organizado pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), foi sublinhada a disparidade de concepções sobre autonomia.

Para os professores, autonomia «passa por dotar as escolas de condições para que possam dar melhores respostas sociais, enquanto que para o Ministério da Educação (ME) representa conseguir formas de suporte económico para as escolas, atra-



Uma história em poucas palavras

Os professores do 1.º ciclo do ensino básico e os educadores de infância do concelho de Aguiar da Beira deitaram mãos à obra e apresentaram ao Ministério da Educação uma proposta de criação de um agrupamento horizontal de escolas (com a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico).

Fizeram-se reuniões, foi eleita uma comissão para dinamizar todo o processo e elaborado um projecto para a constituição do agrupamento e obteve-se o parecer favorável da Câmara Municipal.

Apresentada a proposta ao ME, a resposta foi um não, por não se considerar oportuno «desenvolver qualquer iniciativa nesse sentido».

Em comentário a esta resposta, o Sindicato dos Professores da Região Centro afirma que o ME pretende impor agrupamentos verticais (escolas do 1.º ciclo e jardins de infância, com escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico). Ou seja, «quer reorganizar o 1.º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar sem fazer qualquer investimento nestas escolas».

O Sindicato afirma, entretanto, a sua determinação em prosseguir a luta «pela verdadeira autonomia das escolas» e pela «construção de um modelo de direcção e gestão que valorize os órgãos pedagógicos das escolas e intervenção criativa dos profissionais da educação».

vés de protocolos com empresas e autarquias, para uma gradual desresponsabilização do Estado», considera Mário Nogueira, coordenador do SPRC.

«Não basta falar de qualidade», comentou o sindicalista, lembrando a falta de professores e auxiliares, as turmas grandes, e as poucas verbas, «inclusive para gastos correntes de fotocópias e material de apoio».

Factos em gritante contradição com novas realidades sociais que exigiram da escola respostas adequadas, nomeadamente no que respeita à ocupação dos tempos livres «segundo a vocação de cada criança».

O sindicato está neste momento a ultimar um levantamento do número de alunos por turma nas escolas do 2.º e 3.º ciclos da Região Centro, cuja apresentação pública está marcada para dia 3 de Abril.

A análise do novo modelo de direcção e gestão das escolas, proposto pelo ME, foi um dos temas em debate e contou com a participação de Paulo Suceña, coordenador da Fenprof.

Durante o encontro foi ainda lançado o livro «Uma pequena luz vermelha e outros textos de Abril», que reúne quatro textos resultantes de um concurso literário promovido pelo sindicato para comemorar o 25.º aniversário do 25 de Abril, e de que o produto integral da venda reverte para a reconstrução de Moçambique. Uma iniciativa promovida com a colaboração da editora conimbrense Alma Azul.

Aterro sanitário de Bigorne

Populações não desistem

O protesto popular em torno da construção do aterro sanitário de Bigorne deverá agora assumir novas formas que, de par de outras acções de contestação, incluirão o recurso aos tribunais.

Os trabalhos de abertura da estrada de acesso ao local para onde está prevista a construção do aterro sanitário do Douro Sul, começaram a semana passada, rodeados de grande aparato, com GNR a cavalo e com

cães. Uma situação que impediu o protesto popular no local e levou os manifestantes a deixarem no terreno três dezenas de vacas, a serem guardadas por mais de 200 agentes da GNR...

A contestação prossegue entretanto. As juntas de freguesia de Bigorne e Lazarim e Lamego repudiaram publicamente a actuação das forças da GNR, considerando que de deram mostras de prepotência e abuso de poder.

Os autarcas denunciam a invasão e devastação de terrenos que não se encontram abrangidos pela declaração de utilidade pública, tendo as máquinas destruído muros, marcos e culturas.

Os advogados das freguesias de Bigorne, Lazarim e Lalim irão tentar encontrar forma de fazer parar, judicialmente, as máquinas e referem que alguns terrenos por onde as retro-escavadoras estão a abrir caminho

«não constam da lista de expropriações e nos outros já caducou a declaração de utilidade pública onde foi sustentado o processo de expropriações».

Balfloira apoia protestos

Entretanto o Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu (Balfloira) anunciou a constituição de comissões e assembleias de partes em Lazarim e Bigorne, concelho de Lamego, para acompanhamento dos trabalhos no aterro sanitário do Douro Sul.

Manuel Rodrigues, presidente da Balfloira, explicou, em declarações à Lusa, que «a constituição das comissões de partes se deve ao facto dos terrenos para onde está prevista a construção do aterro serem constituídas, também, por dois hectares de baldios que não podem ser tocados por não fazerem parte da lista de expropriações».

«Estes terrenos baldios, apesar de não terem um dono específico, merecem os mesmos cuidados que os restantes e os órgãos que a lei prevê

para a sua gestão popular têm que ser contactados porque, caso contrário, a ilegalidade será total», sublinhou o dirigente da Balfloira.

Ainda a semana passada, uma delegação de diferentes organizações signatárias de uma nota de protesto

deslocou-se ao Governo Civil de Viseu para entregar a nota e manifestar a sua total solidariedade para com as populações de Lalim, Lazarim e Bigorne. Não foi recebida.

Uma luta que se amplia e desdobra em várias formas.

Nota de protesto

Protestar, «de forma veemente, contra a utilização abusiva, despropositada e inaceitável da força para impor às populações de Bigorne, Lalim e Lazarim, a construção do aterro sanitário de Bigorne», é a razão de ser da Nota e protesto entregue no Governo Civil de Viseu.

Os signatários manifestam assim a sua solidariedade com as populações daquelas freguesias, «reiterando o seu absoluto respeito pelo direito das populações a manifestarem-se contra projectos que atentam contra a sua saúde e os seus direitos».

A nota de protesto denuncia, como abusiva, «a imposição de uma solução para um problema que ainda tem processos pendentes, à revelia de qualquer ordem judicial».

A atitude do Governo, ao «mandar uma força policial, constituída por centenas de agentes da GNR, guardas a cavalo e cães policiais, contra uma população desarmada, que, como único delito, apresenta a defesa do seu bem-estar», é igualmente denunciada como despropositada e «contraditória com a propaganda de diálogo».

A nota de protesto é subscrita por dez sindicatos, pela União dos Sindicatos de Viseu, Associação de Deficientes das Forças Armadas (Del. Viseu), Prof - Associação dos Professores de Viseu, Balfloira - Secretariado dos Baldios de Viseu e Federação Académica de Viseu.

PCP toma posição

O «aparato do aparelho repressivo e as manifestações de violência» sobre as populações de Bigorne, Lalim e Lazarim são denunciadas pelo PCP, em comunicado de imprensa, como reveladores da «incapacidade do Governo, em manifesta contradição com repetidas declarações de circunstância, de, pelo diálogo, atender e respeitar interesses e direitos fundamentais das populações locais».

O PCP condena, em particular, «o uso da força para impor administrativamente o início da construção do aterro da Associação de Municípios do Douro Sul, numa situação em que ainda se encontram sem

decisão processos de expropriação de terrenos a afectar à construção do aterro» e exige «a reposição, num clima de tranquilidade, do diálogo necessário à procura das soluções que melhor atendam aos vários interesses em presença».

Também na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um voto de protesto - que viria a ser chumbado pelos deputados do PS - em que nomeadamente considera que a posição e as medidas tomadas pelo Governo constituem uma «manifestação de violência que mancha o regime democrático».



A luta das mulheres pelo fim das discriminações assume este ano particular importância

Mulheres da Europa reúnem-se em Portugal

Pelo direito de viver e razões para viver

Organizações femininas europeias estiveram em Portugal e denunciaram as políticas neoliberais como responsáveis pelo desemprego e exclusão social.

«A totalidade do emprego criado para mulheres de 1990 a 1996 foi precário; em 1998, 75% dos postos de trabalho criados para mulheres foram a tempo parcial» - esta uma significativa constatação do encontro que, a convite do MDM - Movimento Democrático de Mulheres, reuniu, a semana passada, em Portugal, ONG's de mulheres da Alemanha, Suécia, Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

As participantes na reunião denunciaram, em particular, as políticas neoliberais e um crescimento eco-

entre homens e mulheres, a determinação na luta pela emancipação feminina como

Por um mundo mais justo e mais solidário, no qual todos os seres humanos recuperem a sua dignidade, tenham o direito de viver e razões para viver

«componente essencial na luta por um mundo mais justo e mais solidário, no qual todos os seres humanos recuperem a sua dignidade, tenham o direito de viver e razões para viver».

Por fim, o encontro apelou à participação na Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência, nomeadamente na

Marcha Europeia que terá lugar no dia 14 de Outubro de 2000, em Bruxelas.

ca Internacional das Mulheres, realizado em Lisboa dia 22 de Março.

Enquanto o discurso oficial fala de crescimento económico, inovação, dinamismo, competitividade, «a realidade é demolidora», afirmam as organizações femininas, que lembram as 50 milhões de pessoas votadas ao desemprego e à exclusão social na União Europeia.

Significativo é, sublinha-se na resolução debatida no encontro, que «o documento apresentado pela Presidência portuguesa à Cimeira Europeia sobre Emprego não faça quaisquer referências às questões da precariedade do emprego, quando cerca de 20% dos trabalhadores europeus por conta de outrem, com grande maioria de mulheres, apenas têm um vínculo precário».

Na resolução considera-se que a grave situação social e dos trabalhadores, que hoje se vive, resulta directamente «da estratégia do capitalismo neoliberal que apresenta diversas vertentes. As privatizações, com destaque para os serviços que prestam serviços sociais de importância vital para as mulheres. O multiplicar das fusões com a criação de vagas de desemprego. A opção pelas actividades especulativas em detrimento das actividades produtivas».

Neste quadro, as participantes no encontro denunciam as políticas neoliberais e afirmam que «só uma ruptura com essas políticas permitirá a promoção de uma política económica e social progressista que proteja e desenvolva as conquistas dos trabalhadores e os seus direitos sociais».

A resolução refere, em particular, a necessidade de pôr fim às discriminações, a necessidade de uma cultura de paz, de uma política e de uma cultura de protecção do ambiente e de uma Europa multicultural, «contra todas as formas de xenofobia e de racismo».

Reafirmando a determinação na luta pela emancipação feminina, como componente na luta por um mundo mais justo e solidário, o documento apela à participação na Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência.

A Mulher e o Emprego

O «profundo abismo entre o discurso oficial dos dirigentes da União Europeia e a realidade concreta da vida dos trabalhadores, em particular das mulheres» é o primeiro facto assinalado pelas organizações femininas europeias presentes no encontro A Mulher e o Emprego, promovido pela FDIM - Federação Democráti-

Em defesa do ambiente Mar é vida

A Defesa do Ambiente foi o tema de mais um Parlamento Aberto promovido pelo Grupo Parlamentar da CDU na Assembleia Legislativa Regional. Um tema de grande importância para uma região como a Madeira, não só no que diz respeito à qualidade de vida das populações mas também pelo peso que o turismo assume no arquipélago.

Durante três dias (entre 18 e 20 de Março), os deputados da CDU abordaram diversas áreas, com destaque para as questões da água e defesa dos mares da região.

No debate em torno da água, os deputados da CDU lembraram que, por toda a ilha, ainda há quem não possua água potável de consumo e, enquanto muitos não têm acesso a este bem essencial, os responsáveis governativos são cúmplices em situações de evidente má gestão deste recurso.

A situação dos mares da Madeira foi particularmente referida, quer pela extracção desregrada de inertes quer pela falta de fiscalização.

Os deputados denunciaram a autêntica pilhagem dos mares, especialmente junto à orla costeira, de onde todos os dias são extraídas toneladas de inertes, depois utiliza-

dos na construção civil. Um negócio altamente rentável, mas que contribui para uma acentuada destruição do ecossistema marítimo da Madeira.

Para denunciar esta «pilhagem de bens naturais», a CDU promoveu mesmo um passeio marítimo, de barco, pela costa sul da Madeira e colocou, diante de duas areiras que extraíam areia, uma bóia com uma bandeira pirata, numa alusão a um negócio que não olha a meios para obter lucros.

A falta de fiscalização foi outro dos aspectos negativos apontados.

Todos os dias centenas de navios passam perto ou mesmo na Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Madeira, sem que haja uma eficaz fiscalização, o que dá azo a situações de risco para a qualidade ambiental dos mares da

Madeira e para o seu ecossistema.

CDU/Madeira propõe

Com base nas actividades desenvolvidas no quadro deste Parlamento Aberto para a Defesa do Ambiente, o Grupo Parlamentar da CDU apresentará na Assembleia Legislativa Regional diversas propostas.

No que respeita à extracção de areias, serão exigidos, de par de estudos de impacto ambiental, a adopção de um quadro mais rigoroso de regras que orientem tal extracção.

Para defesa dos mares, os deputados irão propor a «imposição de corredores para a circulação de navios que transportem substâncias tóxicas»; meios humanos e técnicos que permitam uma fiscalização eficaz na ZEE e nos portos (Portugal ainda não tem um navio de combate à poluição...). E ainda uma política integrada de ordenamento da costa e gestão do mar e a criação de um organismo inter-regional que dê cumprimento a medidas comuns de preservação do Atlântico.



Urge travar a pilhagem no mar da Madeira

Bobadela contra Petrogal

O processo de reactivação dos depósitos de combustível da Petrogal em Bobadela, Loures, foi travado pela Direcção-Geral de Energia até ser encontrada uma «solução consensual», nas palavras do secretário-geral da empresa petrolífera. Entretanto, instado a tomar posição pela Câmara Municipal de Loures, o Ministério do Ambiente enviou uma carta à companhia petrolífera em que dizia não poder autorizar o armazenamento de combustível.

Estes os mais recentes desenvolvimentos de um processo que opõe a população de Bobadela e a Câmara Municipal de Loures à Petrogal.

Um processo que se vem a arrastar desde Fevereiro, e que colide com as promessas feitas quando dos debates em torno da Expo, em que foi

garantido que toda a zona iria ser devolvida à população.

Desactivados aquando das obras realizadas no âmbito da exposição mundial, os 12 depósitos que a Petrogal mantém na freguesia de Bobadela estão agora a ser sujeitos a trabalhos de manutenção e limpeza com vista à sua reactivação em Junho.

A Câmara opõe-se a tal intenção e já tem mesmo elaborado um Plano de Urbanização para a área, onde se incluem zonas e equipamentos de lazer. Estas zonas verdes e espaços urbanizados seriam integrados no futuro Parque Tejo Trancão. Um projecto que teve luz verde da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia, num parecer de Outubro de 1998.

A Petrogal, por seu lado, diz ter uma autorização da

Direcção-Geral de Energia. A avançar a reactivação de estruturas prevê-se que, em Junho, ali cheguem por via férrea dezenas de milhares de litros de gásóleo por dia, provenientes de Sines.

Os moradores estão frontalmente contra a reactivação dos depósitos da Petrogal. Receiam os riscos que daí possam advir em termos de segurança e a degradação do ambiente.

O presidente da Câmara de Loures informou entretanto a população de que os pedidos de licenciamento que a Petrogal entregou à Câmara vão ser indeferidos, com base na ausência de estruturas, de estudos de impacto ambiental e por o Plano Director Municipal estipular que a plataforma ribeirinha da Bobadela se destina a área de serviços e lazer.

Mulheres exigem

As organizações femininas presentes no encontro «A Mulher e o Emprego» exigem, entre outras reivindicações:

- Mais emprego com direitos, redução progressiva dos horários de trabalho para as 35 horas semanais sem perda de salário e regalias;
- Combate eficaz ao desemprego e à precariedade;
- A revalorização dos salários e das profissões femininas;
- O reconhecimento, com visibilidade, do contributo do trabalho não remunerado das mulheres, nas contabilidades nacionais;
- A criação de um novo direito social a ser consagrado na legislação comunitária - o direito de suspensão de fusões, concentrações e reestruturações de empresas que ponham em causa o emprego e outros direitos dos trabalhadores.

nómico, gerado por essas políticas, que «aproveita a um número cada vez menor de indivíduos, enquanto que aumenta, por outro lado, o número de pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social», afectando de forma particularmente grave as mulheres.

Em comunicado de imprensa do secretariado do MDM, afirma-se ainda a necessidade de pôr fim às discriminações

França 30.^o Congresso do PCF

De 23 a 26 de Março realizou-se em Martigues região de Marselha, o 30.^o Congresso do Partido Comunista Francês, com a participação de 880 delegados, algumas centenas de convidados e cerca de 150 delegações estrangeiras.

O PCF esteve representado por Vítor Dias, membro da Comissão Política e Albano Nunes, membro do Secretariado do CC.

O 30.^o Congresso do PCF, anunciado como «Congresso "fundador"» de um «novo partido comunista», consagra efectivamente profundas modificações na definição, orientação, objectivos e organização do PCF.

A introdução da discussão geral (não houve relatório do Comité Nacional cessante) foi feita por Jean Paul Magnan, membro do Bureau Nacional.

Os sete textos temáticos que constituem o «Documento de Orientação», que foram discutidos separadamente e aprovados pela esmagadora maioria dos delegados, confirmam a «mutação» empreendida pelo PCF na concepção do processo de transformação social e no papel do Partido, cuja estrutura de direcção sofreu sensíveis modificações. Foi eleito directamente pelo Congresso um Conselho Nacional de 271 elementos (150 dos quais propostos por inerência das funções desempenhadas nas instituições, em movimentos sociais, nas federações do Partido) e um Colégio Executivo de 46 elementos (com entrada directa de personalidades que se inscreveram no PCF já no decurso da preparação do Congresso).

Robert Hue, confirmado como Secretário Nacional, foi também considerado eleito directamente pelo Congresso, embora não tenha sido objecto de votação individualizada. Foi ainda eleita uma ampla comissão com o objectivo de proceder à elaboração de novos Estatutos, que correspondam ao «novo partido» que nasceu em Martigues.

O 30.^o Congresso do PCF realizou-se num quadro político marcado por importantes lutas sociais, nomeadamente no Ensino e Função Pública (que levou à remodelação do governo de Jospin, anunciada na passada segunda-feira) e pela perspectiva das eleições municipais do próximo ano e das Presidenciais e Legislativas de 2002.

O candidato comunista, Guennadi Ziuganov, em segundo lugar com 30 por cento dos votos, questiona a lisura do processo eleitoral

Russos apostam em Putin

Vladimir Putin ganhou, no passado domingo, as eleições presidenciais na Rússia com 52,6 por cento dos votos. O que fará com a vitória é ainda uma incógnita.

A vitória de Putin logo na primeira volta das eleições presidenciais russas não foi tão fácil nem tão pacífica quanto as últimas sondagens faziam prever. Os resultados estiveram em dúvida até à contagem dos últimos votos, e são agora contestados por Guennadi Ziuganov, o dirigente do Partido Comunista, que anunciou a sua intenção de protestar perante a Comissão Eleitoral Central pelo que classifica de «falsificação em grande escala».

Ziuganov, oficialmente em segundo lugar com 30 por cento dos votos, alega que os resultados preliminares obtidos através do sistema electrónico automatizado não são fiáveis e que há que esperar pela conferência das actas do escrutínio, o que poderá abrir caminho - a confirmar-se a ocorrência de irregularidades

- à realização de uma segunda volta.

As possibilidades de que tal venha a ocorrer são remotas, apesar de os observadores internacionais da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) terem reconhecido que não puderam acompanhar o escrutínio na Tchetchénia, onde segundo as autoridades russas votaram cerca de 65 por cento dos eleitores, maioritariamente a favor de Putin. No restante território, segundo a OSCE, as eleições decorreram dentro da normalidade.

Quanto ao responsável pela campanha do presidente eleito, Dmitri Medvédev, desvalorizou as acusações de Ziuganov e apressou-se a afirmar

que os resultados preliminares são «absolutamente democráticos», pondo de lado a possibilidade de que possam vir a ser substancialmente alterados.

Sem promessas e sem programa

Seja o que for que vier a resultar das suspeitas levantadas pelos comunistas russos,

Putin assume-se desde já como um vencedor tranquilo, satisfeito consigo próprio por não ter feito na campanha promessas que não poderia cumprir, enquanto vai avi-

sando que, tendo em conta a situação do país, «não vale a pena esperar por milagres».

Pelo que os russos terão de esperar, bem como os observadores internacionais, é pelo programa do novo governo e pelo próprio governo que vai ser formado. Sobre o primeiro, Putin ainda nada disse, e o que

se sabe é que tem uma equipa de especialistas a tratar do assunto; sobre o segundo, o presidente pediu aos colaboradores mais próximos que lhe apresentassem ideias tendo em vista uma reestruturação governamental.

A vitória anunciada de Putin não deixou no entanto de ser assinalada por algo mais do que os tradicionais brindes: na segunda-feira, três mísseis nucleares de longo alcance foram lançados de outros tantos submarinos Delta-4. Um aviso «à navegação» de que a Rússia tem uma palavra a dizer sobre a revisão que os EUA pretendem fazer do tratado ABM sobre mísseis balísticos (num momento em que o chefe da diplomacia russa, Igor Ivanov voltou a lembrar que «a guerra das estrelas» que Clinton defende representa «um grave golpe para a segurança e a estabilidade internacionais»), e mais uma achega para a compreensão do sucesso de um homem que até há poucos meses os russos desconheciam.



Putin com todos

Vladimir Putin pretende convidar os seus adversários políticos a participar no governo. A informação foi avançada segunda-feira pela agência Interfax, segundo a qual Putin manifestou a intenção de sondar alguns dos seus opositores para saber «se estão dispostos a trabalhar no quadro da política levada a cabo pelo governo». Em caso afirmativo, disse Putin, «serão convidados a fazê-lo».

Ainda segundo a mesma fonte, o presidente eleito agradeceu ao dirigente do partido comunista Guennadi Zyuganov, seu principal adversário na corrida presidencial, bem como ao presidente da Câmara de Moscovo, Iuri Lujkov, e ao ex-primeiro-ministro Evgueni Primakov, que não participaram nas eleições, o apoio à campanha militar na Tchetchénia. Segundo Putin, os três políticos aperceberam-se de que a guerra na Tchetchénia reforçava a sua popularidade, mas «nem por isso cederam à facilidade de tomar posições antinacionalistas».

Legitimado pelo voto, o homem que já demonstrou saber usar com habilidade o aparelho de Estado em proveito dos seus objectivos tem agora a vida facilitada. Se é verdade que, tendo em conta os resultados eleitorais não poderá deixar de contar com o peso do Partido Comunista da Rússia, não é menos verdade que os seus restantes adversários se viram reduzidos a expressões que

não lhes deixam muita margem de manobra. O liberal Grigori Iavlinski não foi além dos 5,8% e o ultranacionalista Vladimir Jirinovski ficou-se pelos 2,7 por cento, ultrapassado por Aman Tuleev - o poderoso governador da região minera de Kemerovo - que recolheu três por cento dos votos. Acresce ainda que a participação nas eleições foi superior à esperada (68,9 por cento), o que não deixa de conferir um peso ainda maior aos resultados.

Prevê-se que Putin tome posse até 8 de Maio, véspera do tradicional desfile na Praça Vermelha que assinala a vitória sobre o nazismo.



Para salvar a Rússia, a política económica e social tem de ser rapidamente alterada

Optimismo moderado... ou nem tanto

A vitória de Vladimir Putin nas eleições presidenciais russas de domingo abre «grandes esperanças» numa «Rússia forte, democrática, pacífica e próspera», considerou segunda-feira o chanceler alemão Gerhard Schroeder. Num telegrama de felicitações enviado a Putin, o chanceler alemão diz estar convicto de que é possível «um novo começo construtivo» nas relações da Rússia com a Alemanha, em particular, e com a Europa, em geral.

«Temos agora, mais do que nunca, que preencher de conteúdos concretos a nossa cooperação ao serviço da segurança europeia para o bem dos povos dos nossos Estados»,

afirmou Schroeder, que espera reunir-se em breve com Putin.

A União Europeia, por seu lado, manifestou o desejo de uma «parceria estratégica» com a «Rússia democrática». Numa primeira reacção à vitória de Putin, a presidência portuguesa da União Europeia afirmou esperar que com este resultado, «o presidente Putin tenha condições para emprender uma política de reformas e modernização da Rússia». Na declaração do ministro português dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de Ministros da União Europeia, Jaime Gama, citado pela agência Lusa, faz-se votos que tal objectivo seja concreti-

zado num «quadro democrático e de plena inserção na comunidade internacional». «Importante será ver as primeiras atitudes em relação a uma solução política para a Tchetchénia e a forma como tratará o relacionamento da Rússia com a União Europeia e a NATO», refere a declaração.

Em Bruxelas, Javier Solana, representante da política externa da UE, disse confiar «em que Putin utilizará o seu mandato para continuar a consolidar a democracia e o Estado de direito e para prosseguir as reformas económicas».

Quanto ao presidente norte-americano, Bill Clinton, aproveitou a oportunidade para convidar o novo presidente russo a

«reforçar a democracia» e a abrir o país às relações internacionais, ao mesmo tempo que sublinhou a necessidade do Kremlin ordenar «uma investigação imparcial e transparente sobre as denúncias das violações dos direitos humanos na Tchetchénia». Madeleine Albright, por seu turno, fez questão de sublinhar que os EUA vão «esperar para ver» como será a actuação de Putin.

Verdadeiramente optimista está o antigo dirigente da União Soviética, Mikhail Gorbachov, que mesmo antes de conhecer o resultado das eleições afirmou que, fosse qual fosse o vencedor, «a Rússia está no bom caminho para se reerguer».



A crise repercute-se no quotidiano dos russos

Crise em todos os sectores

A Rússia em declínio

Quando, há cerca de um ano, o Partido Comunista russo acusou Boris Yeltsine de «genocídio do povo russo», poucos se deram conta da gravidade da acusação e de como traduzia a realidade do país após quase uma década de poder absoluto.

Hoje, os dados revelam as dramáticas consequências da miséria para que foi atirada a maioria do povo russo: a população, agora de 145,5 milhões de habitantes, diminuiu 2,8 milhões nos últimos oito anos. Segundo um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a esperança de vida dos homens passou de 64 anos em 1990 para 57,3 anos em 1997, enquanto a esperança de vida das mulheres caiu mais de quatro anos, situando-se agora nos 70 anos. No ano passado registou-se uma quebra recorde de 780 000 habitantes (0,5 por cento da população), e as estimativas apontam para a persistência do fenómeno nos próximos dez anos. Nenhum

outro país industrializado registou um tal declínio, e nenhum outro apresenta tamanha disparidade entre os sexos nesta matéria.

Com uma taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade, a Rússia corre o sério risco de se transformar radicalmente. Segundo o especialista em demografia Murray Feshbach, «as consequências [desta crise demográfica] sobre a economia, o exército e a sociedade em geral serão enormes». Baseando-se na degradação catastrófica do estado da saúde no país, o especialista americano conclui que será inevitável o enfraquecimento do potencial económico da Rússia e do seu lugar no mundo.

Futuro sombrio

As difíceis condições de vida, o alcoolismo, o tabagismo, uma alimentação deficiente, são de facto as causas mais apontadas para a elevada mortalidade masculina, agravada pela degradação do sistema de saúde. Oficialmente a assistência médica é gratuita, mas na verdade mais de 50 por cento das pessoas são obrigadas a pagar para terem acesso a um tratamento minimamente adequado, enquanto nas unidades de saúde são cada vez mais frequentes as faltas de material e de medicamentos.

O resultado desta situação reflecte-se no reaparecimento de doenças há muito erradicadas, como a sífilis (desde 1990 os casos registados multiplicaram-se por 70) ou a tuberculose, que está a beira de se tornar numa verdadeira epidemia.

Com uma dívida externa de 150 mil milhões de dólares, ou seja, cerca de 90 por cento do Produto Interno Bruto; com a indústria e a agricultura de rastos; a fuga de capitais a dominar a vida económica; o investimento estrangeiro em permanente decréscimo (1,8 mil milhões de dólares contra cerca de sete mil milhões em 1997); a incapacidade do aparelho de Estado para cobrar impostos; salários e pensões sistematicamente em atraso; o desemprego e o subemprego em alta (estima-se que duas em cada cinco pessoas estão desempregadas); e uma economia subterrânea que representa cerca de metade do produto interno, a Rússia tem à sua frente uma perspectiva de futuro bem negra, não apenas para os 42 milhões de pessoas (30 por cento da população) que oficialmente vivem abaixo do limiar da pobreza, mas para a esmagadora maioria dos russos que sobrevive com escassas centenas de rublos por mês.

Desconhecem-se quais as medidas que o novo governo de Vladimir Putin se propõe implementar para fazer face à situação que se vive na Rússia. O novo senhor do Kremlin não achou necessário apresentar qualquer programa ao eleitorado.

Para o bem da pátria

● Zillah Branco

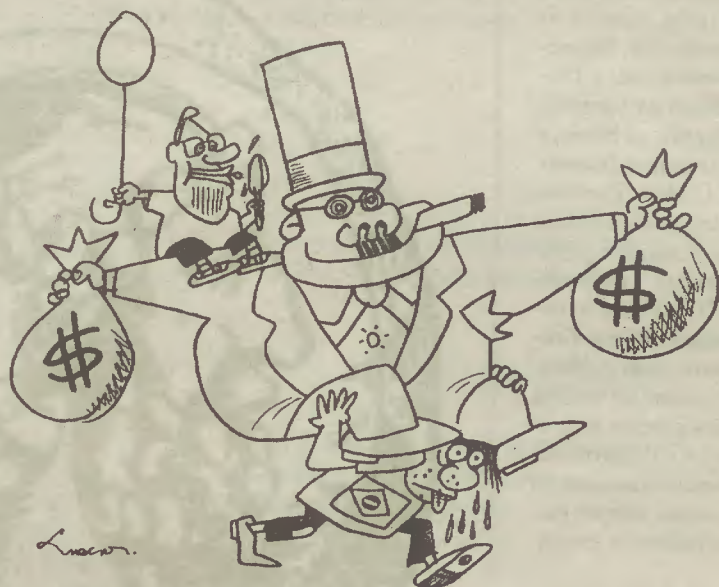
Em véspera de eleições a direita veste-se demagogicamente de protectora dos pobres. Num gesto largo, os partidos mais reaccionários propuseram o aumento do salário mínimo para o equivalente a cem dólares (mais ou menos 20 000 escudos). Consideraram que este gesto nobre elevaria a grande massa a uma situação de dignidade compatível com a do Brasil. Esta foi a avaliação do Presidente do Senado, figura serena de Imperador, pelo menos da direita nacional. Não sei bem se a dignidade que a elite hoje empresta ao país chega a cem dólares. Talvez, com a habitual moeda podre que circula livremente entre bandidos oficiais e privados. Também não sei a cotação que atribuem à dignidade, nem em que bolsa é lançada. Como qualquer cidadão brasileiro, sou alheia aos valores financeiros que ditam a velocidade do crescimento e queda das economias. Procuramos andar por baixo dessa onda, com os pés bem presos à realidade. De olhos postos no mínimo.

morrerem de fome assaltam pessoas e casas.

Este actual Governo é muito esperto! Brilhante, dizem alguns! Decidiu estabelecer o mínimo dos mínimos (150 reais, cerca de 80 dólares) como salário nacional e deixar a cada governador (de partidos opositores) o direito de elevar no seu estado como quiser e puder. Estou «vendo» aquela risadinha contida do «génio» que conseguiu dar uma rasteira nos partidos de direita e nos da oposição que ainda acham pouco os 100 dólares, ao mesmo tempo que na população brasileira mais carente. Uma graça, realmente. Cá entre nós, a direita, mais uma vez, ajudou o Governo a parecer de centro-democrático e, ao mesmo tempo, lesar a população com a mão do gato.

A media compara só o que interessa

O que pareceria antipatriótico no momento, seria perguntar quantos mil milhões vão custar os aumentos



Poderes do Presidente

A Constituição russa, aprovada à medida para Boris Yeltsine, confere ao presidente, eleito por quatro anos, enormes poderes.

A nível executivo, cabe ao ocupante do Kremlin definir as grandes linhas da política interna e externa da Federação Russa. Enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas, dirige o Conselho de Segurança, nomeia e destitui os comandantes das Forças Armadas. Em caso de agressão ou de ameaça de agressão, cabe ao presidente decretar a lei marcial, no todo ou em parte do território. O presidente tem ainda o poder de instaurar o estado de emergência.

É o presidente que nomeia igualmente o primeiro-ministro, devendo esta escolha ser ratificada pela Duma (parlamento); caso esta rejeite três vezes a proposta presidencial, é dissolvida. O presidente pode ainda dissolver a Duma no caso desta aprovar por três vezes moções de censura ao governo e o presidente não aceite destituí-lo.

As eleições para a Duma e os referendos são convocados pelo presidente, que também tem o poder de suspender as decisões tomadas pelos poderes executivos quando contrariem a Constituição da Rússia e as leis federais.

O presidente russo tem o poder de aprovar decretos e resoluções, apresentar projectos de lei à Duma, promulgar e tornar públicas as leis federais, bem como nomear, após consultas à Duma e ao Conselho da Federação (câmara alta do parlamento), os representantes diplomáticos no estrangeiro e nas organizações internacionais.

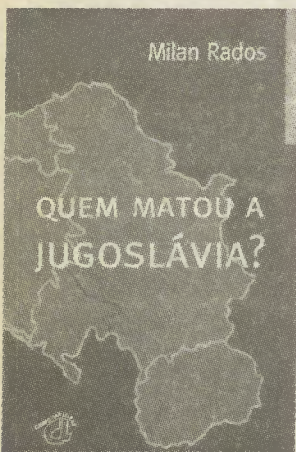
O presidente dispõe ainda do direito de perdão, decide sobre questões de cidadania e concessão de asilo político, propõe para aprovação do Conselho da Federação os candidatos ao Tribunal Constitucional, ao Supremo Tribunal e outros tribunais federais e ao lugar de procurador-geral, bem como propõe para aprovação da Duma o candidato à presidência do Banco central.

Mas os governantes, com ar pesaroso, comunicaram que cada 5 reais de aumento no salário mínimo seria uma facada de mil milhões no orçamento. Como autoflageladores, começaram a fazer cálculos em público demonstrando como o património nacional seria solapado com o aumento: o salário mínimo hoje é de 130 reais (menos de 75 dólares, cerca de 15 contos), se passar a 150 consome quatro mil milhões, se chegar a 160 serão 6 mil milhões, mas se atingir os 180, que equivalem aos 100 dólares, então será o descalabro, 8 mil milhões de reais de prejuízo! Claro, para os cérebros financeiros, o desaparecimento do dinheiro é infinitamente mais importante que o sacrifício do povo.

O brasileiro patriota fica condoído com o prejuízo nacional causado pela maioria da população que até já se acostumou a viver com pouco mais que nada. Generosamente tira do bolso os 5 reais que vão se transformar em mil milhões para cobrir os rombos do orçamento. Os empresários dão-lhe pancadinhas nas costas mostrando admiração. «Temos de pensar na economia nacional antes de, egoisticamente, pedirmos aumentos salariais.» Os economistas desandam a fazer cálculos sobre os possíveis investimentos, as taxas de juros, os impostos, o samba das bolsas de valores. Uma verdadeira euforia patriótica às custas dos pobres, dos desvalidos, dos desnutridos, dos que para não

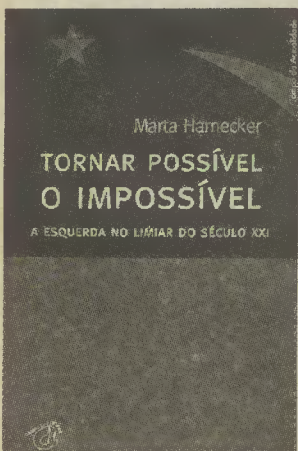
aprovados no Congresso Nacional para a casta do judiciário e dos altos escalões do funcionalismo público, para os quais foram estabelecidos dois tectos salariais, um duplex, de 11.500 e 12.700 reais (6.400 e 7.550 dólares, ou 1.280 e 1.510 contos). Esses cálculos não são feitos em público, a imprensa não se lembra de perguntar ao Ministro da Fazenda ou às autoridades do Banco Central, e os economistas não consideram importante para aquela confusão mental que cozinham misturando bolsa com patriotismo. O noticiário ocupa 90% do tempo nos telejornais brasileiros todos os dias com os valores dos passes dos jogadores de futebol em centenas de milhões de reais, os salários mensais da elite em centenas de milhares, a magnitude da corrupção de destacados expoentes da política brasileira em milhões e bilhões, o chamado credi-crime (pagamentos exigidos por policiais aos chefes de redes criminosas), pagos em espécie como apartamentos de luxo ou carros importados além de quotas mensais da ordem de 50 mil reais. Se alguém se der ao trabalho de somar todo esse rio de dinheiro que esvazia os cofres públicos todos os meses, vai chegar à conclusão que, se os governantes se preocupassem mais em administrar o país em benefício da população e menos com as rasteiras espertas nos colegas, daria perfeitamente para elevar o salário mínimo à altura da dignidade, aí sim, da dignidade de um Brasil que se governa.

Livros



Quem Matou a Jugoslávia?

Muito a propósito este livro que a **Campo das Letras** lançou, da autoria de um jugoslavo radicado desde 1992 em Portugal. **Milan Rados** escreve, um ano após, a sangrenta guerra que a NATO, com os Estados Unidos à frente, levou à Sérvia, um livro de grande interesse para quem queira saber mais e esclarecer-se sobre o processo que levou à divisão e à guerra num país europeu onde durante décadas várias repúblicas conviveram unidas. O autor, nascido na Bósnia-Herzegovina, licenciou-se em Servo-Croata e Literatura Jugoslava na Universidade de Belgrado, na Sérvia, e foi jornalista nomeadamente em Zagreb, Croácia. Leciona hoje em instituições do Ensino Superior em Portugal e publicou recentemente o **Dicionário Servo-Croata-Português/Português-Servo-Croata**. Este livro agora publicado vai aos confins da história buscar raízes e factos da unidade de povos e de territórios até ao desmantelamento da Jugoslávia, como sempre provocado por potências estrangeiras.



Tornar Possível o Impossível

Já demos notícia no «Avante!» do lançamento deste livro da autoria de **Marta Harnecker**, que a **Campo das Letras** publica na sua colecção **Campo da Actualidade**. Livro de reflexão política, que autora subtítulo de **A Esquerda no Limiar do Século XXI, Tornar Possível o Impossível** «procura mostrar que a política não é a arte do possível», mas a arte de construir a força social e política capaz de mudar a realidade, tornando possível no futuro o que hoje nos parece impossível». **Marta Harnecker**, psicóloga, escritora e jornalista chilena, «é uma das principais investigadoras e divulgadoras dos pensamentos e experiências de transformação social da América Latina».

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Herman: parabéns?

A apresentação da festa de anos de Herman José em directo na SIC parece configurar um passo na trajectória portuguesa da televisão.

Ao longo da sua carreira, Herman teve uma elaborada gestão entre a sua figura pessoal e a sua imagem televisiva. É talvez o «ser televisivo» mais completo do panorama nacional.

Herman deve a proeminência ao talento e criatividade do seu trabalho para os ecrãs, à criação de sucessivas figuras e caricaturas entre as quais contudo se impõe uma: a de si próprio. Em todos os programas interpreta, satiriza, inventa, mas sobretudo — está. Note-se como, penso que sem excepção,

praças, casinos, palcos, casas particulares, anúncios, na qualidade de centro de acontecimentos ou de factor de valorização de outros que sem ele seriam banais.

Contudo, em toda este quotidiano aparentemente de total transparência, não deixa de se ter consciência de uma cuidada e elaborada encenação. De Serafim Saudade a tantas outras, Herman construiu dezenas de personagens mediante uma capacidade criadora que passa pela definição de características, de traços psicológicos e físicos, de tiques de linguagem ou de gestualidade, de aparências fruto de maquilhagem ou guarda-roupa: mas tudo isto requer um *padrão*, um elemento fixo que torna *diferente* o resto. E esse padrão é a personalidade mais solidamente, mais elaborada e permanentemente construída e cuidada: a do próprio Herman José.

A exposição de Herman enquanto tal, de Herman trabalhando, de Herman convivendo, de Herman nadando ou apanhando banhos de sol, jantando ou conversando acaba assim a constituir um indispensável factor de divulgação de um personagem que torna diferentes as outras, concedendo-lhes simultaneamente uma unidade e uma imagem de marca. Quando é ele próprio, Herman assume a pluralidade das suas imagens e reforça a mais-valia da diferença, até na medida em que insinua e afirma a capacidade de se desmultiplicar até a um aparente infinito.

Um microcosmos

Por outro lado, Herman define-se como o instável centro de uma igualmente instável, mas constante, constelação humana. É uma espécie de microcosmos de elementos e movimentos variáveis no qual pontifica, mas que se torna interessante por si próprio, pela sua variação, pelo que acrescenta à personagem central dentro e fora do palco/ecrã. Há Herman, mas há igualmente uma «tribo Herman» que partilha a exposição e o convívio público. A ubiquidade de Herman manifesta-se igualmente nos membros da «tribo» que possuem também uma personalidade televisiva (ou várias, conforme os casos) tanto quanto uma personalidade própria, deles, sem maquilhagem, a de «todos os dias», a «normal», exposta nas fotos de festas, jantares, férias ou *ralis-paper*, quase sempre enquadradas total ou parcialmente em actividades «tribais».

Todo este processo insinua um paradoxo do actor bem próximo de Diderot. Herman é mais actor quando *actua*, quando é *outro* no palco/ecrã ou quando é exposto em fotos, reportagens e entrevistas no que aparentemente é ele próprio? Qual é a personagem mais cuidada e construída? Que efectiva relação de dependência existe entre todas elas?

Aparentemente, até há uma semana, parecia que, no fundo, não existiam apenas dois planos em tudo isto, mas sim três. Os dois que se descreveram, mas, plausivelmente, um terceiro: o fria e deliberadamente reservado, o que, com maior ou menor



calculismo e elaboração geria os outros dois e a sua complementaridade, o que se admitia ser o terreno efectivo da inteligência, da elaboração cultural, do talento, da efectiva elaboração criadora tanto quanto o de reais e íntimos afectos e gostos, de descanso serenamente pessoal, de solidões partilhadas e escolhidas.

A exuberância exibicionista de Herman impunha que se imaginasse a existência desta retaguarda defendida, um recanto camuflado por tanto ecrã e tanta fotografia, mas onde afinal residiria o espaço secreto da dimensão humana, inteligente e afectuosa da dupla igualmente exposta do Herman actuando como actor e do Herman actuando como Herman. Aliás, se para o grande público esta duplicidade constitui o factor essencial de atracção da figura, a suspeita, a crença deste espaço acabava a constituir o segredo da admiração algo perplexa do observador mais elaborado e exigente, a cobertura para a aceitação mais ou menos complacente de um histrionismo que frequentemente ultrapassa o aceitável.

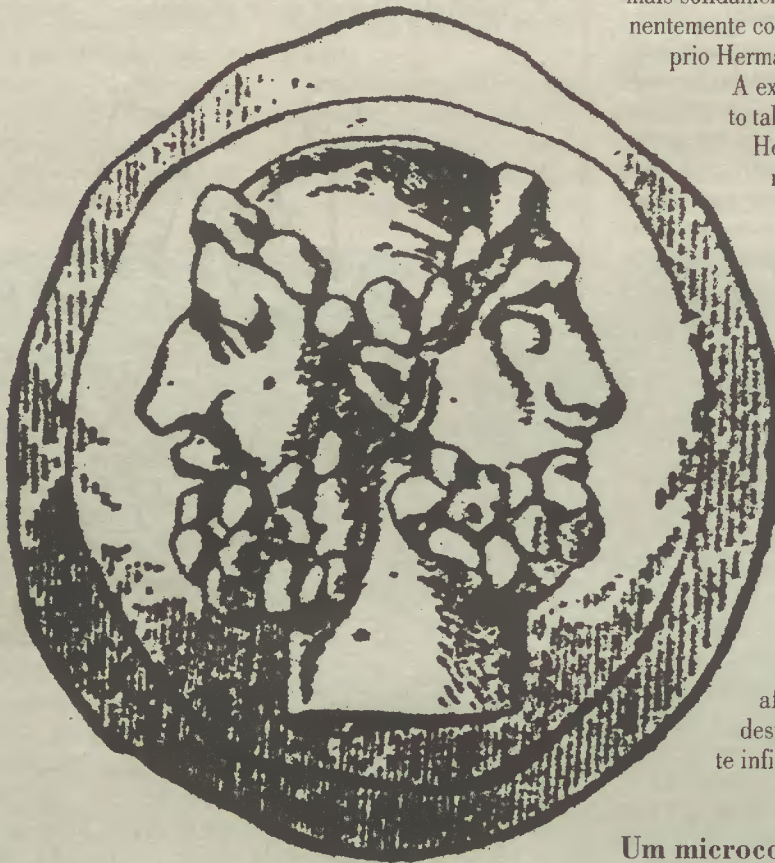
A derrapagem

Mas, aparentemente, houve uma derrapagem. O que parecia ser um edifício mantido com algum cuidado e determinação, teve, no mínimo, um abalo.

As festas de anos de Herman situavam-se no campo da «personagem Herman indivíduo», não na do «Herman televisão». Herman era o actor que *também* fazia anos e oferecia a revelação da intimidade dos seus aniversários em sacrifício à imagem da sua aparente normalidade enquanto pessoa de todos os dias. Havia tantas máquinas fotográficas quanto *bavaroises* de ananás, tantas câmaras de televisão quantas garrafas de champanhe francês, mas estávamos no plano de uma pseudo-intimidade revelada e não da encenação integralmente assumida. Já se disse, a reportagem do aniversário era complementar da prestação televisiva, destinava-se a sustentar dois planos de exposição pública, mas por isso mesmo era diferente. Elaboradamente diferente, o que insinuava ainda a existência de um terceiro plano definindo e gerindo tais diferenças.

A cedência total ao *voyeurismo* que constituiu a festa-programa assinala a perda de lucidez face a um eficaz mecanismo de presença pública. Como Warren Beaty desabafa face à Madonna de «Na Cama com Madonna», «ela já perdeu a noção da diferença entre ela e a personagem».

A pergunta mais inquietante que se coloca é se o problema, de esgotamento ou de derrapagem, é de Herman José, ou se apenas tivemos o primeiro episódio da «televisão real» que se insinua como um *big brother* inquietantemente próximo, tornando normal o rasgar de todos os limites da livre da intimidade de cada um.



sempre introduz uma presença natural, sem maquilhagem, figurinos ou qualquer elaboração histriónica, uma imagem de si próprio tal como é e que por vezes acaba mesmo a constituir o eixo em torno do qual roda tudo o resto.

Duas figuras

A tudo isto acrescenta-se a complementaridade da exposição pública noutros suportes. A casa de Herman, os fatos de Herman, os carros de Herman, as férias de Herman, os jantares de Herman, tudo é regularmente objecto da fotografia, da reportagem, da entrevista não apenas da imprensa especializada (embora sobretudo e cuidadosamente dela), mas de uma panóplia informativa mais vasta e que frequentemente inclui o terreno difuso do *fait divers* do noticiário dito *sério* da televisão ou da imprensa.

Herman José já foi fotografado aparentemente em todas as circunstâncias, já foi entrevistado sobre tudo, os portugueses em geral podem com relativa facilidade estar convictos que o conhecem como se à sua família pertencesse — ou até melhor! Sabem o seu dia de anos, os seus pratos preferidos, conhecem-lhe fatos e adereços, já o viram em diversos dos seus carros, observaram-no em festas,



Livros

• Manuel Gusmão

Lisboas
Amargas (*)

A situação histórica actual da poesia é muito complexa, e não cabe aqui sequer esboçá-la. Direi apenas que parece vivermos uma época em que se tornou muito difícil ler poesia, mesmo quando os poemas não apresentam especiais dificuldades de vocabulário, de sintaxe, ou de imaginário. Uma dessas dificuldades está talvez numa divergência entre as expectativas de muitos quanto à poesia e aquilo que ela própria vai sendo. Os adjectivos «poético» ou «lírico» são correntemente usados para referir uma idealização compensatória, um modo de embelezar ou alindar o que é tristemente banal, ou terrível. Ora, a poesia não é fundamentalmente isso. É, entre outras coisas, um fazer, uma arte da linguagem em que cabem tradições diferentes e até opostas, e tem sido muitas vezes uma arte (uma «técnica») da fúria e do insofrimento. É assim que ela é, por exemplo, em *Lisboas*, de Armando Silva Carvalho, um poeta (e romancista) frequentemente mal-amado por



quem demasiado se acomoda à sinistra imagem de um país de «brandos costumes».

O título do livro põe o nome de «Lisboa» no plural, o que se compreende quando nos apercebemos que muitos poemas têm como título nomes de espaços e edifícios da cidade («Estrada da Luz», «Travessa do Açogue», «Hospital Curry Cabral»...). Cada poema tende a ser a construção de um espaço-tempo habitado. Trata-se da configuração de espaços urbanos, que são também quadros mentais e afectivos, e nos quais se inscreve um tempo contemporâneo que entrelaça a vida no presente e a memória histórica, vinda de diferentes tempos. Um

poema - «O Tronco» - pode evocar a prisão em que Camões esteve encarcerado, sem dizer o nome do poeta, mas terminando a citá-lo por um seu conhecido verso - «contra um bicho da terra tão pequeno». A densidade dos tempos experimentados num dado espaço conjuga algo que parece ser uma memória autobiográfica com a evocação de outros poetas portugueses - Camões, Sá de Miranda, Cesário, Carlos de Oliveira, Mário Cesariny, Alexandre O'Neil... -, ou de outras línguas. Estes espaços-tempos são lugares de encontro e desencontro, multiplamente habitados: pela voz que neles se tece por palavras; pela memória de autores de outros tempos; e por outras personagens, socialmente recortadas ou apenas vislumbradas na fragilidade da sua individualidade humana, agredida ou agreste.

A poesia de Armando Silva Carvalho trabalha sobre uma longa tradição satírica que vem desde as cantigas medievais de escárnio e maldizer. Mas vem também numa tradição em que o compromisso com a configuração lírica do «mundo real» passa indissociavelmente por uma imaginação que transfigura o mundo e a vida, a partir da atenção ao seu grão mais áspero, ao pormenor mais «grosseiro». Nesse sentido, este poeta é um dos que mais activamente aprende com o admirável Cesário Verde. E, até por isso, torna-se cada vez mais insuficiente e pouco rigoroso dizer da sua poesia que ela é antilírica. É certo que ela se constrói contra certos ambientes verbais e temáticos do lirismo mais rotineiro, e que essa pode ser uma das marcas da sua distintividade, mas só o é verdadeiramente se combinada com a evidência de um furor «sagrado», pelo qual o obscuro, o «baixo» e o «rebaixamento» são formas e modos de uma restituição da integralidade concreta (contraditória) do humano, que «as boas almas» tendem a censurar, a amputar. Neste livro, o desabrido dizer das várias formas do tentacular mal-estar da existência, individual e colectiva, no ar irrespirável da cidade mortífera, não cessa de produzir imagens e figuras, combina diferentes registos verbais, e entretece a aspereza, o sarcasmo e o escárnio mais crus, com a mais límpida pureza lírica. Aquele que diz - *Tudo nos quer na cama, televisivos, dóceis ao deus/ da tempestade anunciada* (25) - é também aquele que escreve - *Morte não é palavra de morto./ É a estrela caída/ do céu irreversível em que deixo de ver-te./ Fala comigo na sua língua pura/ e acende em mim a luz do último verso* (31).

Nascendo do mal (a solidão, o envelhecimento, a efemeridade e violência dos encontros e do confronto sexual, a humilhação e a exclusão, a iminência da morte), e contra ele protestando, a beleza desta poesia é magoada e magoa. É magoada, mas não é lacrimojante; magoa porque diz agressivamente como vivemos mal na cidade e, entretanto, podemos agradecer a sua violência, porque é a de uma voz que não desarma perante o que nos agride, não consente a idealização destinada a esconder a dor imposta.

(*) Armando Silva Carvalho, *Lisboas*, Quetzal, Lisboa, 2000.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Carta à prima Vera

Os sonhos de luz

À hora combinada
chegaste, Primavera
e sempre alvoroçada
(o sangue não circula
o sangue pula...)
Há sempre um coração
em botão
à tua espera
com os sonhos de luz e de jardim
na conquista do mundo.

Enfim,
chegaste, Primavera.

Prima, respiro fundo.

O pólen

Não é por mim. Eu, sei.
Conheço a Lei.

Há para aí
uns quantos
que, perdidos de si,
se perdem pelos cantos
a chorar
e até em ti
vê lá
deixaram já
de acreditar.

Mas este poema sabe que tem perto
o pólen. A miragem é o deserto.

Actualidade

Sei, prima, sei de quem te põe de lado
aos cravos e malmequeres
dizendo que tu queres
fugir à lei do mercado.

Tu ris? Tu ris? Tá bem.
Ri à vontade
mas olha-me que tu não sabes nem
da missa a metade.

Cá o meco é que os topa.
Isto vai mal, cachopa.

As flores deles

Bill Gates não gostou
da tua coroa de flores
de mil cores.
Não são nada vistosas - declarou -
e cheiram, o que incomoda.
Estão fora de moda...

Quer que uses flores mas as do fabrico
das multinacionais
de plástico, pois têm um ar mais
rico!

Vá, podes apoiar-te
no meu braço, gentil,
e vamos namorar
nas vendas do Bill.

Ave, Cesário!

Por mim, está tomada a decisão.
Ainda hoje vou sair com a minha prima
em quem eu noto a mais sincera estima
a mais completa e séria educação
o dom extraordinário
quando sopram os grandes apetites.

(Desculpa lá, Cesário,
mas ao menos em primas estamos quites!)

Cartoon

• Monginho

A NOSSA... FOTO DE FAMÍLIA!



Media
• Fernando Correia

Media, jornalismo e democracia

Todos nos lembramos das previsões dos que, com base na proclamada diversificação dos emissores e da produção de conteúdos, apontavam - e, conforme se verificou nos debates realizados recentemente na Gulbenkian, no âmbito do seminário internacional «Media, Jornalismo e Democracia», continuam a apontar, tentando tapar o sol com uma peneira - a multiplicação dos canais de televisão e a internet como o grande e histórico passo no sentido da abertura de novas possibilidades de escolha, da capacidade de cada um transformar-se ele próprio em emissor e da afirmação da independência dos indivíduos perante os poderes económicos e políticos dominantes, com o consequente aumento do pluralismo e enriquecimento da democracia.

Ao que se assiste, porém, é, por um lado, à crescente tomada de posições de antigos e também de novos grupos económicos, até agora alheios aos media, nesta nova *área de negócios* (porque é disto, claramente, que se trata, ainda que não sem repercussões de outro tipo), em que aos media tradicionais se juntam o multimedia, a internet, o comércio electrónico (como é o caso da Cofina).

Por outro lado, assiste-se ao alargamento dos grandes grupos dos media tradicionais - imprensa, rádio e televisão - aos media emergentes, criados pelas novas tecno-



logias, e aos novos negócios proporcionados às empresas de comunicação, numa **lógica de expansão multimedia e comercial que prolonga e reproduz as mesmas relações de propriedade e de dominação (económica, política, cultural, ideológica)**. Vejamos alguns exemplos.

A **SIC** (que o ano passado deu um lucro de quase quatro milhões de contos...) vai, em colaboração com a TV Cabo, criar três canais temáticos: o primeiro, com base no CNL, dedicado à informação; outro, intitulado SIC Gold, consagrado à repetição de programas que foram êxito na estação-mãe - êxitos, naturalmente, segundo os critérios da casa, isto é,

com base nas audiências - sendo fácil de prever que tipo de coisas irão ser transmitidas; o terceiro, intitulado SIC Radical, vai direccionar-se aos jovens dos oito aos trinta anos, oferecendo-lhes, por exemplo, música, desportos radicais e vídeos feitos pelos telespectadores, pretendendo afirmar-se como um «canal de culto» (não confundir com «cultural»).

A **Media Capital** (proprietária da TVI), atenta ao fenómeno de passagem de diversos clubes de futebol a sociedades anónimas desportivas, está em negociações com diversos deles para a compra de acções, com as previsíveis consequências no plano das transmissões televisivas.

O mesmo grupo, segundo *O Independente*, «quer avançar para a constituição de um consórcio internacional de grupos de comunicação que domine o sistema de televisão digital terrestre (DVB-T) como único operador, no qual a TVI terá um papel preponderante», pretendendo esta estação possuir «entre 20 a 25 canais quando arrancarem as transmissões digitais, para atrair assinantes».

No que se refere à internet, este mesmo grupo anunciou a criação, para breve, de um jornal desportivo exclusivamente *on line*, o primeiro do género no nosso país. Entretanto, o **Diário Digital**, o único jornal generalista *on line* até agora existente entre nós, foi comprado pelo grupo Mello. E a **TV Cabo** promete disponibilizar aos seus assinantes, até ao fim do ano, o acesso directo à internet.

O **Público** vai deixar a Sonae Participações Financeiras e passar a fazer parte da Sonae.com, a *holding* que encima o sector de telecomunicações no qual se incluem a Novis e a Optimus, a fim de beneficiar das chamadas sinergias de grupo no plano do multimedia e da produção de conteúdos.

A **Lusomundo**, finalmente, formou uma empresa especializada na intervenção na internet, tendo anunciado a criação, durante este ano, de sete *sites* que, para além dos relativos aos principais diários do grupo, incluem um exclusivamente dedicado à informação, operacionalizado em colaboração com a TSF; outro ao domínio editorial (catálogo e encomenda de livros), em colaboração com a Editorial Notícias, pertencente ao grupo; e ainda um outro dedicado ao cinema e ao vídeo (recorde-se a posição dominante da Lusomundo na distribuição e exibição de filmes).

As tendências e orientações do «mercado» parecem evidentes. Como evidente se revela a continuidade e mesmo o aprofundamento e alargamento das anteriores relações de domínio. No meio de toda esta movimentação onde estão as novas vantagens, não para o consumidor, mas para o *cidadão*? Qual o lugar da *informação* e do *jornalismo*, no antigo e nobre sentido dessas palavras? E qual o futuro da *democracia*?

Mais do que nunca existem razões para que toda esta problemática seja colocada no centro do debate político e ideológico por parte de todos quantos acreditam que a transformação da sociedade - onde a comunicação e a informação, para o bem e para o mal, ocupam hoje um lugar central - continua a ser um objectivo pelo qual vale a pena e é necessário lutar.

Pontos Cardeais

Petrogal

José Sócrates, ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, afirmou ao Diário de Notícias que «já lá vai o tempo da ideia de que tudo o que era bom para a Galp era bom para Portugal», num comentário à atitude daquela gasolineeira de tentar não cumprir com a lei, no que respeita ao armazenamento de combustíveis na Bobadela, em Sacavém. A Galp - que o Governo lançou em processo de privatização - tem alegadamente procurado reactivar os referidos depósitos de armazenamento de combustível na Bobadela, ao arpejo dos planos municipais e nacionais que prevêem a desactivação definitiva destes equipamentos e a reconversão do local num espaço público de lazer.

O futuro dirá o que valem as palavras do governante em defesa do interesse público no confronto com os actos dos interesses privados...

Auto-estradas

Acompanhado pelo infável ministro Jorge Coelho, o Primeiro-Ministro António Guterres deslocou-se ao Alentejo para visitar as obras de construção de dois troços de auto-estrada entre Grândola e Castro Verde. Os jornalistas acompanharam-no na expectativa de lhe ouvirem, finalmente, o anúncio da data de conclusão da famigerada auto-estrada do Sul, uma promessa com décadas. Enganaram-se. O primeiro-ministro foi ao Alentejo para anunciar coisa nenhuma, não se percebendo, portanto, a razão da visita às obras. Se calhar foi para cumprir mais um sonho de criança - o de ver máquinas em manobras -, à semelhança do que concretizou na

pré-inauguração da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, quando pilotou uma locomotiva.

Pontes

Já que estamos nas obras públicas, assinalamos também o segundo aniversário da Ponte Vasco da Gama, onde se confirmou o que toda a gente já sabia ainda antes de se começar a sua construção: a de que esta imensa estrutura (a maior ponte da Europa e a terceira do mundo) se limita a dar serventia a um em cada cinco automobilistas que atravessam o Tejo, não retirando qualquer tráfego à Ponte 25 de Abril, que continua atafalhada com o quádruplo dos automobilistas que demandam a Vasco da Gama. Quem ficou a ganhar? O consórcio internacional que impôs uma negociação leonina para a sua construção e os proprietários e especuladores com terras na margem sul da Vasco da Gama. Para cento e não sei quantos milhões de contos que custou ao erário público, não está mal...

Conselhos

O Primeiro-Ministro britânico Tony Blair vai ser pai pela quarta vez, mas já afirmou que não tirará uns dias de licença para acompanhar o nascimento, com parte previsto para o próximo dia 24 de Maio. Isto porque quer agradar aos 57% de britânicos que, em sondagem oficial de grande relevo para os interesses nacionais, o «aconselharam» a manter-se ao serviço.

Não sabemos que mais admirar, se a pertinência do sondagem se o patriotismo do Primeiro-Ministro em não acompanhar o parto da mulher porque não quer deixar o país sozinho...

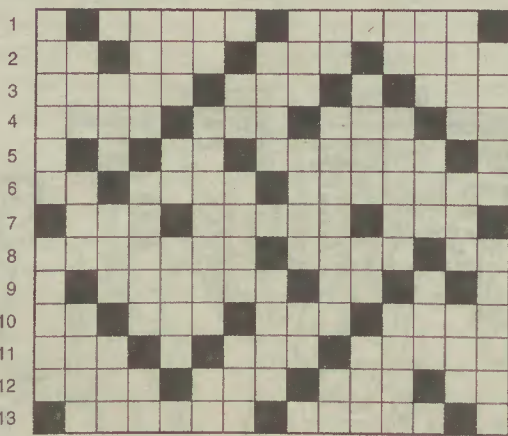
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Dilatação permanente e patológica de uma veia; esvaziar. 2 - Artigo definido; aqui está; coloração; dar asas a. 3 - Barrela; voz do gato; camarero. 4 - Caule; prep.; uma centena; outra coisa. 5 - Basta; afiar. 6 - Graceja; fruto da pereira; aromático. 7 - Imensidade; delicto; incipiente. 8 - Borbulhagem; acto; antes de Cristo. 9 - Repetir; nota musical. 10 - Antes do meio-dia; estíme; nome de mulher; fiel. 11 - Triture; governanta; desaparecer. 12 - Camareiras; rezo; contr. da prep. a com o pron. dem. os; fórmula usada em farmácia, significando partes iguais. 13 - Diz-se do ácido orgânico que existe em alguns óleos; agarrar à força.

VERTICAIS: 1 - O que concorre para um resultado; vivacidade. 2 - Consta; íntimo; medida de capacidade correspondente a 60 alqueires. 3 - Então; actuei; nome de uma árvore terebintácea cuja casca serve para aromatizar o vinho. 4 - Cantor ambulante; baixela; a si mesmo. 5 - Espécie de albufeira; nome de letra; rebento, gomo. 6 - Nome de letra (pl.); cadeia; partícula afirmativa do dialecto provençal. 7 - Contr. do pron. pess. compl. me com o pron. pess. o; qualquer instrumento de ataque ou defesa; argola. 8 - Cume; modalidade desportiva praticada numa embarcação a remos. 9 - Impulso rápido; juba; contr. do pron. pess. compl. me com o pron. pess. a. 10 - Atmosfera; gritaria; grito de dor. 11 - Coisa sem valor; a tua pessoa; brilho. 12 - Andava; sinal de demarcação; figura musical equivalente a metade da semicolcheia. 13 - Fileira; grande quantidade; aguardente de cereais. 14 - Irradiar; pron. possess.; claridade que o Sol envia à Terra. 15 - Parte mais grossa da farinha; lamecha.

SOLUÇÃO DO N.º 2000X12 [A. S.]
1. C6f, Bb2; 2. Rf4, Cd1; 3. C6f, R4f; 4. Bc2, Cb2; 5. Cc3 e g.
A. de M. M.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

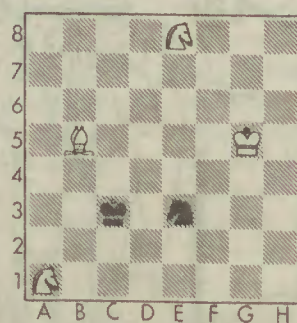


Xadrez

DCCXVI - 30 DE MARÇO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X12

Por: A. Seletsky
«64», 1993

Pr.: [2]: Cc3 - Rg3
Br.: [4]: Cs. al. f8 - Bb5 - Rg5



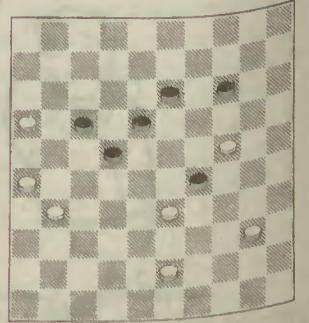
Branças jogam e ganham

Damas

DCCXVI - 30 DE MARÇO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D12

Por: Arnold A. Polman
[NL], 1923

Pr.: [6]: 13-14-17-18-22-29
Br.: [7]: 16-24-26-31-33-40-43



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D12 [A. A. P.]
1. 46-41, (37x39); 2. 44-40, (35x44); 3. 41-37, (31x42); 4. 47x49 +

A. de M. M.

Melhores salários Emprego com direitos Mais valor ao trabalho

Distrito de AVEIRO:

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 30 - Oliva, Bertrand Faure, Zona Industrial 2, Siaco, em S. João da Madeira.

Debate em Aveiro - Na Biblioteca Municipal, sexta-feira, dia 31, às 21h30, com a participação de Sérgio Ribeiro e Joaquim Almeida.

Distrito de BEJA:

Distribuições nas empresas e zonas urbanas:

Sexta, 31 - Segurança Social de Beja

Segunda-feira, 3 - CM e outras empresas de Mértola

Terça-feira, 4 - CM e empresas de Serpa

Quarta-feira, 5 - CM de Beja (Parque de Materiais), Pça. da República, RN, Hospital, CP, EDP e Telecom, em Beja.

Quinta-feira, dia 6 - CM e Pirites Alentejanas, em Aljustrel.

Distrito de BRAGA:

Distribuições nas empresas e zonas urbanas:

Braga - sexta-feira, dia 31; Guimarães - dia 3; Famalicão - dia 4; Barcelos - dia 5.

Distrito de CASTELO BRANCO:

Distribuições nas empresas e localidades:

Quinta-feira, 30 - A Penteadora, em Unhais da Serra

Sexta-feira, 31 - Em Castelo Branco:

empresas têxteis, sindicato, com Agostinho Lopes; à noite (21h30), debate público com Agostinho Lopes

Segunda-feira, 3 - CIL, na Covilhã. ERES, no Fundão.

Terça-feira, 4 - Minas da Panasqueira.

Portucel, em V. V. Ródão. Confecções Orondo, na Covilhã.

Quarta-feira, 5 - Danone, em Castelo Branco

Quinta-feira, 6 - Brancal-Laneira, na Covilhã.

Grazil-Montebela, em Belmonte.

Distrito de COIMBRA:

Distribuições nas empresas:

Cimpor, Apolo Batenete - dia 30; Estaco, Zona da Pedrulha - dia 31. Real Cerâmica - dia 3.

Ex-Mondorel - dia 4. Armazéns da Câmara (Nestlé) - dia 5. Gresco e CHC - dia 6.

Distrito de FARO:

Distribuições nas empresas e zonas urbanas:

Segunda-feira, 3 - CIMPOR, em Loulé. R.S. António, em Faro. COMALPE e Gráfica, em V.R.Sto. António. Bela Olhão, Conserveira do Sul e CM, em Olhão.

Terça-feira, 4 - Oficinas e Sector Administrativo da Câmara e Albós, em Silves.

Lota, zona comercial, paragens de autocarro e Telecom, em Portimão.

Distrito da GUARDA:

Distribuições nas empresas:

Sexta-feira, 31 - Sotave, Império; Estaleiro da CM de Gouveia; Têxteis da Serra da Estrela; Philmark. Segunda-feira, 3 - Estaleiro da CM da Guarda. Terça-feira, 4 - Rhoda. Quarta-feira, 5 - Parque Industrial da Guarda.

Quinta-feira, 6 - Dura (ex-Schade) e Mey Têxtil

Sexta-feira, 7 - Nerga, Beiralã, delegação sindical da Beiralã - com a participação de Ilda Figueiredo.

Distrito de LEIRIA:

Distribuições nas empresas:

Sexta-feira, 31 - A. Santos e outras empresas, em Caldas da Rainha

Segunda-feira, 3 - Empresas de Mira d'Aire

Terça-feira, 4 - Empresas de Leiria.

Distrito de LISBOA:

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 30 - Mirandela e Largo do Calvário; PT das Fontainhas; Edifício EDIFER, em Lisboa. Estação da Reboleira;

West Pharma, Adtranz/Sorefame, Instituto Emprego e Formação Prof., na Amadora.

Galamas, Carpintaria, Caixisol e Conceição/Abóboda em Cascais. SIC, ISQ e

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 31 - Portalegre e Ponte de Sor (também com venda do Avante!)

Quarta-feira, 5 - Cavião, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.

Distrito do PORTO:

Sexta-feira, 31 - No Porto - Reunião pública sobre créditos aos trabalhadores:

no CT da Boavista, às 18h, com a participação de Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Distrito de PORTO:

Sexta-feira, 31 - No Porto - Reunião pública sobre créditos aos trabalhadores:

no CT da Boavista, às 18h, com a participação de Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 31 - Portalegre e Ponte de Sor (também com venda do Avante!)

Quarta-feira, 5 - Cavião, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 31 - Portalegre e Ponte de Sor (também com venda do Avante!)

Quarta-feira, 5 - Cavião, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 31 - Portalegre e Ponte de Sor (também com venda do Avante!)

Quarta-feira, 5 - Cavião, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 31 - Portalegre e Ponte de Sor (também com venda do Avante!)

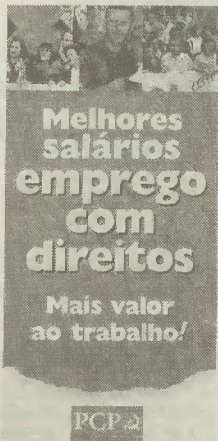
Quarta-feira, 5 - Cavião, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 31 - Portalegre e Ponte de Sor (também com venda do Avante!)

Quarta-feira, 5 - Cavião, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.



Jansen-Ilag, em Oeiras. Zona Industrial, em Torres Vedras. Com venda do Avante!:

Cometna, Velan, Unalbor, G. I. Confecções;

Oficinas da J.F. da Pontinha - em Odivelas.

Empresas de Vila Franca e Alhandra e da área do Sobralinho, em Vila Franca de Xira.

Sexta-feira, 31 - MLI, Codifar, Hiper Vasco da Gama, em Lisboa. Hospital do Alcoitão, Cascais. Tadeu e Francela, Odivelas. Nestlé e Tagus Park, Oeiras.

Sábado, 1 - Trabalhadores do Centro Comercial Oceano, em Odivelas

Segunda-feira, 3 - Stagecoach, na Abóboda.

Codan, Feira do Silgado, Zona Ind. da Pontinha, Optilon, Cometna, Velan, Guide, Micau, Dimóvi, em Odivelas

Terça-feira, 4 - Caixa Nacional de Pensões, Refeitório da Visconde Valmor (Função Pública), em Lisboa. Trabalhadores de IPSS no concelho, em Odivelas. Cascais Shopping, Euronadel, Tropicamar, Sodishoes, em Cascais.

Quarta-feira, 5 - Direcção-Geral de Viação, em Lisboa. Rodoviária Lisboa, no Cacém.

Gramado Confecções, Só Matos e Codan, em Odivelas. M.B.Pereira da Costa e M.B.P. Gás, na Amadora. Sanofi e Synthelabo, em Cascais.

Quinta-feira, 6 - Zona Industrial da Venda Nova, Adtranz/Sorefame, Empresas de Alfragide (Land Rover, Lancer, Copicanola, Dalmata), Dinis e Cruz, na Amadora. Função Pública de Lisboa: Refeitórios da Duque d'Ávila e da Filipe Folque, em Lisboa.

Sexta-feira, 7 - Nerga, Beiralã, delegação sindical da Beiralã - com a participação de Ilda Figueiredo.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

Em Matosinhos - Debate sobre «A ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores. O agravamento das injustiças e da exploração»: na Junta de Freguesia de Custóias, dia 31 às 21h30, com Jerónimo de Sousa.

SANTARÉM

6.ª Assembleia da Organização Regional

Cine-Teatro da Chamusca, sábado, 1, a partir das 10h30,

com a participação de Carlos Carvalhas,

que intervirá na sessão de encerramento, cerca das 17h

*

8.ª Assembleia da Organização Concelhia de Cascais

Sábado, 1, das 14h30 às 19h

na SMUP (junto à Estação da CP da Parede)

com a participação de António Andrez

*

«O ideal comunista e a natureza e identidade do PCP»

- debate com Álvaro Cunhal

organizado pela JCP e PCP / Cidade de Lisboa

Sábado, 1, 16h, CT Vitória

*

Forum CDU Loures XXI

«No caminho do Futuro»

Sábado, Clube Recreativo da Bobadela

*

COIMBRA

No âmbito da preparação do XVI Congresso

Debate com Albano Nunes:

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL À ENTRADA DO

ATVer

«Duas Vidas e o Rio», de Robert Redford

Johnny Depp e Martin Landau, intérpretes principais de «Ed Wood»



Duas Vidas e o Rio
(Quinta, 22.50, RTP 2)

Situado antes da I Grande Guerra, o filme conta-nos a história de um pastor presbiteriano de Montana e dos seus dois filhos, através das recordações de um deles. Realizado por **Robert Redford**, o filme padece de algumas contradições entre a ficção da história e dos seus personagens (abordados com grande sensibilidade pelo realizador) e a materialização, no argumento e na encenação, dessa mesma ficção - o que, prejudicando embora o resultado final, não chega a roubar o interesse do filme. Com **Tom Skerritt**, **Brad Pitt** e **Craig Sheffer**.

Ed Wood

(Sexta, 23.35, RTP 2)
Dedicado àquele que foi considerado «o pior realizador de todos os tempos», o cineasta **Tim Burton** realizou recentemente *Ed Wood*, inspirado na carreira desse tão insólito quanto lunático homem de cinema. Filmada num adequado preto-e-branco, esta obra interessará sobretudo aos cinéfilos que não podem deixar de se espantar perante a paixão de um homem que se julgava um artista e sempre apostou numa carreira cujas exigências nunca conseguiu preencher. Nos principais papéis, **Johnny Depp** e **Martin Landau**, este último numa brilhante composição da figura do actor **Bela Lugosi**, que lhe valeu um Oscar.

Amazónia a Ferro e Fogo
(Terça, 02.35, TVI)

Realizado para a TV por cabo norte-americana, este filme é desconhecido entre nós no circuito comercial mas o seu tema não deixa de despertar o maior dos interesses: trata-se da cinematização da vida e da luta da figura lendária e brutalizada de **Chico Mendes**, criminosamente mandado



Tom Cruise e Paul Newman, em «A Cor do Dinheiro»

abater pelos poderosos quando encabeçava a luta pela protecção da Amazónia e dos seus filhos desprotegidos da sorte. A realização é de **John Frankenheimer** e o papel principal está a cargo de **Raul Julia**, que faleceria pouco tempo depois de terminada a rodagem.

A Cor do Dinheiro

(Domingo, 01.00, SIC)
Antigo campeão de bilhar, **Eddie Felson** (**Paul Newman**) encontra casualmente num bar **Vincent**

(**Tom Cruise**), um amante de bilhar extremamente dotado, e decide propor-lhe retomar o papel de jogador profissional que ele fora há anos, na sua juventude. Mas **Vincent** está interessado no bilhar mais como hobby e prazer pessoal do que por dinheiro - e por isso ambos rompem a sua ligação. Lembrando-se do passado, **Eddie** decide então voltar a jogar e acaba por derrotar **Vincent** num grande torneio... Brilhante seqüela de **The Hustler** (uma obra notável de **Robert Rossen**, datada de

1961), o filme de **Scorsese** retoma a personagem também naquele interpretada por **Paul Newman** (25 anos mais velho) que agora se revê no talento natural de **Vincent**. Ao contrário do filme negro de **Rossen**, **Scorsese** reflecte sobre o próprio jogo, a personalidade dos jogadores e os seus meandros, num filme plasticamente brilhante.

E ainda...

- Homens à Parte**, de Herbert Ross (Quinta, 23.45, SIC)
- Espírito do Sol**, de Michael Cimino (Sábado, 00.40, SIC)
- Os Reis do Mambo**, de Arne Glimcher (Sábado, 03.25, SIC)

O Encantador de Cavalos, de Robert Redford (Domingo, 14.00, SIC)
Na Vigília da Noite, de Ridley Scott (Segunda, 00.30, SIC)

Cabo e Satélite

Um «tema» suculento

Quem tiver tendência para engordar - ou, pelo contrário, quem sofrer de anorexia - deverá assistir, por motivos diametralmente opostos, a mais uma noite temática do **Arte**, desta vez intitulada «A Ditadura da Balança» e que se anuncia particularmente suculenta. Tudo começa com o delicioso filme de **Ted Kotcheff**

(EUA, 1978) intitulado «Who Is Killing the Great Chefs of Europe?» (infelizmente numa versão dobrada em francês), uma comédia policial na qual grandes cozinheiros europeus vão sendo assassinados, um após o outro.

Depois, «**Rondissime**», documentário de **Wolfgang Hastert** (EUA/1998), debruça-se sobre a obesidade e as novas «iniciativas» de grandes cadeias norte-americanas no lançamento de alimentos de baixas calorias... depois de os mesmos EUA serem responsáveis pela proliferação da chamada *fast food* (lucro, a quanto obrigas!). Finalmente, «**La Faim Justifie les Moyens**» (assim, em francês, para que o trocadilho linguístico melhor funcione) é um telefilme (alemão) que nos conta as desventuras de dois amigos em desesperada cura de emagrecimento... para poderem conquistar um novo emprego. Bom apetite! (**Arte**, Domingo, entre as 19.40 e as 23.10)



Quinta, 30

▼ RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária (idem)
- 12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 16.30 Boa Tarde
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Remate
- 21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.55 Bacalhau com Todos
- 22.35 A Lenda da Garça
- 23.10 Senadores
- 24.00 24 Horas
- 00.30 1ª. Página
- 01.05 «A Triade de Hong Kong» (de John Woo, EUA/1991, com Sandrine Holt, Ivan Sergei. Acção.)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 17.30 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 20.30 Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 21.30 Jornal 2
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 «Duas Vidas e o Rio» (de Robert Redford, EUA/1992, com

Sexta, 31

▼ RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 16.30 Boa Tarde
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Remate
- 21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.55 A Raia dos Medos
- 23.00 A Lenda da Garça
- 23.35 «Força Destruidora» (de Newt Arnold, EUA/1987, com Jean-Claude Van Damme, Donald Gibb. Artes Marciais)
- 01.20 24 Horas
- 01.55 1ª. Página
- 02.35 NBA: Charlotte vs. Toronto

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews (e Automobilismo Todo o Terreno)
- 17.30 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 20.30 Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2

Sábado, 1

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.10 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Top +
- 15.20 «A Clarke do Celtic» (de Tomm De Cerehio, EUA/1996, com Daniel Stern, Dan Akyroyd. Comédia)
- 17.00 «Max e Companhia» (de Philippe Bérenger, França. Comédia)
- 18.45 Aqui, Europa
- 19.05 Jet 7
- 20.00 Telejornal
- 21.10 Santa Casa
- 23.00 Cone(s)ertos na Cave
- 23.30 Loja do Cidadão
- 00.30 Serviço de Urgência
- 01.30 Máquinas
- 02.30 24 Horas
- 02.50 «Hooper, O Maior Duplo» (de Hal Needham, EUA/1978, com Burt Reynolds, Jan-Michael Vincent. Comédia / Acção)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 O Prazer de Criar
- 12.40 A Terra
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto
- 19.30 A Outra Face da Lua



«Manon Lescaut», um elenco de luxo para a ópera de Puccini, (RTP 2, Domingo)

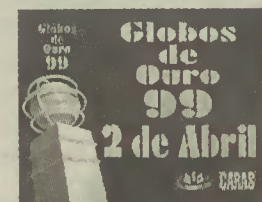


Benfica-Porto, embate mais que decisivo, na SIC (Sábado)

Craig Sheffer, Brad Pitt, Tom Skerritt. Ver Destaque)
01.00 «Mensagem» (de Luís V. Lopes, Port./1988, com Filipe Ferrer, Álvaro Simões, Canto e Castro. Ensaio)
02.55 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Sai de Baixo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 Esplendor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 A Loja do Camilo



«Globos de Ouro», os «oscarzinhos» da SIC (Domingo)

21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «Homens à Parte» (de Herbert Ross, EUA/1995, com Whoopi Goldberg, Mary-Louise Parker. Comédia Dramática)
02.10 Último Jornal

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.30 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 19.00 Olhó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Impacto TV
- 22.00 Ri-te, Ri-te
- 23.30 Reis da Música Nacional
- 01.35 A Torre do Amor

22.50 Aqui, Europa
23.05 Andamentos
23.35 «Ed Wood» (de Tim Budton, EUA/1994, com Johnny Depp, Martin Landau, Patricia Arquette, Sarah Jessica Parker. Ver Destaque)
02.05 Departamento de Homicídios

▼ SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Sai de Baixo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.00 Chuva de Estrelas
- 23.35 Jogo Limpo
- 02.10 Último Jornal

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.30 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 19.00 Olhó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Impacto TV
- 22.00 Ri-te, Ri-te
- 23.30 Reis da Música Nacional
- 01.35 A Torre do Amor

Nota: A Releção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

▼ SIC

- 07.30 Zip Zap
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Três Ninjas Contra-Atacam» (de Charles T. Kanganis, EUA/1994, com Victor Wong, Max Elliott Slade. Aventuras)
- 16.00 Big Show Sic
- 19.00 Futebol: Benfica-Porto
- 21.00 Jornal da Noite
- 22.00 Mundo VIP
- 23.10 Negócio Fechado
- 00.40 «Espírito do Sol» (de Michael Cimino, EUA/1996, com Woody Harrelson, Jon Seda, Ann Bancroft. Drama)
- 02.50 Último Jornal
- 03.25 «Os Reis do Mambo» (de Arne Glimcher, EUA/1992, com Armand Assante, Antonio Banderas, Marushka Detmers. Ver Destaque)

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.00 Top Rock
- 13.15 Desporto: Contra-Ataque
- 14.45 Caras Lindas
- 15.45 «Sem Lei Nem Perdão» (de Gene Quintano, EUA, com Emilio Estevez, Howie Long, Joaquim de Almeida. Acção)
- 17.30 Directo XXI
- 18.05 Jubileu 2000
- 19.00 Olhó Vídeo
- 19.50 «O Melhor Amigo do Homem» (de John LaFia, EUA, com Alley Sheedy, Frederic Lehne. Drama)
- 21.50 Todo o Tempo do Mundo
- 23.00 «Vitima de Fúria» (de Armand Mastroianni, EUA, com Brad Johnson, David Lascher, Hilary Swank. Drama)
- 01.00 «Homens Simples» (de Hal Hartley, EUA/1992, com Robert Burke, Bill Sage, Karen Silas. Drama)

Domingo, 2

▼ RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
11.30 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Academia de Polícia
16.15 «Táxi Para o Canadá» - nenhuma actualização fornecida pela RTP
18.10 Major Alvega
18.55 Futebol: Sporting-Belenenses
21.00 Telejornal
22.20 Agora é que são Elas
23.40 Domingo Desportivo
01.10 Nada é Sagrado
02.00 Prazeres
03.00 24 Horas
03.25 Liga de Campeões
04.00 Longa Metragem - nenhuma actualização fornecida pela RTP

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
14.00 Onda Curta: Curtas Metragens
14.30 Desporto 2
18.50 Rotações
19.20 Jornal de África
20.00 Jornal 2
20.45 Bombordo
21.15 Artes e Letras: «Alvar Aalto»
22.15 Mar das Índias
23.15 Horizontes da Memória
23.45 Grande Obra
00.40 Travessa do Cotovelo
01.45 «Manon Lescault», de Puccini, com Eldar Aliev, Georgina Lukacs, Leo Nucci, Jose Cura. Maestro: Ricardo Muti.

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «O Encantador de Cavalos» (de Robert Redford, EUA/1998, com Robert Redford, Kristin Scott-Thomas, Sam Neill. Drama)
18.00 «A Lei de Dredd» (de Danny Cannon, EUA/1995, com Sylvester Stallone, Armand Assante, Diane Lane. Acção)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Globos de Ouro
01.00 «A Cor do Dinheiro» (de Martin Scorsese, EUA/1986, com Paul Newman, Tom Cruise, Mary Elizabeth Mastrantonio. Ver Destaque)
03.40 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
11.00 Programas Religiosos (inclui Missa)
13.00 Portugal Português
14.15 Caras Lindas
15.45 «House of Secrets» (de Mimi Leder, EUA, com Bruce Boxleitner, Cicely Tyson, Kate Vernon. Drama)
17.30 Directo XXI
17.50 Cocktail Nacional
19.50 «Vírus» (de Allan A. Goldstein, EUA/1996, com Brian Bosworth, Leah Pinsent, David Fox. Drama)
21.50 Todo o Tempo do Mundo
24.00 «Violador à Solta» (de Brian Grant, EUA, 1993, com Joe Don Baker, Hart Bochner, Chelsea Field. «Thriller»)
02.00 «Confronto de Irmãos» (de Jeffrey Bell, EUA/1994, com Dylan Walsh, Elizabeth Shue. Drama)



«Esplendor», nova telenovela na SIC (fins de tarde)

Segunda, 3

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa (Estreia)
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Senhora Ministra
22.35 A Lenda da Garça
23.10 Jogo Falado
01.00 24 Horas
01.30 1ª. Página
01.50 «Em Defesa do Universo» (de John Weidner, EUA/1996, com Billy Wirth, Edward Albert. Ficção Científica)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
20.00 Desporto 2
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «King Kong» - nenhuma actualização fornecida pela RTP
00.40 Grandes Mulheres

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto (Estreia)
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Roda dos Milhões
00.30 «Na Vigília da Noite» (de Ridley Scott, EUA/1987, com Tom Berenger, Mimi Rogers, Lorraine Bracco. «Thriller»)
02.30 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Quero Justiça
21.00 Olhó Vídeo
22.00 Quero Justiça
23.40 «Crime a Dois» (de Dick Lowry, EUA/1997, com Lori Loughlin, Bruce Campbell, Brad Whitford. Policial)
01.45 «Perigo Perto de Casa» (de Bill Corcoran, EUA, com Judith Light, Rick Schroder, Harry J. Lennix. «Thriller»)

Terça, 4

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Liga dos Campeões: F.C.Porto-Bayern Munique
22.50 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
23.25 A Lenda da Garça
24.00 Liga dos Campeões (Resumos)
01.00 24 Horas
01.25 1ª. Página
01.45 Os Hughleys
02.45 Longa Metragem - nenhuma actualização fornecida pela RTP

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «A Pantera» (de Paul Schrader, EUA/1982, com Nastassja Kinski, Malcolm McDowell, John Heard. Terror)
00.15 Ponto de Mutação: China de Hoje

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 «Operação Delta Force 2» (de Yossi Wein, EUA/1997, com Michael McGrady, Dale Dye. Acção)
01.30 Último Jornal
02.05 Toda a Verdade: Cuidado com os Ladrões

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Todo o Tempo do Mundo
22.30 «O Planeta Vermelho» (de John Hess, EUA/1996, com Oliver Gruner, Shari Belafonte-Harper. Ficção Científica)
00.30 «Inferno em Família» (de Victor Salva, EUA/1998, com Dean Stockwell, Jason Behr. Drama)
02.35 «Amazónia a Ferro e Fogo» (de John Frankenheimer, EUA/1994, com Raul Julia, Sónia Braga, Edward James Olmos. Telefilme / Drama)

Quarta, 5

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
19.35 Liga dos Campeões: Chelsea-Barcelona
21.45 Telejornal
22.45 Remate
23.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
23.35 As Lições do Tonecas
00.10 Liga dos Campeões (Resumos)
01.05 24 Horas
01.30 1ª. Página
01.50 «Jefferson em Paris» (de James Ivory, EUA/1995, com Nick Nolte, Gwyneth Paltrow, Estelle Ennet. Drama / Biográfico)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Caminho das Estrelas
21.00 Jornal 2
22.00 Acontece
21.15 Caminho das Estrelas
22.30 «O Rapaz dos Cabelos Verdes» (de Joseph Losey, EUA/1948, com Pat O'Brien, Robert Ryan, Barbara Hale. Drama)
24.00 Sinais do Tempo

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 «Operação Delta Force 2» (de Yossi Wein, EUA/1997, com Michael McGrady, Dale Dye. Acção)
01.30 Último Jornal
02.05 Toda a Verdade: Cuidado com os Ladrões

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Todo o Tempo do Mundo
22.30 «O Planeta Vermelho» (de John Hess, EUA/1996, com Oliver Gruner, Shari Belafonte-Harper. Ficção Científica)
00.30 «Inferno em Família» (de Victor Salva, EUA/1998, com Dean Stockwell, Jason Behr. Drama)
02.35 «Amazónia a Ferro e Fogo» (de John Frankenheimer, EUA/1994, com Raul Julia, Sónia Braga, Edward James Olmos. Telefilme / Drama)

TVisto

Correia da Fonseca

O que disse Godard

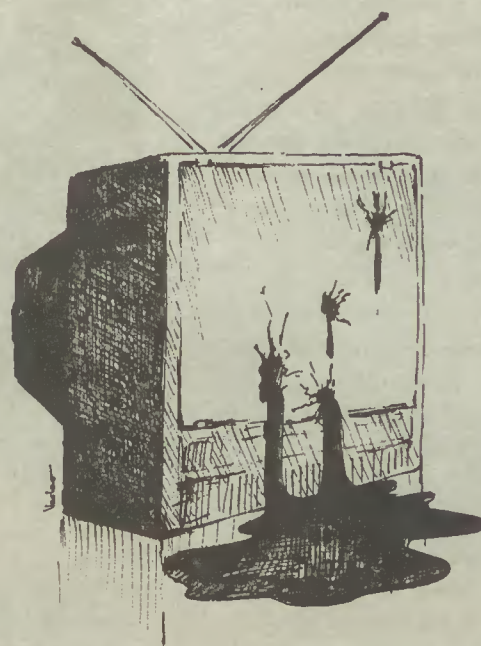
«Godard contra a TV» foi um telefilme transmitido uma destas madrugadas pela SIC. Na verdade, o título original era «Godard à la télé», mas a SIC gosta de que tudo seja o mais espectacular possível, mesmo quando transmitido a desoras, e há-de ter sido por isso que foi escolhido aquele título português. Além de que, é verdade, o conteúdo do documentário o justificava. Porque Jean Luc Godard é um dos realizadores franceses mais importantes deste século, senti-me obrigado a ver «Godard contra a TV», embora sempre tenham sido mitigadas as minhas simpatias pelo cineasta. O telefilme não me pareceu grande coisa, apesar de uma inegável originalidade de construção, mas o certo é que não perdi o meu tempo. Como se adivinhará, do binómio que ali estava enunciado, o que mais me interessava era o segundo termo, a TV, embora perante a visão de Godard. Inicialmente, estava

um estado dominado pelos partidos representantes das classes mais comodamente instaladas? Sem dúvida. A censura «dos coronéis», sejam militares ou não, é uma brutalidade que dá imenso nas vistas; a omissão sistemática de certas informações e notícias, feita por critérios «apenas jornalísticos» é perfeitamente democrática e tem a preciosa vantagem de permitir a sua substituição pela notícia de avulsos crimes violentos ou de casamentos de princesas que, isso sim, não vicia a linha editorial e vende muito papel.

Quanto à imagem da torneira, ilustra perfeitamente a capacidade da TV para intoxicar um país com um caudal venenoso que o inunda e penetra em todos os cantos. Por outro lado, é uma boa contribuição para esclarecer o que é isso de «serviço público» que parece revestir-se de um carácter tão misterioso que são muitas as personalidades distintíssimas que vêm aos media garantir que não fazem, nem podem fazer, a menor ideia do que se trata. É uma atitude

que me lembra uma outra rábula muito praticada em certos círculos intelectuais ou similares, mas também muito propensos a ficarem incomodados perante algumas realidades. Alegam que isso da verdade é qualquer coisa que ninguém sabe o que é, recordam que desde pelo menos o século XIX está provado não haver verdades absolutas, e por isso o que há a fazer é não discutir coisas complicadas. Na esteira deles e um pouco ao abrigo do seu patrocínio, vêm depois outros repetir que ninguém

sabe o que é a verdade, pelo que se arrogam o direito de mentir em plena paz de consciência. Voltemos porém ao «serviço público», pois é disso que vínhamos falando. A estória da torneira permite perceber o que há-de ser um serviço público digamos que mínimo: nunca se parecer com a tal torneira que despeja veneno para o país inteiro. E é claro que pelo menos neste caso não é apenas veneno a droga que mata, mas também a droga que não mata mas emparvece ou, dito de modo menos rude, que retira de tal modo ao cidadão o entendimento das coisas e o sentido do que é importante que ele se torna incapaz de se defender e à comunidade em que se inclui. Estas, pelo menos estas, foram positivas chamadas de atenção decorrentes do que Godard foi dizendo ao longo do telefilme. Não foi muito. Mas sendo a TV o que é, já não foi mau. E, se se quiser, o que é improvável, pode ser tido como reforço ao que outros com muito menos currículo e prestígio vêm inutilmente repetindo.



mesmo convencido de que o título português seria abusivo e de que o realizador não teria sido assim tão frontalmente contra a TV. Estava enganado, e não foi preciso ver o documentário até ao fim para o perceber. Contudo, muito do que estava ali era irremediavelmente datado, as décadas entretanto decorridas tinham mudado algumas coisas e desactualizado objecções. Não, porém, as de fundo, algumas se não todas. Retenho duas: «Em relação à TV, às vezes dá-me a impressão de que estou num país ocupado» e «A televisão é como uma torneira aberta que pode deitar veneno».

A estória da torneira

A primeira das frases citadas denuncia a distância entre o país que «passa» na TV e o país concreto, a omissão ou a subalternização até ao apagamento de aspectos essenciais da realidade. Por haver uma censura formal na França dos anos 60? De modo nenhum, ora essa. Por haver

Helsínquia, cidade onde se formou o grande arquitecto Alvar Aalto (Artes e Letras, RTP 2, Domingo)



A talhe de foice

• Henrique Custódio

O baile dos primatas

A intervenção de Rosado Fernandes no congresso do CDS/PP e, sobretudo, o júbilo que desencadeou nos seus confrades «democrata-cristãos» constituem o mais inesperado auto-retrato jamais produzido por um partido político no Portugal democrático.

«Muitos dos problemas que vivemos hoje foram criados por esses primatas fardados!», vociferou o civil Rosado contra os militares de Abril, na inferência de que «primata» é um insulto e impondo-nos a conclusão de que Rosado nem primata julga ser, o que o coloca no reino indiferenciado das criaturas. Primárias e à civil, evidentemente.

Perante um congresso esbandalhado de gozo a criatura prosseguiu, agora confessando que «quando passava pelas terras que eram minhas e que foram ocupadas, era como se tivesse uma mulher que tivesse sido violada por um regimento inteiro!», transtornando-o de tal forma que, mesmo depois de ter recebido de volta a «mulher violada», «já não era a mesma coisa». Todo o congresso, mulheres incluídas, acharam de uma fina ironia aquela perspectiva violadora da Reforma Agrária, prelibando o prato seguinte: «Tenho quotas para o tomate, tenho quotas para as ovelhas, mas não me dêem quotas para as mulheres, que eu gosto muito delas!» Alá, foi o delírio. Pedro Feist, que disciplinaria os congressistas opositores ao ponto de lhes fechar o congresso na cara, riu à bonomia despregada, Basílio Horta, que ambiciona ser o mais alto Magistrado da Nação, desceu à gargalhada convulsa e até Paulo Portas se transformou num surpreendente marialva, ao classificar o discurso de «brilhantíssimo».

Rosado Fernandes, está bem de ver, não merece mais conversa. Uma criatura que recenseia a virilidade na apropriação sexual de terras e mulheres e reclama para a sua condição de proprietário a moral do «direito de pernada» não passa, hoje, de um penoso equívoco da espécie, por muito que isso custe, não ao Rosado, mas aos primatas em geral. O que carece de algumas considerações é a reacção do congresso ao discurso de Rosado. Paulo Portas e seus confrades, que ainda recentemente tentaram identificar a honra da família Soares com a dignidade do Estado democrático, reboaram-se de público gozo com a injúria aos homens que abriram as portas desse mesmo Estado democrático — os militares de Abril.

Paulo Portas e seus confrades — mulheres incluídas —, que tantos valores cristãos reivindicam para o seu ideário, aplaudiram em delírio os mais alarves insultos à dignidade humana em geral e à das mulheres em particular.

Paulo Portas e seus confrades, que afirmam ter «uma ideia para Portugal», resumiram-na no escrutínio prazenteiro com que acolheram asserções de recorte grosseiramente fascista.

Paulo Portas e seus confrades, que vestem na rua a farda de democratas, despiram-na em congresso e mostraram-se como são.

Um bando de primatas à procura de galho.

Contra decisão do Ministério da Educação

Alunos e pais fecham escola dos Anjos

Alunos, professores, funcionários e pais estão unidos em torno de uma causa comum: a Escola Secundária dos Anjos, em Lisboa, tem de continuar aberta. O Ministério da Educação diz que será encerrada.

Na segunda-feira, a Direcção Regional de Ensino de Lisboa (DREL) anunciou que a Escola Secundária dos Anjos será encerrada a 31 de Agosto. Motivo: suposta falta de condições.

No dia seguinte, a associação de estudantes e a associação de pais encer-

raram as instalações da escola, protestando contra a atitude do Ministério da Educação (ME) e exigindo diálogo.

A escola, construída de raiz para albergar o Externato Académico, está actualmente incluída no pacote de escolas com pavilhões pré-fabricados. No entanto,

as instalações são feitas de pedra e cal e as obras necessárias poderão ser feitas a qualquer momento. Essa é aliás uma das reivindicações de pais e alunos: a reconversão do ginásio em salas e em laboratórios.

Como afirmaram ao Avante! Fernando Caldeira, presidente da associação de pais, e David Martins, representante dos alunos, os outros argumentos da DREL

também não fazem sentido: a escola tem três saídas (e não apenas uma, como o ME refere) e ninguém se queixa de falta de segurança, já que está sempre presente um polícia à porta.

Pais e alunos contestam argumentos da DREL e exigem diálogo

PCP apoia

O PCP manifestou recentemente o seu repúdio em relação ao encerramento proposto. «Não se deve fechar uma escola pública sem ter em atenção os alunos e a integração noutras escolas e sem ter em conta os postos de trabalho e as carreiras dos professores e do pessoal administrativo e auxiliar», lê-se num documento.

O grupo parlamentar comunista apresentou inclusivamente um requerimento na Assembleia da República sobre este encerramento e questionou o Governo sobre o destino dos estudantes.

Também a JCP é contra a decisão da DREL, tendo inclusivamente visitado as instalações e reunido com a associação de estudantes.



O Ministério fecha-se em copas e decide arbitrariamente

Comissão investiga Echelon

Um vasto número de deputados dos diferentes grupos políticos do Parlamento Europeu requereu a constituição de uma comissão temporária de inquérito para apurar a veracidade de um relatório que descreve existência da rede mundial de espionagem controlada pelos Estados Unidos, conhecida por Echelon.

Os relatórios em causa, cujo conteúdo já foi amplamente divulgado nas páginas do nosso jornal, afirma que os

Estados Unidos estão em condições de interceptar telecomunicações privadas (telefones fixos e portáteis, faxes e correio electrónico) à escala planetária. No que concerne à Europa, um dos principais postos de interceptação situa-se em Menwith Hill, Yorkshire, na Inglaterra.

Esta rede que, criada para fins militares no pós-guerra, terá sido reconvertida para objectivos políticos e económicos proporcionando vanta-

gens não apenas aos Estados Unidos mas também ao Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido.

Entre os deputados portugueses, assinaram o requerimento os dois deputados do PCP, Joaquim Miranda e Ilda Figueiredo; do PP, Luís Queiró e Ribeiro e Castro; do PS, apenas António Seguro subscreeve o pedido; enquanto do PSD nenhum deputado apoiou a constituição da referida comissão.

Apoio aos Sem Terra

Alarga-se a solidariedade com o Movimento dos Sem Terra do Brasil e com o seu líder José Rainha Júnior, cujo único «crime», pelo qual está a ser julgado, é o de lutar pelo reconhecimento do justo direito dos rurais sobre a terra. Em apoio da sua luta estão centenas de personalidades e perto de duas dezenas de organizações, entre as quais se contam a CNA, a Acção Católica Rural, a CCTP-IN, a JOC e o Sindicato dos Jornalistas, subscritoras de um documento no qual se apela a um julgamento de José Rainha Júnior justo e imparcial.

Recordado é o facto de a sua luta, com muitos companheiros rurais sem terra, ser «contra a concentração da propriedade na mesma restrita minoria social de latifundiários que dificulta e mesmo impede o desenvolvimento equilibrado da sociedade».



Delegação cubana em Portugal

Uma delegação do Partido Comunista de Cuba esteve no nosso país a convite do PCP. Constituída por Abelardo Alvarez, membro do CC e chefe do Departamento de Política de Quadros do PCC,

e Armando Garcia, membro do Departamento Internacional. A delegação, acompanhada por Mercedes Aguiar, Embaixadora de Cuba no nosso país, foi recebida pelos camaradas Domingos

Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, e Manuela Bernardino, do CC e da Secção Internacional. Avistou-se também com Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

